



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARCILIO BATISTA MAGALHÃES MOURA

**JOVENS DO CAMPO E A ESTRATÉGIA DE ACESSO A TERRA - O NOSSA
PRIMEIRA TERRA (NPT) NO SERTÃO DO PAJEÚ EM 2005 – PERNAMBUCO,
BRASIL**

FORTALEZA

2022

MARCILIO BATISTA MAGALHÃES MOURA

JOVENS DO CAMPO E A ESTRATÉGIA DE ACESSO A TERRA - O NOSSA
PRIMEIRA TERRA (NPT) NO SERTÃO DO PAJEÚ EM 2005– PERNAMBUCO,
BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial ao título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Alexandra Maria de Oliveira.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M888j Moura, Marcilio Batista Magalhães.

Jovens do campo e a estratégia de acesso a terra - o Nossa Primeira Terra (NPT) no sertão do pajeú em 2005 - Pernambuco, Brasil. / Marcilio Batista Magalhães Moura. – 2022.
149 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira .

1. Juventude do campo. 2. Nossa Primeira Terra. 3. Assentamentos Rurais. I. Título.

CDD 910

MARCILIO BATISTA MAGALHÃES MOURA

JOVENS DO CAMPO E A ESTRATÉGIA DE ACESSO A TERRA - O NOSSA
PRIMEIRA TERRA (NPT) NO SERTÃO DO PAJEÚ EM 2005 – PERNAMBUCO,
BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial ao título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Alexandra Maria de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a. Dr.^a. Celecina de Maria Veras Sales
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Aos jovens do Assentamento Rural Nova Esperança de Santa Rita (essenciais no desenvolvimento da pesquisa) e, em nome das minhas avós, Maria das Dores (não alfabetizada) e Terezinha Batista (concluinte ensino médio aos 60 anos), a todos os meus familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto da minha breve trajetória na Geografia, faz 9 anos da minha primeira saída dos arrabaldes periféricos do Rio Beberibe para iniciar um ciclo de aprendizado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), prédio histórico, destacado na paisagem da Várzea do Capibaribe e de múltiplos sentimentos para nós estudantes. Na Geografia conheci uma vastidão de questões teóricas, livros, pessoas, e, não menos importante, o encantado espaço geográfico, levou-me a desfrutar de territórios, lugares, paisagens inimagináveis e um olhar modificado sobre a vida.

Na graduação enveredei pelo Sertão, estudei as tecnologias sociais de convivência com o semiárido e, ao fim do curso, pude almejar voos mais altos. Em 2018, tentei o mestrado em Recife e Fortaleza, mas não obtive sucesso (Deus é bom o tempo todo, o tempo todo Deus é bom). Porém, em 2019, mais maduro e com clareza no objeto de pesquisa, fui aprovado no mestrado da Universidade Federal do Ceará, tomando a decisão mais difícil e corajosa da minha vida, me "qualificar" no desconhecido (o Departamento de Geografia da capital do sol), a cidade com a frente para o mar e o rebatimento para o sertão. A Fortaleza dos meus passeios e minhas micaretas memoráveis se tornou a Fortaleza da minha vivência e dos diversos aprendizados para a posterioridade.

A minha experiência não foi a mais fácil; como diz "Chorão" do Charlie Brown: "O medo segue os nossos sonhos". Eu estava distante da minha família e dos meus amigos, encarando superações diárias, tentando entrar num ritmo acadêmico jamais tinha experimentado e morrendo de saudades de casa. Mas a acolhida dos cearenses e a oportunidade de desenvolver novos olhares geográficos fizeram o menino dos arrecifes desfrutar de uma experiência fascinante.

Hoje, prestes a finalizar outro ciclo acadêmico e ser formalmente mestre em Geografia, posso confessar a vocês: estou feliz e muito esperançoso. Primeiro, porque consegui acessar um espaço historicamente negado e/ou inacessível a várias gerações da minha família. O segundo reflete um desejo pujante, que outros(as) meninos(as) periféricos(as) possam desfrutar do ambiente acadêmico e todas as suas benesses, almejando um futuro em que as antessalas das delegacias sejam cada vez menos familiares na nossa história.

Ressalto a todos, tenho ciência da minha trajetória e das minhas dificuldades, sejam na fala, na escrita e/ou no desenvolvimento das discussões. Mas

não recuarei, por mim e por todos que sonham em ingressar numa Universidade Pública para dar orgulho aos familiares.

Assim, início meus agradecimentos honrando a Deus pelas bênçãos na minha vida e pela luz no meu caminho, concedendo força, sabedoria e capacitando-me nesta jornada acadêmica. Agradeço-te, Senhor 🎵🙏🙏.

Aos meus pais, irmãos, cunhados e sobrinhos, por tanto apoio durante minha jornada, vocês são molas propulsoras para que eu acredite em mim e invista no meu futuro. Amo vocês incondicionalmente <3

Aos meus amigos, Izabela, Romero e Poliana, são pelo menos 17 anos compartilhando momentos incríveis e agradecendo pela oportunidade de tê-los comigo. A nossa rede de apoio, solidariedade e amor, é gigante, só nós entendemos a cumplicidade que nos une. Vocês são amores para toda vida <3. Continuaremos sendo resistência e lá na frente vamos lembrar orgulhosos das nossas jornadas.

À Profa. Alexandra de Oliveira, pela paciência, pelo apoio, contribuições fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e acompanhamento durante o mestrado.

Ao Prof. Carlos Alberto (Cacá) e Prof.^a Celecina, pela participação na qualificação e na defesa desse trabalho, tenham ciência de que foram de grande valia para avanços primordiais no desenvolvimento do trabalho.

Ao Prof. Dr. Emílio Pontes e aos integrantes do LECgeo Núcleos Recife e Quixadá, pelo companheirismo, oportunidades e aprendizados de longa data.

À Adeliane Oliveira e Rosilene Aires, mulheres íntegras, inteligentes, determinadas, por quem nutro uma admiração enorme e espelho-me nas suas jornadas. Vocês foram companheiras de luta, de conversas produtivas, aprendizados diversos e um ponto de apoio na caminhada acadêmica.

Ao Felipe, Kevin, Leonardo e ao Tiago, pela aproximação, pelas conversas produtivas e por tornarem a experiência acadêmica mais leve.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pela bolsa disponibilizada durante o curso de mestrado; ela foi essencial para a realização da pesquisa.

Ao Erandi e a Edilene, por toda dedicação aos discentes, e, em nome deles, cumprimento todos os técnicos, professores e coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

No sentido do que você tinha para trás e tem hoje, sou um milionário, pois nós começamos sem nada e, hoje, só de pensar que você trabalhava para os outros e hoje está trabalhando para você, já é uma grande vitória. (SANTOS, 2022, p.10)

RESUMO

A maior participação da juventude do campo no Brasil tem favorecido a emergência de políticas públicas direcionadas para os jovens do campo. As medidas alteram o cenário de dificuldades e o êxodo rural enfrentado pelos jovens do campo no início dos anos 2000 e oportunizam aos jovens trabalhadores rurais do sertão do Pajeú de Pernambuco a melhoria de vida. O acesso à terra via crédito fundiário do Nossa Primeira Terra – NPT permite a constituição do assentamento rural, como um lugar de vida e trabalho com a terra. A pesquisa qualitativa de base exploratória teve o intuito de compreender as mudanças ocorridas na vida dos jovens a partir do acesso ao crédito do NPT para compra coletiva de um imóvel rural, foram analisados autores que discutem os temas centrais da pesquisa e ajudam a descortinar a discussão da juventude na luta pela terra, como a questão agrária, a reforma agrária, a reforma agrária de mercado no Brasil, e privilegiar o debate sobre a juventude do campo para dar ênfase nos sujeitos da pesquisa e os rebatimentos desse protagonismo no desenvolvimento do território multidimensional, o assentamento. O objetivo geral foi analisar as estratégias desenvolvidas pela juventude do Assentamento Rural Nova Esperança de Santa Rita, Serra Talhada (PE) para efetivar o acesso à terra. Os objetivos específicos foram: compreender a questão agrária e a criação de programas de acesso à terra voltada à juventude no Brasil; Discutir a inserção da juventude na luta pela terra e analisar as estratégias de organização e luta por condições de vida. O recorte espacial foi o Assentamento Rural Nova Esperança de Santa Rita e o recorte temporal compreende o acesso à linha em 2004 e a atualidade em 2021. Os resultados indicam que a adoção das políticas de crédito fundiário é medida paliativa e pouco resolve o problema de acesso à terra presente na sociedade brasileira e que a atuação da juventude nos movimentos socioterritoriais e na luta pela reforma agrária no início dos anos 2000 provocou a ampliação de políticas públicas, políticas sociais e na constituição de espaços de discussões sobre juventude no cenário nacional. No caso em tela, a compra do imóvel rural permitiu a permanência dos jovens no campo a partir do desenvolvimento de estratégias organizativas, de formação e de atividades agropecuárias na consolidação da vida juvenil no assentamento rural.

Palavras-chave: juventude do campo; nossa primeira terra; assentamentos Rurais.

RESUMEN

La mayor participación juventud rural en Brasil ha favorecido el surgimiento de un conjunto de políticas públicas dirigidas a la juventud rural. Las medidas cambian el escenario de dificultades y el éxodo rural que enfrentaron los jóvenes rurales a principios de la década de 2000 y brindar oportunidades a los jóvenes trabajadores rurales en el interior de Pajeú de Pernambuco para tener una calidad de vida mejor. El acceso a la tierra a través del crédito territorial del Nossa Primeira Terra – NPT, permite la constitución del asentamiento rural, como un lugar para vivir y trabajar con la tierra. La investigación cualitativa de base exploratoria tuvo como objetivo comprender los cambios que se han producido en la vida de los jóvenes desde el acceso al crédito del NPT para la compra colectiva de una propiedad rural, fueron utilizados autores que discuten los temas centrales de la investigación y ayudan a desvelar la discusión de la juventud en la lucha por la tierra, como la cuestión agraria, la reforma agraria, la reforma del mercado agrario en Brasil, y privilegiar el debate sobre la juventud rural para enfatizar los temas de investigación y las repercusiones de este rol en el desarrollo del territorio multidimensional, el asentamiento. El objetivo general fue analizar las estrategias desarrolladas por los jóvenes del Asentamiento Rural Nova Esperança de Santa Rita, en Serra Talhada (PE) para realizar el acceder a la tierra. Los objetivos específicos fueron: comprender el tema agrario y la creación de programas de acceso a la tierra para los jóvenes en Brasil; Discutir la inserción de la juventud en la lucha por la tierra y analizar estrategias organizativas y de lucha por las condiciones de vida. El corte espacial fue el Asentamiento Rural Nova Esperança de Santa Rita y el corte temporal comprende el acceso a la línea en 2004 y en el presente 2021. Los resultados indican que la adopción de políticas de crédito territorial es una medida paliativa y con pequeños resultados en vista los problemas de acceso a la tierra presente en la sociedad brasileña y que el papel de la juventud en los movimientos socioterritoriales y en la lucha por la reforma agraria a principios de la década del 2000, provocó la expansión de las políticas públicas, políticas sociales y la creación de espacios de discusión sobre la juventud en el escenario nacional. En el presente caso, la compra de propiedad rural permitió a los jóvenes permanecer en el campo a través del desarrollo de estrategias organizativas, acciones formativas y agrícolas en la consolidación de la vida juvenil en el asentamiento rural.

Palabras-clave: juventud del campo; nuestra primeira tierra; asentamientos rurales.

LISTA DE CROQUIS

Croqui 01	Trajatórias dos(as) jovens assentados(as) do Assentamento Nova Esperança, Santa Rita – Serra Talhada - PE.....	109
Croqui 02	Delimitação das áreas de residências do Assentamento Rural dos (das) Jovens Agricultores (as) de Nova Esperança – Santa Rita e, em específico, a área produtiva do lote 03.....	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Recortes da 2ª edição do Jornal do Brasil, de 16 de setembro de 1987, em que constam informações sobre as causas do acidente e o convite para culto ecumênico em homenagem aos funcionários do MIRAD e do INCRA.....	42
Figura 02	(a) Protesto de trabalhadores contra a ação policial em frente ao IML de Marabá-PA; (b) caixões dos trabalhadores sem-terra mortos no massacre de Eldorado dos Carajás 1996.....	46
Figura 03	Manifestação em Brasília, no ano de 1999, de entidades, sindicatos e partidos de oposição tomando conta da Esplanada dos Ministérios.....	47
Figura 04	Foto panorâmica da área limítrofe entre a Vila de Santa Rita (à esquerda) e a entrada do assentamento (à direita) com intuito de demonstrar as marcas presentes na paisagem.....	105
Figura 05	Divisão atual dos lotes de moradia/produtivos do Assentamento dos Agricultores(as) de Nova Esperança de Santa Rita.....	119
Figura 06	(a) Canal do <i>YouTube</i> “Raízes do Sertão”, com Daniel Lima; (b) e (c) Canal do <i>YouTube</i> e perfil do <i>Instagram</i> “Criação de Galinha Caipira” – Antônio Vicente.....	124
Figura 07	Jovens beneficiados pelos programas Nossa Primeira Terra e Consórcio da Juventude, em setembro de 2005 – Serra Talhada-PE.....	128
Figura 08	Jovens assentados de Santa Rita - PE durante o 1º intercâmbio de jovens do Nossa Primeira Terra (NPT).....	130

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 01	Periodização de eventos e participação da juventude sindical do estado de Pernambuco dos anos 1960 até os dias atuais	91
---------------	---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Delimitação do semiárido no estado de Pernambuco, com destaque em vermelho para a localização do município de Serra Talhada -PE.....	19
Mapa 02	Fluxos da Decima Primeira Gerência Regional de Saúde, que concentra no município de Serra Talhada-PE os atendimentos ambulatoriais e de emergência.....	102
Mapa 03	Delimitação da área do Assentamento dos (as) Jovens Agricultores(as) de Nova Esperança Santa Rita (AJAANE-SR), Serra Talhada-PE.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Marcos dos estudos da juventude no Brasil.....	68
Quadro 02	Área, Densidade Demográfica e População do Sertão do Pajeú de Pernambuco.....	99
Quadro 03	Projetos de Assentamentos estaduais e federais no Sertão do Pajeú de Pernambuco.....	100
Quadro 04	Quantidade de cabeças dos principais rebanhos de caprinos, bovinos e ovinos, do município de Serra Talhada-PE.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJAANE-SR	Assentamento dos Jovens Agricultores e Agricultoras de Nova Esperança – Santa Rita
APA	Área de Proteção Ambiental
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAF	Consolidação da Agricultura Familiar
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEJOR	Comissão Estadual de Jovens Trabalhadores(as) Rurais
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNTR	Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPR	Combate à Pobreza Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
ET	Estatuto da Terra
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Pernambuco
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNTEPE	Fundo de Terras do Estado de Pernambuco
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Produtor Rural
GERES	Gerência Regional de Saúde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Especiais
INTER	Instituto Jurídico de Terras Rurais
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ITERPE	Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco
HOSPAM	Hospital Regional Professor Agamenon Magalhães
LACEN	Laboratório Central de Saúde Pública
LAFEPE	Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MIRAD	Ministério de Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
NPT	Nossa Primeira Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PC	Partido Comunista
PEBE	Programa Especial de Bolsa de Estudo
PIB	Produto Interno Bruto
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
P1MC	Programa um Milhão de Cisternas
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
I PNRA	Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária
II PNRA	Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária
RA	Reforma Agrária
RAM	Reforma Agrária de Mercado
SEAD	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SRA	Secretaria de Reordenamento Agrário
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UDR	União Democrática Ruralista
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNT-ARG	Universidad Nacional de Tucumán
UPAE	Unidade Pernambucana de Atenção Especializada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	A QUESTÃO AGRÁRIA, OS CONFLITOS NO CAMPO E A REFORMA AGRÁRIA NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO.....	28
2.1	A questão agrária e os conflitos no campo.....	28
2.2	Reforma agrária: apontamento e fatos que se sucedem na história brasileira.....	38
3	A JUVENTUDE, O CAMPO E SUAS FACETAS.....	66
3.1	Juventude rural.....	71
3.2	Juventude organizada: da negação da participação à ressignificação das linguagens territoriais e da luta.....	87
4	O ASSENTAMENTO RURAL DOS (DAS) JOVENS AGRICULTORES(AS) DE NOVA ESPERANÇA DE SANTA RITA – SERRA TALHADA-PE.....	97
4.1	O sertão do pajeú: histórico de ocupação, desenvolvimento e atualidade.....	97
4.2	Caracterização da área de estudo – assentamento rural dos (as) jovens agricultores (as) de nova esperança de santa rita – serra talhada-PE	103
4.2.1	<i>A história de formação.....</i>	<i>106</i>
4.2.2	<i>O assentamento e suas áreas produtivas.....</i>	<i>118</i>
4.2.3	<i>A pandemia do coronavírus.....</i>	<i>130</i>
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
	REFERÊNCIAS.....	136
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS INICIAL – EXPLORATÓRIO 1.....	143
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM ASSENTADOS 2	144
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) DA PESQUISA.....	147
	APÊNDICE D – NORMAS DO PROGRAMA NOSSA PRIMEIRA TERRA (NPT).....	148
	APÊNDICE E – PERFIL DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO RURAL DOS(DAS) AGRICULTORES(AS) DE NOVA ESPERANÇA DE SANTA RITA, SERRA TALHADA – PE.....	149

1 INTRODUÇÃO

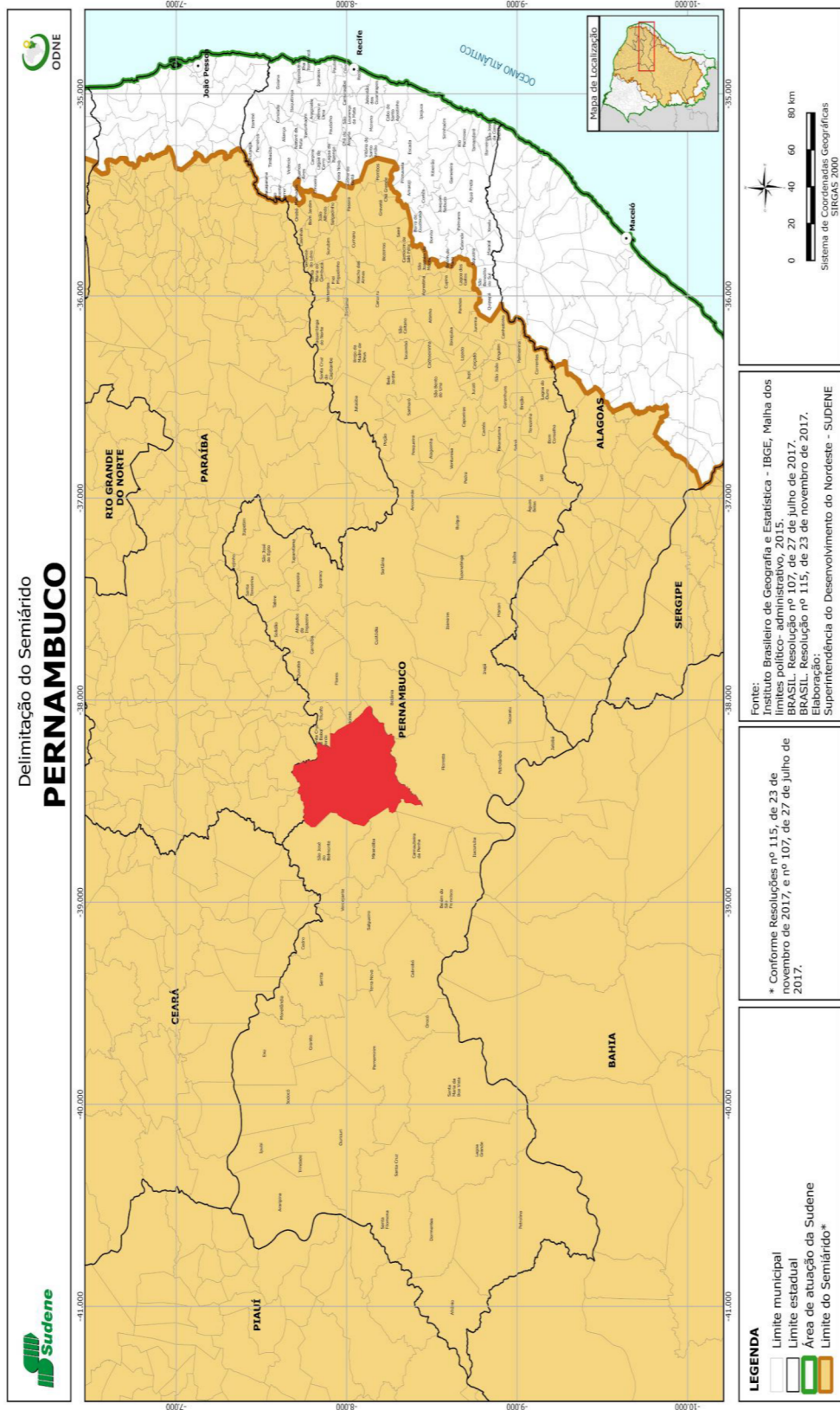
No cenário nacional, as perspectivas e as análises da Juventude Rural estão em processo de diversificação. Inicialmente, as contribuições científicas estavam pautadas na investigação da identidade juvenil, nas condições sociais e econômicas que dificultam a permanência dos jovens trabalhadores rurais nas atividades agrícolas e no esvaziamento do campo com o êxodo rural. Na atualidade, vemos crescer abordagens abarcando a religiosidade, as relações de gênero, a mobilidade da juventude no contexto educacional e o acesso a políticas de crédito fundiário.

A propósito, a maior inserção da juventude nas discussões científicas, nos debates estratégicos e nos espaços de poder culminou na promulgação da Linha Nossa Primeira Terra (NPT) no interior do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em 2003. A linha tinha o intuito de promover o acesso de jovens trabalhadores rurais à estrutura fundiária a partir do processo de compra/venda de imóveis rurais. O estudo do programa é um importante instrumento para interpretar as condições ofertadas para o acesso dos jovens trabalhadores rurais a quinhões territoriais numa política de reforma agrária de mercado

Neste trabalho, apresentamos elementos para compor o debate da juventude dos movimentos sociais, as estratégias construídas e o acesso à terra através do crédito fundiário. Nesse ínterim, privilegiamos a análise a partir da consolidação dos jovens trabalhadores rurais nos setores dos movimentos socioterritoriais/socioespaciais e a instituição do programa Nossa Primeira Terra (NPT) no Brasil, trazendo à tona os elementos de consolidação dessa política, das problemáticas sociais e financeiras dos camponeses assentados a partir dela.

O recorte espacial será o Assentamento Rural dos Jovens Agricultores e Agricultoras de Nova Esperança de Santa Rita (AJAANE-SR), formado por jovens trabalhadores rurais mediante acesso à linha de Combate à Pobreza Rural (CPR) sob o selo Nossa Primeira Terra (NPT). Esse ganha destaque por ter sido o primeiro assentamento rural de jovens do estado de Pernambuco e pelo evento realizado na entrega do título coletivo da terra no ano de 2005. O assentamento está localizado na porção semiárida do Sertão do Pajeú do estado de Pernambuco, especificamente no município de Serra Talhada - PE (Mapa 01).

Mapa 01 - Delimitação do semiárido no estado de Pernambuco, com destaque em vermelho para a localização do município de Serra Talhada - PE



Fonte: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 2017.

O recorte temporal abrange sobre o surgimento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) no Brasil, no ano de 2003, e a inserção do eixo temático Juventude/Nossa Primeira Terra (NPT) na linha de Combate à Pobreza Rural (CPR) e os desdobramentos dessa na vida da Juventude Rural da AJAANE-SR no Sertão pernambucano, compreendendo os anos de 2004 a 2020.

O interesse no estudo pautado na questão agrária e na juventude rural está relacionado com o percurso da formação acadêmica, quando tive uma aproximação teórica e empírica com o semiárido, participando do projeto Terras secas da América Latina e o conceito de “convivência com o semiárido”: contribuição brasileira ao debate sobre adaptação ao meio, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em parceria com a Universidad Nacional de Tucumán (ARG), no qual foi voluntário e tive oportunidade de aprofundar o conhecimento das questões hídricas e políticas públicas no semiárido.

Nesse processo, dentre as linhas de abordagem do projeto, enveredei pela problemática hídrica da região, enfocando as tecnologias sociais de convivência com o semiárido, das quais se ressaltou o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Políticas públicas que visam à construção de cisternas com intuito de captar e armazenar água da chuva, garantindo a segurança hídrica no âmbito doméstico e produtivo aos agricultores e agricultoras pernambucanos (MOURA, 2017).

As experiências em trabalhos de campo realizados no Assentamento Rural Laginha, em Serra Talhada-PE, com apresentação da realidade produtiva por um jovem morador, despertaram o interesse do pesquisador em lançar o olhar científico para compreensão do papel da juventude, as condições de vida dessa no território, qual nível de organização e até que ponto a atuação política nos movimentos socioterritoriais/socioespaciais implica nos caminhos do protagonismo juvenil nas lutas empreendidas no território rural.

A inquietação com o tema proporcionou a incursão na literatura científica e nas investigações desenvolvidas por Troian e Breitenbach (2018), Martins (2021), entre outros estudos sobre juventude rural no Brasil. Ao analisar os estudos sobre juventude rural, os autores revelam a predominância de estudos sobre o êxodo rural nas contribuições teóricas até o fim dos anos 1990. Os estudos abordados por Troian e Breitenbach (2018) revelam as dificuldades de inserção e viabilização da atividade

agrícola, falta de oportunidade de estudo/qualificação no campo e para a inserção no mercado de trabalho.

Migrações juvenis aos grandes centros urbanos e/ou regionais, com intuito de qualificação ou trabalho assalariado, culminam no esvaziamento do campo, no envelhecimento e masculinização da população camponesa e, de certo modo, da agricultura familiar. No entanto, as experiências migratórias são tortuosas e repletas de dificuldades para os jovens migrantes e, em muitos casos, provocam o retorno dos jovens ao campo para desempenhar atividades na agricultura ou em atividades não agrícolas (TROIAN; BREITENBACH, 2018; CARNEIRO, 1998).

Carneiro (1998) estudou a partir da perspectiva de mudanças nos projetos pessoais juvenis, revelou, portanto, o contexto de invisibilidade e de crises enfrentado pelos jovens na agricultura familiar culmina, muitas vezes, no desejo de migrar para a cidade. Castro (2005) tratou a confluência entre o desinteresse juvenil pela agricultura e o poder atrativo das cidades, sendo esses elementos essenciais para entendimento da condição e das aspirações de futuro para os jovens decidirem entre ficar e sair do campo. Além dessas, Sales (2003) abordou a condição do “ser jovem” em assentamentos rurais de reforma agrária a partir dos estudos desenvolvidos no Assentamento Antônio Conselheiro, levando em consideração os aspectos de vida dos sujeitos e como os variados tipos de migração impactam na vida dos jovens.

Os estudos em tela possibilitaram a reflexão sobre a vida dos camponeses e a compreensão dos mecanismos para evitar a saída dos jovens dos territórios rurais, visto que o êxodo rural é resultado de uma série de problemáticas vivenciadas diariamente por moças e rapazes do campo, e a transposição dessa condição depende de ações conjunturais para melhorar a qualidade de vida e estimular a permanência dos jovens no campo.

Na investigação sobre as causas do êxodo rural, foi observada que a condição de invisibilidade da juventude rural no âmbito político impedia a resolução de tal problemática, visto que a falta de representação nos espaços de poder não permitia aos jovens propor medidas mitigadoras. Sendo assim, a condição de subordinação começa a ser revertida apenas quando os movimentos sociais, inicialmente o sindical, preocupados com a longevidade das suas lutas, passam a pautar a formação de novas lideranças, como forma de fortalecer e garantir a atuação de jovens nas bases dos movimentos, criando, assim, uma nova organização setorial e uma maior

abordagem dos grupos sociais de juventude (WEISHEIMER, 2005; GALINDO, 2015).

Para Trindade (2015), no início dos anos 2000, há a maior participação dos jovens nos setores dos movimentos socioterritoriais, o envolvimento com as lutas sociais e a institucionalização dos debates de juventude no âmbito governamental, culminando na dinamização das ações sociais, das políticas públicas e sociais, na criação de espaços governamentais, na participação dos jovens em coordenações e/ou comissões para tratar de temas atinentes a sua existência enquanto sujeito social estratégico para o desenvolvimento territorial da sociedade.

Os movimentos socioterritoriais/socioespaciais são releituras dos movimentos sociais lidos pelos sociólogos; baseadas em significantes geográficos compreendendo os movimentos através de organização, lutas, interesses e desenvolvimento no espaço geográfico. Sendo assim, a ciência geográfica diferencia-se das outras áreas de estudo ao ler os movimentos sociais com o foco estabelecido nos espaços e territórios produzidos, desembocando ainda, nas relações sociais estabelecidas, ação política, econômica e social dos sujeitos sociais engajados na luta (FERNANDES, 2000; 2005).

No caso do Brasil, conforme Pedon (2009), a entrada da juventude na agenda política de movimentos socioterritoriais culminou na ampliação de bandeiras de luta e evidencia os jovens enquanto atores políticos, com função mobilizadora de reivindicar, produzir e transformar os espaços e territórios onde vivem (PEDON, 2009). Não só isso. Ao conquistar espaços no bojo dos grupos sociais, a juventude age de forma propositiva, trazendo novas ideias, linguagens e formas de comunicação, sendo responsável pelas novas expressões culturais (danças, músicas, teatro), por territorializar as redes com os novos instrumentos de comunicação social, utilizados para reforçar as práxis dos movimentos, difundir ideias de forma instantânea e constituir redes digitais de aproximação e discussão com outros grupos (SOBREIRO FILHO, 2016).

A transição juvenil da condição de jovem problema para a condição jovem estratégico impacta na produção acadêmica. Se antes o êxodo rural desempenhava papel central nas análises dos jovens no campo, na atualidade há uma profusão de novos temas, pautados na permanência desses jovens no campo. Isso se reflete na organização e, principalmente, na atuação dos jovens nos grupos sociais, reivindicando políticas que salvaguardem sua continuidade no campo, que, por conseguinte, desemboca em mudanças efetivas na conjuntura social e de vida da

população camponesa, com a implementação de políticas públicas, sociais, transferência de renda, entre outras mudanças conquistadas pelos jovens do campo (MARTINS, 2021).

A atuação da juventude refletiu-se ainda nas políticas de crédito fundiário do PNFC em 2003, por meio da modalidade de acesso à terra via mercado de terras, promovendo o endividamento dos camponeses no processo de compra/venda de imóveis rurais. Nessa seara, ainda como selo da linha de Combate à Pobreza Rural, surge o Nossa Primeira Terra, com o intuito de assentar, através da política de crédito, jovens do campo entre 18 e 29 anos (BARROS, 2014; BARCELLOS, 2016).

As políticas de crédito fundiário aplicadas pelo governo federal são uma forma de atenuar a pressão dos grupos sociais por reforma e políticas agrárias de desenvolvimento territorial. No caso juvenil, o surgimento desses programas é uma tentativa de frear o êxodo rural e fixar jovens no campo a partir da constituição de um território onde os sujeitos sociais possam exercer o direito de viver e produzir de forma digna. A leitura da implantação das políticas públicas sob a ótica do conceito de território dá-se pela possibilidade de compreensão dos impactos socioterritoriais e das conflitualidades geradas no Brasil.

O conceito de Território é capaz de explicitar como os jovens trabalhadores rurais de Santa Rita, no exercício das intencionalidades, produzem e transformam o território, com suas escolhas baseadas nas experiências agropecuárias desenvolvidas ao longo da vida. Isso revela a complexidade dos processos intrínsecos à realidade do assentamento, sendo a compreensão desse território multidimensional possível com o entendimento do processo de formação do território, seus recursos e as relações de transformação desenvolvidas. (FERNANDES, 2009).

Desse modo, as questões centrais podem ser anunciadas: Que fatores contribuem para o êxodo rural dos jovens trabalhadores rurais? As políticas públicas de crédito fundiário, como o Nossa Primeira Terra (NPT), são capazes de garantir a permanência?

A partir das indagações, apresentamos como objetivo geral:

Analisar as estratégias desenvolvidas pela juventude do Assentamento Nova Esperança de Santa Rita, Serra Talhada (PE) para efetivar o acesso à terra. E como objetivos específicos:

- Compreender a questão agrária e a criação dos programas de acesso à

terra voltados à juventude no Brasil;

- Discutir a inserção da juventude na luta pela terra;
- Analisar as estratégias de organização e luta por condições de vida

digna no campo desenvolvidas pelos jovens do assentamento de Santa Rita.

Para responder tais objetivos, contamos com o apoio da metodologia qualitativa, com base na pesquisa exploratória, que promove a familiarização com os sujeitos pesquisados, dando vazão a uma investigação próxima a realidade dos jovens assentados.

A escolha pela pesquisa exploratória deu-se pelo número incipiente de produções acadêmicas sobre jovens trabalhadores rurais e a linha de crédito Nossa Primeira Terra (NPT) na interrelação entre a compra de terra e a fixação de jovens no campo. Esse tipo de investigação permite um aprofundamento teórico ao sistematizar informações do objeto de estudo e das abordagens desenvolvidas sobre o tema na sociedade.

A base teórica serve para orientar os caminhos da pesquisa e validar a eficácia dos procedimentos metodológicos escolhidos para investigação do tema. Na pesquisa qualitativa, isto ocorre na interação com os sujeitos e os seus espaços de vivência numa investigação responsável por descortinar a realidade dos jovens trabalhadores rurais assentados a partir da política de crédito fundiário no Sertão do Pajeú do estado de Pernambuco.

O levantamento bibliográfico e a revisão de literatura em teses, dissertações, livros e artigos em periódicos desenvolveram-se de forma integral para a realização da pesquisa, a fim de aprimorar abordagens e esclarecer questões surgidos no desenvolvimento da investigação. Salienta-se que as disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFC foram fundamentais para a compreensão e o aprofundamento quanto ao estado da arte a ser seguido na construção da dissertação.

Para realização do trabalho empírico com os jovens assentados, construímos um roteiro de entrevistas objetivo contemplando os conceitos e as discussões inerentes à pesquisa em curso. Deste modo, as questões foram pensadas com linguagem simples e de fácil entendimento com intuito de garantir fluidez no diálogo com os entrevistados e de responder as dúvidas existentes.

A preparação do campo e a realização das entrevistas foram possibilitadas

através do contato com o sindicato dos trabalhadores rurais de Serra Talhada (STR - ST) e com os jovens do Assentamento via mídias sociais. Os diálogos iniciais com os assentados ocorreram via *WhatsApp* e possibilitaram a organização das questões norteadoras referentes à visita de campo exploratória, com intuito de estabelecer conexões com os sujeitos da pesquisa e construir um panorama da juventude rural e da política de crédito Nossa Primeira Terra (NPT) no sertão do Pajeú de Pernambuco.

A primeira visita de campo ocorreu entre os dias 17 e 19 de fevereiro de 2020, para salvaguardar a identidade dos sujeitos da pesquisa utilizamos nomes de líderes sindicais brasileiros envolvidos na luta pela terra, direitos sociais e defesa da vida camponesa. Na visita, contamos com apoio do Luiz Manoel (jovem assentado e membro do sindicato) para chegar até o assentamento e contatar os outros assentados. No trajeto do município de Serra Talhada ao assentamento, fomos conversando sobre a vegetação da caatinga, agricultura e sobre a chuva contínua (comemorada pelos moradores por conta das plantações) permaneceu durante a chegada e a permanência no assentamento. A chuva forte impossibilitou uma exploração mais detalhada com visita às áreas produtivas. Com isso, optamos por uma conversa em grupo na antiga casa da fazenda (casa principal), palco das reuniões, definições de demandas e decisões dos jovens assentados. Nela, aplicamos o roteiro de entrevistas inicial (apêndice A) com os 04 jovens presentes, a fim de obter informações precisas da origem deles, do processo de formação do assentamento, das famílias beneficiadas e sobre o(a) responsável pela apresentação do projeto, entre outros.

A escuta da fala dos jovens foi essencial na construção do panorama do assentamento rural e na reflexão das discussões levantadas na pesquisa, permitindo avanços concretos no desenvolvimento do trabalho.

O retorno à Fortaleza e posteriormente o contexto pandêmico tornaram a realização das visitas de campos restrita. Nesse sentido, avançamos nas perspectivas teóricas, e as principais dúvidas surgidas em relação ao assentamento foram tiradas via *WhatsApp* com o jovem Luiz Manoel. O diálogo possibilitou a construção de um esboço do mapa do assentamento rural; a ideia de construção deu-se após divergências apontadas pelo jovem no mapa encontrado Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ficou combinado que, na próxima visita de campo, o mapa seria apresentado e faríamos intervenções para configurar as áreas do assentamento.

O avanço da pesquisa mostrou que a primeira visita de campo tinha deixado lacunas em questões importantes para o desenvolvimento da pesquisa e havia a necessidade de realizar uma nova visita. Nesse sentido, entre 01 e 04/02/2021, mesmo com o contexto pandêmico, foi realizada uma nova visita de campo com anuência dos assentados. O intuito era sanar lacunas em relação à origem dos jovens, à apresentação do projeto e avançar no desenvolvimento do trabalho com o esclarecimento de questões surgidas.

A segunda visita permitiu a visita das áreas produtivas, a realização de registros fotográficos e a aplicação do roteiro de entrevistas (apêndice B) consistindo em quatro eixos distintos: história e PNCF, juventude, assentamento e atualidades, com intuito de descortinar a realidade do assentamento, o perfil dos jovens, a composição das famílias e como está a situação do assentamento atualmente.

Na segunda visita, o pesquisador conseguiu aplicar o questionário com dois jovens assentados, visitando as plantações, as criações e outras áreas do assentamento. Devido a desencontros e compromissos com os outros jovens assentados, optou-se por dialogar com os mesmos via *WhatsApp* para aplicar o questionário e tentar obter mais dados para a pesquisa. A ação não foi exitosa, mas os contatos estabelecidos e a disponibilidade dos jovens para o diálogo contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

Em relação a estrutura da dissertação: O primeiro capítulo consiste na introdução do texto, com a apresentação do tema, o problema da pesquisa, as vinculações com os temas abordados e as reflexões sobre os objetivos, os processos metodológicos e a contribuição científica da pesquisa.

O segundo capítulo é intitulado “A questão agrária, os conflitos no campo e a Reforma Agrária no contexto brasileiro”. A abordagem permeia a discussão da questão agrária sob a ótica dos conflitos no campo que compreendem o histórico brasileiro e da abordagem da discussão de reforma agrária, reforma agrária de mercado no cenário nacional e, por fim, a inter-relação entre crédito fundiário e as linhas para a juventude.

O terceiro capítulo, “A Juventude e suas facetas”, compreende o processo de consolidação da juventude enquanto categoria social, a juventude rural e a mudança nos temas abordados nela, os porquês da organização da juventude nos movimentos socioterritoriais a partir da exposição dos jovens trabalhadores rurais

atrelados a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco – FETAPE .

No quarto capítulo, com título “Assentamento Rural dos Agricultores e Agricultoras de Nova Esperança de Santa Rita – Serra Talhada – PE”, pretendemos abordar o processo histórico de compra do imóvel rural, caracterizando o assentamento formado, com quadros e figuras, além de tratar sobre a realidade vivenciada pelos jovens assentados na atualidade, expondo a distribuição territorial dos jovens e de suas áreas produtivas. Por fim, vêm as considerações finais, com o arremate das questões abordadas, as referências e os apêndices.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA, OS CONFLITOS NO CAMPO E A REFORMA AGRÁRIA NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

A abordagem permeia uma discussão da questão agrária sob a ótica dos conflitos no campo e o rastro da violência deixado por eles na formação histórica brasileira, enfatizando as ocorrências desde a inserção do Partido Comunista no Brasil (PCB) e seus rebatimentos na reforma agrária brasileira.

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA E OS CONFLITOS NO CAMPO

Abordar o cerne da questão agrária é ser remetido a uma série de contribuições teóricas, das quais destacamos Oliveira (1994), Martins (1994) e Fernandes (1999; 2001), que discutem a formação da sociedade brasileira e os processos inerentes provocados pela disputa entre os projetos do campesinato e do capitalismo. A propósito, tal discussão contribui para o entendimento da estrutura fundiária rígida, com predominância dos grandes latifúndios e do território brasileiro palco de múltiplos conflitos no campo.

De início, trazemos a definição de Fernandes (2001, p. 23), concebendo a questão agrária como “o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”. Essa perspectiva mostra a amplitude e a complexidade desse processo na sociedade, demonstrando como a disputa antagônica entre modelos de desenvolvimento culmina na dominação do espectro capitalista e nas problemáticas enfrentadas pelo campesinato.

A questão agrária evidencia problemas referentes à propriedade da terra e concentração da estrutura fundiária. Oliveira (2001) atrela a concentração da propriedade como parte constituinte do modelo de desenvolvimento capitalista e revela que as terras estão concentradas na mão grupos econômicos, utilizando-as como reserva de valor e/ou reserva de patrimônio. A terra é mantida por grupos econômicos como instrumento de acesso a financiamentos, políticas gestadas pelo estado e controle de mercado.

A condição hegemônica imposta pelo capitalismo na sociedade expõe uma série de problemáticas estruturais provocadas pelo processo desigual e combinado do modo capitalista de produção. Fernandes (2001) revela lutas pela terra e/ou para

permanecer nela, por reforma agrária, denúncias de violência praticada contra os trabalhadores rurais e os povos do campo, entre outros, são decorrentes desse processo e, os ciclos de dominação, são amenizados com lutas camponesas e promulgação de políticas conquistadas na luta.

Conforme Oliveira (1994, p.15), “os conflitos sociais no campo, no Brasil, não são exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país”. Em linhas gerais, o autor ressalta que, para tratar os embates históricos, faz-se necessário compreender a formação brasileira, levando em consideração o cerne dos conflitos, a promulgação de leis, os caminhos da industrialização e a consolidação das duas classes antagônicas, a elite agrária e os camponeses.

Um levantamento feito por Fernandes (1999) explicita os conflitos no campo perfazem a história da formação da sociedade brasileira são marcas indeléveis da construção do território nacional, visto que as lutas eclodiram a partir da imposição de um modelo de produção baseado na acumulação de riquezas, na concentração fundiária e na exploração dos camponeses.

As lutas sociais e os massacres violentos são sinônimos se observarmos a formação do território nacional. A invasão do território brasileiro pelos europeus e, por conseguinte, a luta para escravizar os indígenas refletem no surgimento de movimentos de resistência contra a exploração e desembocam em batalhas entre indígenas e os exércitos de Espanha e Portugal.

Diante da resistência à escravização e do genocídio da população indígena, a saída foi substituí-los pela mão de obra negra. É importante ressaltar que os conflitos no campo, por libertação e contra as injustiças sociais permaneceram em voga, vide as condições enfrentadas pelos homens e mulheres africanos escravizados para trabalho nas fazendas e na cultura da cana de açúcar no Brasil. A resistência ganhou corpo com a instituição de quilombos, concebidos como território negro de resistência aos mandos dos fazendeiros; em grande parte, os ocupantes desses territórios (negros, indígenas e outros atores sociais marginalizados) eram perseguidos pelos representantes do poder, que contratavam jagunços, pistoleiros, entre outros, com intuito de restabelecer a ordem e recapturar os homens escravizados e destruir seus territórios negros.

Os embates ganhavam novos contornos ao longo dos anos. Um dos elementos

que compõe esses contornos foi a instituição da Lei de Terras em 1850 (Lei n. 601 - dispõe sobre as terras devolutas no império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais).¹ A Lei abriu margem para a dinamização de um mercado de terras no Brasil; isso intensificou a apropriação privada das terra e, conseqüentemente, as lutas por terra, visto a luta dos posseiros contra a expropriação e a incursão coronelista nos processos de grilagem de terras nos estados nacionais. As disputas e os meios obscuros desenvolvidos implicaram na condição de vida de ex-escravos, imigrantes e outras conformações camponesas, alijadas da propriedade da terra.

A respeito dos processos de grilagem de terras Fernandes (2000, p.27-28) reflete:

Para a abertura de novas fazendas, os coronéis criaram a indústria da grilagem de terras, compreendida pela falsificação de documentos e outras atividades ilícitas, como subornos de funcionários públicos, além de crimes praticados contra os camponeses posseiros. Era esse processo escuso que determinava o preço das terras, antes devolutas, passando, dessa forma, a ser propriedade particular. (FERNANDES, 2000 p. 27-28)

A reflexão de Fernandes (2000) sobre a realidade das fazendas de São Paulo, revela que os coronéis e oligarquias agrárias cometeram atos ilícitos e agiram com conivência do estado para dar andamento nos processos de grilagem de terras devolutas, não só em São Paulo, mas em outras porções do território nacional.

Os problemas em relação aos títulos de propriedade iniciados com a Lei de Terras de 1850 intensificaram-se com a promulgação da constituição de 1891 e a transferência de responsabilidade da gestão das terras devolutas da esfera federal para a esfera estadual. Ao passar a gestão para os estados à medida acentuou os processos de incorporação indevida de terras ao patrimônio privado e multiplicou a venda de terras griladas. A proposta é evidenciada no artigo 64 da constituição:

Pertencem aos estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos domínios, cabendo a União somente a porção do território que for indispensável para a defesa de fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro. (BRASIL, 1891 p.79)

A transferência de responsabilidade entre esferas governamentais acentuou a problemática fundiária e permitiu a formação dos grandes latifúndios no Brasil. O

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.&text=1%C2%BA%20Ficam%20proibidas%20as%20acquisi%C3%A7%C3%B5es,n%C3%A3o%20seja%20o%20de%20compra. Acesso em: 24 out. 2021.

cenário legitimou a figura de prestígio na sociedade da época a expandir seus domínios territoriais e ampliar a influência política na região. Fernandes (2000) reflete a junção do controle político e territorial como a cerne da dominação coronelista.

Em contrapartida houve a consolidação de movimentos de resistência como os ocorridos no Arraial de Belo Monte, onde o levante messiânico liderado por Antônio Conselheiro ocupou o território de Canudos - BA com camponeses que lutavam pelo acesso à terra de vida e trabalho, tornando-os inimigos do poder coronelista e entraves ao projeto de modernização do país.

Os enfrentamentos ocorridos em Canudos representaram exemplos de organização e resistência dos camponeses no Brasil. Fernandes (1999, p. 19) clarifica:

A guerra de Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil. Conselheiro e seus seguidores instalaram-se na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente.

Após diversas investidas do governo republicano para retirada dos camponeses conselheiristas da terra, o exército brasileiro deslocou um grande contingente de sua tropa e causou o massacre dos camponeses, culminando na dissolução do Arraial de Belo Monte.

Entre o final do século XIX e início do século XX, ocorreu nos estados de Santa Catarina e Paraná a Guerra do Contestado, outro exemplo das lutas entre coronéis e camponeses responsáveis pela morte em massa de camponeses.

Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destruídos. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo (FERNANDES, 1999, p. 21).

O processo de formação da sociedade brasileira compreende diversos conflitos entre camponeses e latifundiários (nas suas mais variadas formas). Os estudos sobre períodos distintos, atores sociais das lutas e movimentos de resistência contribuem para o entendimento dos conflitos em cada época visitada. Porém, esses embates continuam durante todo o século XX, abarcando diferentes regiões brasileiras, lutas

por e na terra, desejo por reforma agrária e aplicação de modelos de modernização da agricultura.

O passeio histórico evidencia a questão agrária sob perspectiva dos enfrentamentos sociais empreendidos no campo e dos rastros de violência deixados por eles na história de formação da sociedade brasileira. Privilegiamos os acontecimentos ocorridos na metade do século XX, evidenciando, a partir da incursão do Partido Comunista (PC), os conflitos de Trombas e Formoso, as lutas por terra no Paraná e as Ligas Camponesas, bem como a organização e a mediação dos conflitos realizadas pelo PC nas lutas por terra, a reforma agrária e a promulgação dos estatutos do Trabalhador Rural (1963) e da Terra (1964) (OLIVEIRA, 1994).

Frente ao desenvolvimento de conflitos no campo, foram se agregando novos fatos à luta, tais como questionamentos sobre: os dividendos pagos e a regularização da jornada de trabalho; as relações patrão-trabalhador; os mecanismos legais de segurança jurídica, propostos para salvaguardar os trabalhadores; entre outros. As tensões causadas pelo ensejo de direitos elevaram os enfrentamentos no campo e na ação política dos trabalhadores, visto que, em meados de 1940, surgem entidades com intuito de mediar e atuar junto com os camponeses nos embates sociais e políticos vindouros.

O Partido Comunista ganha força nos anos 1940 apoiado na redemocratização brasileira durante o segundo governo Getúlio Vargas (1937-1946) e insere-se no contexto das lutas camponesas diante da polarização e dos conflitos no campo entre a oligarquia agrária e camponeses, demonstrando a instabilidade no campo brasileiro.

As ações do PC ficaram claras quando o partido indicou o interesse pelas questões camponesas e iniciou sua atuação na luta política, no sentido de evidenciar as problemáticas agrárias brasileiras suscitadas a partir da junção da concentração de grandes volumes da propriedade na mão de poucos proprietários e as melhores condições e localização destas em relação aos grandes centros.

Some-se a isso o discurso proferido pelo senador Luiz Carlos Prestes na Assembleia Constituinte (1946), abordando o caráter concentrador da propriedade fundiária brasileira: “Devemos buscar a causa de nosso atraso. E vamos encontrar a explicação disso no monopólio da terra, na propriedade privada da terra e na concentração da propriedade” (BRAGA, 2003, p.16).

Braga (2003) cita aspectos da estrutura fundiária e ressalta dados do

recenseamento realizado em 1940, tais como: 28.432.831 (68,39%) da população brasileira vivia no campo; 9.166.825 da população camponesa estavam ligadas às atividades agropecuárias, mas esses não configuravam como proprietários rurais, visto que apenas 1.903.868 (20,8%) desses eram proprietários; a concentração das propriedades agrícolas numa pequena margem do território nacional e a baixa diversidade produtiva das áreas cultivadas com milho, café e algodão representando 56% da produção nacional, e esse número fica ainda mais expressivo quando levado em consideração o cultivo de cana de açúcar, feijão, arroz e mandioca, elevando o percentual a 90%.

Prestes abordou a questão da concentração fundiária do recenseamento realizado em 1940 da seguinte forma:

os sem-terra no Brasil constituem imensa legião e, com base no Censo de 1940, ad ver tia que 18% dos proprietários possuem 2/3 da área total das propriedades rurais, ou seja, um pouco mais de 1% dos habitantes do campo são do nos de 2/3 da área total das propriedades agrícolas (BRAGA, 2003, p.17).

Stedile (2012) apresenta considerações com base nos dados extraídos do recenseamento de 1940. Dentre eles, destacamos dois pontos: O primeiro indica uma grande representação da população brasileira que vive no campo que corresponde à maior parte dos habitantes. O segundo ponto é a disparidade entre a população economicamente ativa nas atividades do campo em comparação com o número de propriedades rurais existentes no Brasil.

As problemáticas reveladas no recenseamento fizeram o senador Luiz Carlos Prestes tratar a necessidade de promover a desconcentração da propriedade fundiária a partir de uma reforma agrária. Em Braga (2003, p.17), aparece o fim do discurso de Prestes da seguinte maneira: “Sem uma redistribuição da propriedade latifundiária, ou, em termos mais precisos, sem uma verdadeira reforma agrária, não é possível debelar grande parte dos males que nos afligem”.

Frente a isso, o PC foi a principal força de esquerda nos anos 1940, durante seu curto período de legalidade, desempenhando papel relevante nos processos de denúncias, orientação, mobilização e estruturação dos movimentos camponeses e dos trabalhadores rurais brasileiros. Some-se a isso o caráter essencial do PC na sindicalização dos trabalhadores rurais e nos arranjos responsáveis na formação das ligas camponesas.

Apesar das ações desenvolvidas pelo Partido Comunista em defesa dos

camponeses, para Martins (1994, p. 66): “A principal consequência imediata da investida comunista no campo foi a mobilização da igreja católica numa ampla cruzada de conscientização e organização sindical dos trabalhadores rurais”.

O envolvimento da igreja nas lutas camponesas foi uma forma de marcar posição diante da incursão do PC no campo, visto o viés conservador da entidade religiosa. Mas, diante da necessidade de manter sua influência nos territórios rurais, a igreja envolveu-se diretamente nos conflitos camponeses e na estruturação dos sindicatos dos trabalhadores rurais, sendo abordado por Martins (1994, p. 117) da seguinte maneira: “o confronto entre os católicos e as esquerdas, para mobilizar e organizar os camponeses, politizou as lutas rurais e as demandas da população do campo”.

O entendimento dos camponeses como classe permitiu avanços nas pautas rurais, e a participação da igreja fez surgir ações pastorais e outros engajamentos no cenário camponês. As ações da igreja são reconhecidas e valorizadas até os dias atuais, pois foram base para a organização do movimento dos camponeses brasileiros.

Em meio a isso, no final da década de 40, com o início da construção da estrada transbrasiliana (na atualidade liga Belém-Brasília), houve a valorização das terras do entorno da estrada e do município de Uruaçu - GO. Isso provocou a migração de camponeses originários do Maranhão, mas radicados no norte de Goiás, sob a liderança de José Porfírio, com o intuito de ocupar terras devolutas existentes na região (OLIVEIRA, 1994).

O cerne do conflito de Trombas e Formoso em Goiás, como bem retrata Martins (1981), foi o fato das terras ocupadas pelos trabalhadores terem sido griladas por um grupo de fazendeiros em 1952. Dessa forma, houve a disputa pelo direito de posse pelos grupos, sendo o grupo de camponeses acometido por vários processos com o intuito de expropriá-los da terra. Nesse ínterim, foram feitas ofertas de compra, tentativas de torná-los parceiros e por fim incursões violentas do território.

Com o desenrolar do embate, o Partido Comunista Brasileiro enviou representantes para viver e desenvolver estratégias de defesa e organização dos trabalhadores da região. Diante disso, houve a construção da Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, com o intuito de representar os camponeses na luta pela posse da terra em que viviam.

Em 1957, o Partido Comunista contribuiu para a desmobilização das tropas enviadas pelo governo estadual a partir da costura de um acordo de apoio político que beneficiava a sucessão pretendida pelo governador de Goiás Pedro Ludovico. Martins (1981) revela que o comprometimento dos camponeses em apoiar a candidatura do filho e com o intuito de se perpetuar no poder, fizeram o governador aceitar a proposta e desmobilizar as tropas.

O acordo deu uma momentânea situação de tranquilidade, quebrada com a ascensão do Governo Militar em 1964, quando o líder do movimento, José Porfírio, precisou fugir devido à perseguição do Governo Militar. Apesar da fuga, o líder do movimento foi preso em 1972, no Maranhão, e foi solto em 1975, em Brasília, onde desapareceu, levantando suspeitas de sequestro e assassinato (OLIVEIRA, 1994).

Concomitantemente aos conflitos em Trombas e Formoso no estado de Goiás, iniciou-se um conflito por terra no Paraná, na região Porecatu, devido à ordem do governo estadual de despejo de posseiros de uma área de terras devolutas. O cerne do conflito esteve na cessão das terras ocupadas pelos posseiros aos latifundiários por meio de negociações obscuras e de caráter duvidoso realizadas pelo governador do estado do Paraná, Moisés Lupion, em 1950.

A tentativa de despejo violento e a contraofensiva dos camponeses culminaram em conflitos entre a polícia e os posseiros. Em 1950, o PC, através dos seus comitês regionais, fez eclodir a Guerrilha de Porecatu onde foram desenroladas lutas com mortes até 1951, quando um novo governador, Bento Munhoz da Rocha Neto, assumiu e declarou a desapropriação da terra em questão por interesse social.

Porém, Moisés Lupion retornou ao poder em 1956 e o estado do Paraná viu alvorecer manobras do governador com as terras devolutas do estado para beneficiar grandes proprietários de terra, provocando embates entre trabalhadores e latifundiários. As medidas amenizaram os conflitos ocorreram apenas quando o governo João Goulart criou o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), instituição com forte presença do exército e com o intuito de balizar as tensões no estado do Paraná (OLIVEIRA, 1994).

Os conflitos no campo aconteceram ainda em outras porções do território nacional, como Maranhão, Espírito Santo, entre outros estados, envolvendo, em grande parte, processos de grilagem de terra e atrelados ao período de incertezas no país, com condições propícias à ebulição social e ao surgimento de projetos políticos

questionadores.

A maior expressão dos conflitos no campo a nível nacional está ligada à instituição do Movimento das Ligas Camponesas. Em Martins (1994, p. 60), tal movimento foi concebido da seguinte forma: “Um movimento religioso e legalista”; em outras palavras, um movimento pautado no reconhecimento jurídico dos direitos sociais e trabalhistas dos camponeses.

As Ligas Camponesas culminaram na organização dos trabalhadores contra o poder dos grandes proprietários de terra. Conforme Oliveira (1994, p. 25), “as ligas foram organizando, no nordeste brasileiro, a luta de foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, contra o latifúndio”, permitindo aos diferentes grupos sociais a luta social de forma organizada.

Para Oliveira (1994, p. 26), “a origem da expressão ‘Ligas Camponesas’ está relacionada ao ‘movimento de Horticultores da região de Recife’ organizado pelo Partido Comunista do Brasil em 1940”. Contudo, o autor ressalta que o eixo de maior destaque ocorreu nas lutas camponesas contra a alta no preço do arrendamento, desenvolvidas no Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco, onde praticamente nasceu o movimento das Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas revolucionaram as lutas sociais no estado de Pernambuco e outras porções territoriais nordestinas, devido à organização contra exploração trabalhista e por uma renda justa da terra, frente às desigualdades no campo. Conforme Oliveira (1994), o contexto levou à eclosão de embates sociais no Nordeste, permeados pela instabilidade política na elite agrária nordestina e na atuação do PC na organização das lutas camponesas.

Sobre esse contexto, Oliveira (1994, p. 27) indica que:

As ligas surgiram no contexto mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção de roçados dos moradores de usina, mas também de uma crise política regional. Essa crise se particularizou e numa tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste e particularmente numa ação definida da burguesia regional no sentido de obter do governo federal não mais uma política paternalista de socorros emergenciais nos períodos de seca grave, mas sim uma efetiva política de desenvolvimento econômico. Isso queria dizer, uma política de industrialização do Nordeste (OLIVEIRA, 1994, p. 27).

As organizações camponesas contrapuseram os padrões e acabaram promovendo “perdas” financeiras para esses, fazendo crescer de maneira igual as tensões no campo. Diante disso, a elite agrária investiu na contratação de jagunços

com o intuito de intimidar as lideranças camponesas, e isso posteriormente refletiu-se na eclosão de assassinatos de lideranças dos movimentos dos trabalhadores e no amedrontamento da população camponesa. Além disso, o ordenamento do Governo Militar de perseguir, prender e “desaparecer” com as lideranças das Ligas Camponesas fez o medo da população camponesa aumentar e o movimento dos trabalhadores ter suas ações enfraquecidas.

O período representou ainda avanços na organização e nas constantes lutas por justiça dos camponeses, podendo ser apontada como vindoura desse movimento a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963, visto como um instrumento para balizar as relações de trabalho, renda e vida no campo. O Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de março de 1963) é resultado da luta dos camponeses pela renda justa da terra (BARREIRA, 1992), avanços em relação às questões trabalhistas, representativas e à condição do trabalhador rural. Dentre os elementos vindouros com o Estatuto, estão o uso obrigatório da carteira profissional, a regulação da jornada de trabalho, a remuneração, entre outros artigos e incisos que passam a regular os trabalhadores do campo.

O desdobramento do processo de organização e reivindicação dos trabalhadores rurais e camponeses alijados do direito à terra não param por aí; com as conquistas do ETR, esses continuaram a lutar por outras pautas como a busca por condições de vida e trabalho dignas para seus filhos e filhas.

Portanto, a efervescência política da época culminou na instituição do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), promulgado com o princípio da regulação dos direitos e das obrigações relacionadas aos residentes no mundo rural, garantindo medidas sociais justas a esses, a fim de promover melhores condições na terra. Segundo Martins (1994), o Estatuto foi desenvolvido durante o processo de preparação para o golpe de Estado realizado em 1964, quando o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) realizou um estudo diagnóstico de um projeto de reforma agrária para o Governo Militar; o projeto original versava sobre o estabelecimento de limites e uso da propriedade da terra, servindo de base para o Estatuto da Terra, que foi promulgado no ano seguinte em 1965.

A promulgação desse Estatuto e a possibilidade de uma reforma agrária contribuíram para o crescimento da insatisfação da elite agrária, visto que a reforma agrária apetecia a população do campo pela promoção do reordenamento das

propriedades fundiárias. Entretanto, Martins (1994) alega que o regime militar produziu uma legislação suficientemente ambígua, com parâmetros diferenciados, ao tratar as propriedades camponesas, isto dificultava uma melhor aplicação dos artigos e incisos do Estatuto.

Apesar de enfraquecidas politicamente, as oligarquias e as elites agrárias encontraram, na composição do Congresso e principalmente nas forças militares, formas de manutenção da concentração da propriedade de terras. Em Fernandes (1998, p. 3), encontra-se a seguinte argumentação:

O Estatuto da Terra jamais seria implantado. Foi uma quimera. Para viabilizar a sua política. O estado manteve a questão agrária sob controle do poder central. Impossibilitando o acesso à terra aos camponeses, à propriedade familiar e possibilitando o acesso aos que tinham interesse de criar a propriedade capitalista.

Para o autor, o Estatuto da Terra foi um instrumento de manutenção do poder dos grandes proprietários e recaiu sobremaneira nas discussões políticas, nas proposições de mudanças físicas e estruturais para o campo, mediante a organização e a articulação dos camponeses frente aos sindicatos e ao PC. As lutas camponesas por direitos, melhores condições de trabalho e instituição de uma reforma agrária capaz de dirimir as disparidades existentes no campo esbarraram nos entraves e nas discussões políticas serão explicitados no subitem 2.2.

2.2 REFORMA AGRÁRIA: APONTAMENTO E FATOS QUE SE SUCEDEM NA HISTÓRIA BRASILEIRA

O contexto de instabilidade política, a efervescência social e o surgimento de novos mediadores sociais, durante a transição de poder entre o governo Getúlio Vargas e Governo Militar, contribuíram para a maior discussão das pautas agrárias no Brasil, dinamização dos conflitos no campo, e fizeram o projeto de reforma agrária figurar nas discussões sociais e no desenvolvimento de políticas públicas para o campo.

Os debates sociais e, de certa forma, a implementação da reforma agrária naquele momento como nos dias atuais esbarrava no viés de classe, visto que seu cunho social impactava nas diferentes esferas do poder e nos grupos sociais da sociedade brasileira. Somem-se a isso as cisões provocadas pelo advento reformista nos grupos militares, contribuindo sobremaneira para sua saída da agenda política

(MARTINS, 1994).

Dessa forma, ressaltamos três entes sociais (Igreja, Partido Comunista e Camponeses) demandavam a reorganização da estrutura fundiária no campo. Esses entes contextualizam os primeiros embates sociais e foram essenciais para a compreensão do desenrolar histórico da questão agrária e reformista no cenário brasileiro. Sendo assim, evidenciamos o Partido Comunista e as Ligas Camponesas, defensores de uma incursão reformista incisiva e endossavam a necessidade de expropriação dos grandes proprietários.

Acrescenta-se a Igreja Católica, defensora de uma remodelação mais cautelosa, com base em dispositivos constitucionais e que garantisse a indenização, e, por fim, o Governo Militar e o Congresso brasileiro, representantes principais e aliados da elite brasileira, podendo ser considerados entraves para o desenvolvimento das discussões sobre a aprovação da reforma naquele período.

A propósito, o Governo Militar, devido ao golpe de estado realizado em 1964, desenvolveu um projeto de reforma longe do preconizado pelas Ligas Camponesas/Partido Comunista. Diferente disso, segundo Martins (1994), o Governo Militar sinalizou para um eixo de modernização econômica e, nesse sentido, permitiu a incursão capitalista na agricultura, aliando a terra e o capital, abrindo margem para a expansão do sistema de exploração vigente, aumentando os conflitos e arrefecendo a ação dos movimentos pelos direitos sociais camponeses.

Ao tratar sobre o modelo de reforma agrária proposto pelo Governo Militar, Martins (1994, p. 80) caracteriza que:

O regime militar, por esses meios, procurou modernizar, mantendo-a, a propriedade da terra, afastando, portanto, a alternativa de uma reforma agrária radical que levasse a expropriação dos grandes proprietários de terra com sua conseqüente substituição por uma classe de pequenos proprietários e pela agricultura familiar, como sucedera em outras sociedades.

Quando versa sobre as conseqüências da associação entre campo e capital, ele ressalta que:

A aliança estruturalmente básica entre o capital e terra, promovida pelos militares, debilitou a eficácia dos movimentos sociais que poderiam reivindicar reconhecimento e ampliação de direitos sociais em favor das populações pobres, especialmente no campo (MARTINS, 1994, p. 92).

A decisão do governo militar em apoiar a aliança terra-capital provocou nos anos subsequentes a diminuição dos conflitos, devido à debilitação da ação dos movimentos sociais, e contribuiu politicamente para a diminuição da vulnerabilidade

das classes dominantes. Arelado a isso, a caça às lideranças das Ligas Camponesas, o desmonte de algumas instituições e a violência crescente no campo enfraqueceram o protagonismo dos movimentos de lutas no cenário camponês.

A incursão capitalista, a expansão das propriedades fundiárias, a junção das questões agrárias com o militarismo e outros processos de desenvolvimento no território nacional. O militarismo e as opções governistas para o desenvolvimento no campo fizeram as ações violentas aumentarem, e a Igreja Católica, que já tinha sido protagonista, antes e durante o Governo Militar, interveio em favor dos diferentes grupos sociais.

Oliveira (1994) revela a intervenção da igreja católica na situação dos indígenas frente a crescente violência na região amazônica. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), surge em 1973, com o intuito de possibilitar a integração desses jovens, promover uma maior diversidade cultural e cessar o genocídio das tribos indígenas realizado concomitantemente à abertura da rodovia transamazônica. A violência também se fez presente na luta dos posseiros, expulsos das terras, para dar lugar a novas fazendas. Isso fez com que a Igreja Católica agisse novamente, organizando em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A reforma agrária volta à pauta de discussão governista apenas em 1985, com o advento da Nova República e de ela figurar como um dos elementos prioritários para o governo. Ademais, os anos 1980 representaram também um novo alvorecer dos movimentos sociais no cenário brasileiro, a exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), que havia sido desmobilizada após a intervenção do Governo Militar.

Por sua vez, em 1985, foi elaborado, discutido e aprovado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com base nos argumentos de reorganização agrária que embasaram o Estatuto da Terra. Porém, Oliveira (1994) indica que o plano desenvolvido apresenta algumas incongruências e dissoluções daquilo apresentado no Estatuto da Terra, colocando em discussão esses pontos. A crescente insatisfação dos latifundiários e/ou representantes da elite, dada a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária e as possíveis perdas que ela representava para eles. Em meio às discussões políticas em torno do plano, o grupo de latifundiários organiza-se de forma contrária à reforma agrária, e isso acaba culminando na criação da União Democrática Ruralista (UDR), em 1985, que consistia na bandeira de luta dos grandes

proprietários pela apropriação privada da terra frente às ações governamentais e aos movimentos sociais que começavam a despontar com o I PNRA.

A posição da UDR refletiu as ideias da elite da época e pautou a manutenção da estrutura fundiária vigente, de modo que as discussões e a implantação do PNRA colocavam essa estrutura em cheque. A implantação do I PNRA enfrentou resistência desse setor agrícola e conseqüentemente viu o crescimento dos conflitos no campo. Como descrito por Oliveira (1994), a partir da implantação do I PNRA, em 1985, formou-se uma intensa luta no horizonte brasileiro, tendo como atores sociais a UDR (representante dos latifundiários), o governo (frente à aprovação do PNRA) e, por fim, os trabalhadores rurais e movimentos sociais (maiores interessados na implantação da reforma agrária).

A animosidade criada entre os grupos sociais e o governo nos anos subsequentes fez crescer a instabilidade política, a pressão do setor de latifundiários sobre o governo aumentou, isso provocou a queda de ministros e fez crescer a violência no campo. A violência foi uma maneira de amedrontamento e desmobilização dos camponeses frente à pauta da reforma agrária e de manutenção de poder.

A resistência imposta pelo grupo de proprietários ao governo impediu os avanços pontuais na reforma agrária proposta pelo I PNRA entre 1985 e 1987. No interstício das discussões, o governo perdeu importantes representantes do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em acidente aéreo causado por falhas na turbina do avião, em setembro de 1987, na região sul do estado do Pará (Figura 01), e, por isso, foi necessário reorganizar os setores de ambos os órgãos

Diante dos fatos foi extinto o INCRA e criado, em outubro de 1987, o Instituto Jurídico de Terras Rurais (INTER) com diretrizes diferentes. O novo momento representou, em partes, a satisfação dos desejos da UDR, já que, com sua criação, caiu o número de desapropriações, houve queda no assentamento de famílias e outros elementos enfraqueceram o I PNRA.

O insucesso das metas estabelecidas no I PNRA e as tentativas de avanços nas pautas reformistas provocaram debates na elaboração, nas discussões e na promulgação da constituinte, indicando um contexto acentuado de conflitos no campo e embates políticos entre os polos antagônicos nas esferas do poder. O processo da Assembleia Constituinte dos anos de 1980 foi cercado de pressões políticas, manifestações e discussões acaloradas e insultos nas votações, tendo como principais protagonistas a UDR, Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e Partido da Frente Liberal – PFL representantes dos latifundiários, enquanto os camponeses tinham PT, PCB e as ações dos Movimentos Sociais para reafirmar os interesses pela inserção da reforma agrária no texto da constituinte de 1988.

Os anos 1990 foram turbulentos no Brasil, marcados por reorientações sociais e econômicas, bem como pela instabilidade política no país, responsável pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello e pela ascensão do vice-presidente Itamar Franco para cumprimento dos dois anos de mandato que restavam, representando um momento de avanços e retrocessos na pauta agrária.

Em 1990 o presidente Collor pautou seu governo no desmonte do aparato estatal e administrativo, fazendo inclusive um duplo aceno nas questões do campo: as políticas agrícolas através de medidas liberais e aos camponeses, criando programas como o Terra Brasil e o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), o primeiro com intuito de desapropriar e assentar novas famílias e o segundo com intenção de liberar crédito a famílias já assentadas.

Porém, denúncias de corrupção e fraudes financeiras relacionadas à campanha eleitoral culminam na deposição do presidente Collor e, em decorrência disso, não houve avanços nos programas governamentais citados. Itamar Franco (1993 - 1994) assumiu o poder e no seu governo, como parte das ações de reforma agrária, foi promulgada a Lei 8.629/93 ou Lei Agrária, dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos relativos à reforma agrária previstos na

constituição federal. A lei agrária trata sobre a desapropriação por interesse social das propriedades rurais que não cumprirem a sua função social. Em outras palavras, o imóvel rural de pequeno ou médio porte, que não utilizasse os recursos de forma racional e produtiva, está passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

A lei 8.629/93 versa ainda sobre definições de imóvel rural, sendo este um prédio rústico que possa ser destinado a exploração agrícola, pecuária, entre outras. Os termos da lei ainda definem a pequena e a média propriedade conforme as frações dos módulos fiscais, sendo a pequena até 04 módulos e a média entre 4 e 15 módulos.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) iniciou em 1995 sob a expectativa de fazer diferente dos seus antecessores em relação à reforma agrária. Porém, logo no início do governo, ocorrem os tristes episódios de Corumbiara (1995)² e Eldorado dos Carajás (1996)³, onde vidas de trabalhadores rurais sem-terra foram ceifadas a partir de ações com uso de força desproporcional por parte do Estado e/ou de jagunços contratados.

O Massacre de Corumbiara ocorreu na Fazenda Santa Elina, no ano de 1995, em ocupação realizada por 2.300 trabalhadores sem-terra na propriedade de 18 mil hectares localizada no município de Corumbiara, sul de Rondônia. O proprietário da terra solicitou a reintegração de posse à Justiça; com o parecer favorável, houve duas tentativas de reintegração de posse. Na primeira, a polícia não obteve êxito e os trabalhadores permaneceram na propriedade. Na segunda incursão da polícia, desta vez com um contingente de 195 policiais de diferentes municípios de Rondônia, houve uma invasão à propriedade na madrugada do dia 09 de agosto de 1995 e o conflito deixou 13 mortos, cerca de 64 feridos e outras centenas de pessoas presas por resistência.

A ocupação de terras devolutas ou mesmo terras privadas que não cumprem a função social tem sido um dos instrumentos de luta dos movimentos socioterritoriais e o mais conhecido devido às ações coletivas desempenhadas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) (FERNANDES, 2005).

² Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/vilhena-e-cone-sul/noticia/2015/08/massacre-que-matou-12-pessoas-em-corumbiara-ro-completa-20-anos.html>. Acesso em: 19 nov. 2021

³ Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/policia-massacra-em-eldorado-dos-carajas>. Acesso em: 19 nov. 2021

Pedon (2009, p. 173) configura a ocupação da seguinte maneira:

um processo social e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência às lógicas hegemônicas de reprodução da sociedade e, por consequência, do espaço. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos desterritorializados.

Compreende-se a ocupação de terra como atividade coletiva de contestação popular contra as ordens territoriais estabelecidas em diferentes porções do território nacional. O movimento de ocupação de terras ou de órgãos públicos, geralmente, é contrário ao sistema hegemônico que expropria e dificulta o acesso dos camponeses à terra, sendo esse expresso nos conflitos no campo e nos processos de resistência camponesa.

Em 1996, ano seguinte à Corumbiara, houve o Massacre em Eldorado dos Carajás, esse relacionado ao movimento de cobrança por desapropriação de terra por 1.500 trabalhadores do movimento sem-terra ocupavam a Fazenda Macaxeira no Pará. Esses, diante da inoperância do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na esfera federal, decidiram fazer uma mobilização em direção à capital do estado do Pará, com o intuito de pressionar o governo estadual a realizar a desapropriação das terras ocupadas.

O deslocamento à capital deu-se pela rodovia PA-150. A distância e o percurso extenuante culminaram num acampamento dos trabalhadores às margens da rodovia, com o intuito de arrecadar alimentos e conseguir transporte para chegar ao destino final. O acampamento se configura como um espaço de territorialização de luta, resistência, e como um espaço de interação entre os sujeitos dos movimentos (PEDON, 2009).

Porém, sob o pretexto de obstrução camponesa à rodovia, foi preparada uma ação policial violenta para retirada dos trabalhadores sem-terra, que resistiram com seus instrumentos de trabalho e foram duramente atacados com gás lacrimogêneo, bombas e tiros. Os disparos causaram a morte de 19 trabalhadores, desencadeando protestos e comoção internacional pela forma como as vidas foram ceifadas (Figura 02).

Figura 02 - (a) Protesto de trabalhadores contra a ação policial em frente ao IML de Marabá-PA, no ano de 1996. (b) Caixões dos trabalhadores sem-terra mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996



Fonte: Acervo do Memorial da Democracia.

Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/policia-massacra-em-eldorado-dos-carajas>. Acesso em: 05 jan. 2021.

Após esses episódios, houve grandes mobilizações dos movimentos sociais, entre as quais ressaltamos a Marcha a Brasília (1997), com o objetivo de visibilizar a luta por emprego, justiça e reforma agrária, além de chamar atenção para o massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás no ano anterior e ações como o Grito da Terra, que reúne anualmente trabalhadores e trabalhadoras rurais em torno de agendas reivindicatórias destes no Movimento Sindical.

Por fim, ressaltamos a marcha dos 100 mil, grande mobilização nacional organizada por entidades sociais, sindicatos e partidos da oposição no ano de 1999, em Brasília. Os manifestantes tomaram conta da Esplanada dos Ministérios (Figura 03) com o intuito de protestar contra as mortes no campo, a agenda de privatizações e pedir investigação de um suposto crime de responsabilidade fiscal do governo FHC.

Figura 03 - Manifestação em Brasília, no ano de 1999: entidades, sindicatos e partidos de oposição tomam conta da Esplanada dos Ministérios



Fonte: Acervo do Memorial da Democracia.

Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/cem-mil-marcham-contra-o-governo> Acesso em: 04 jan. 2021.

As grandes mobilizações ocorreram mediante a articulação dos movimentos sociais, frente ao desenvolvimento da política econômica brasileira e aos crescentes conflitos no campo. Pedon (2009), trata as mobilizações como um instrumento dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais com o intuito de denunciar, pressionar, organizar e obter respostas das demandas surgidas, no caso em tela; diante de um cenário nacional complicado, foram criadas formas de resistência e denúncia. Isso se refletiu na organização, na ampliação e no fortalecimento das articulações nacionais, através de agendas políticas e movimentos de resistência, como forma de pressionar o governo frente aos desmontes e contra a violência no campo.

Na época, as manifestações da sociedade civil, sindicatos e partidos políticos, posteriores aos massacres de Eldorado dos Carajás e Corumbiara chacoalharam o cenário nacional e político brasileiro, e a efervescência causada no âmbito nacional e internacional pressionou o governo a dar respostas à sociedade civil e, de tal forma,

trazer de volta à pauta de reorganização da estrutura fundiária brasileira.

No ano de 2021, completaram 25 anos do Massacre de Eldorado de Carajás, mas a impunidade continua imperando no cenário nacional: os policiais responsáveis pelo massacre camponês foram a julgamento em 1999 e absolvidos, mostrando que nem a marca sangrenta da ação foi capaz de garantir a punição da justiça⁴. A punição aos envolvidos foi aplicada em 2012, 16 anos após o massacre, com a responsabilização dos comandantes da operação: Coronel Mário Colares Pantoja e o Major José Maria Pereira, com sentença extensas e de regime fechado. Apesar disso, ambos alegaram problemas de saúde e cumpriram a maior parte pena em regime domiciliar ou em liberdade.⁵

Os movimentos sociais organizam desde 1997 eventos e mobilizações do chamado "Abril Vermelho" do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), para marcar o Dia Internacional da Luta Camponesa e relembrar o massacre em Eldorado dos Carajás. No evento são realizados protestos (fechamento de estradas, caminhadas etc.), atividades solidárias, oficinas e outras atividades virtuais, a fim de manter viva a memória das vítimas de chacinas efetuada pela polícia militar.

O debate da reforma agrária no governo FHC foi tratado de forma pontual e geralmente versava sobre o alívio da pobreza da população do campo. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), fruto da luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, mostrou-se como uma política agrícola ineficaz, devido às dificuldades de acesso e aos baixos níveis dos recursos disponibilizados para os agricultores beneficiados (PEREIRA; SAUER, 2006). O governo FHC estava assentado em políticas de reajuste governamental com caráter liberal e interessado em implementar reformas na estrutura estatal, garantindo apoio à modernização da agricultura, provocando assim o desmonte das demandas agrícolas e das políticas sociais.

A junção desses fatores fez alvorecer uma política de financeirização, prezando pela ampliação das áreas do agronegócio e concessão aos produtores rurais de incentivos e isenções fiscais para o desenvolvimento da agricultura. Imbuída nessas transformações conjunturais das políticas sociais, do mercado interno e na estrutura das estatais, veio a proposta da reforma agrária de mercado, apresentada com a

⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc19089908.htm>. Acesso em: 20 out. 2021.

⁵ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/17/condenados-por-massacre-de-carajas-cumprem-pena-em-liberdade-e-tem-apoio-de-bolsonaro> Acesso em: 17 nov. 2021.

perspectiva de contribuir com a solução da pobreza rural e como instrumento facilitador dos meios de acesso à terra, visto que sua instituição era apregoada como facilitadora de processos rápidos e menos burocráticos de compra/venda de imóveis rurais.

Conforme Pereira e Sauer (2006), o cenário encontrado no Brasil dos anos 1990 era ideal para o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) testar seu modelo de reforma agrária implantado noutros países. No caso brasileiro, havia a demanda por terra, os imóveis rurais estavam desvalorizados e o governo estava alinhado à plataforma neoliberal. Além disso, era necessário reverter o cenário de animosidade criado pelos diversos conflitos por terra no campo e tratar sobre a problemática agrária suscitada por eles.

A confluência desses fatores é que abarca a adoção dos programas e projetos orientados pela Reforma Agrária de Mercado (RAM). Em Pereira e Sauer (2006), é ressaltada a velocidade de implementação do modelo e tratada a intencionalidade governamental de não aderir à reforma agrária via desapropriação por interesse social. A partir da adoção do modelo de RAM, é implantada dentro das ações fundiárias do projeto piloto São José a chamada reforma agrária solidária, que tratava sobre o financiamento de compras de terras e consistia numa experiência no estado do Ceará. Foi, inclusive, com base no experimento cearense, meses depois, surgiu o “Projeto-Piloto e Alívio à Pobreza”, popularmente conhecido como Cédula da Terra, consistia no financiamento por meio de agente financeiro da compra de imóveis rurais para agricultores.

Em 1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso promulga a Lei Complementar nº 93, criando o Fundo de Terras e reforma agrária – Banco da Terra, com finalidade de financiar programas de reordenação agrária e assentamento rural em benefício de trabalhadores rurais não proprietários, arrendatários, parceiros e posseiros que conseguissem comprovar experiência mínima de cinco anos na atividade agropecuária.

A medida visava evitar os conflitos pela terra com a possibilidade de acesso à terra via compra e venda. No artigo 3º da lei complementar nº93, é salientado a receita do fundo de terras e reforma agrária seria utilizada para compra e investimento na infraestrutura do assentamento, e o artigo 7º versa sobre os prazos para pagamento da dívida adquirida com a compra dos imóveis rurais, de modo que a amortização seja

feita em até 35 anos.

Com a adoção desses programas, a ideia de combater a pobreza foi reduzida ao assentamento pontual de famílias rurais, retirando o caráter redistributivo pretendido pela reforma agrária via desapropriação de terras. Outrossim, a proposta desenvolvida colocava os trabalhadores rurais e agricultores rurais para cumprir acordos com um agente financeiro responsável pela compra da terra pretendida.

Oliveira (2005, p. 77) indica que, para justificar a escolha pelos programas de RAM em detrimento da RA Tradicional, os governos federal e estadual (caso do Ceará) utilizaram a retórica de lentidão processual e a superestimação de valores indenizatórios dos imóveis rurais. Dessa forma, criou-se uma narrativa capaz de garantir a RAM como uma alternativa viável à RA tradicional, mas, diferentemente da ideia desta, a intencionalidade do processo seria salvar os latifúndios improdutivos.

Em Oliveira (2005, p. 77), encontra-se a argumentação sobre as diferenças nas concepções de reforma agrária, que são descritas da seguinte maneira:

A lógica da reforma agrária de fato está baseada na distribuição de terra mediante a mudanças na estrutura fundiária, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento da produtividade no campo. No caso da política fundiária com base no mercado, a reforma agrária se restringe a resolver o problema financeiro dos proprietários de terras rentistas, permitindo acesso via endividamento dos camponeses.

O endividamento dos agricultores ressaltados por Oliveira (2005) é corroborado nas investigações de Barros (2014), quando cita a experiência dos camponeses beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) na zona da mata pernambucana. É importante ressaltar que, apesar do endividamento, há experiências exitosas (como os jovens de Serra Talhada), mas é comum encontrar na literatura abordagens constatando problemas financeiros, atrasos e endividamento dos agricultores.

A promulgação das políticas de crédito pretendia arrefecer o poder de aglutinação do movimento sem-terra e promover a disputa estratégica entre os próprios trabalhadores rurais pelo protagonismo no acesso à terra e à reforma agrária (PEREIRA; SAUER, 2006).

De acordo com Pereira e Sauer (2006, p.177):

Era preciso, na ótica do governo federal e do BIRD, diminuir a pressão provocada pelas ocupações de terra e reverter a ascensão das lutas populares no campo, introduzindo um mecanismo de mercado que pudesse disputar, pela base, a adesão de trabalhadores sem-terra.

A ascensão do presidente Luiz Inácio da Silva (2003 - 2006) ao poder foi cercada de expectativas de mudanças na estrutura social do país, ligadas à atuação para dirimir a desigualdade social no campo e a concentração do controle de terras. A expectativa de alterações deu-se pelo seguinte: atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) em oposição ao governo FHC e alinhamento político partidário à esquerda, contando com o apoio dos movimentos sociais e de entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esse cenário despertou esperança nos camponeses quanto à implementação da política de reforma agrária no Brasil (FERNANDES, 2008).

Era esperada uma postura contrária à RAM e à política de financeirização praticada no governo FHC. Contudo, o governo Lula agiu da seguinte forma: manteve e remodelou os projetos existentes, reformulou o fundo de terras e criou o PNCF para abarcar todos os programas de crédito propostos, deixando o controle das medidas tomadas sob responsabilidade da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Essa ação foi possibilitada pelo forte apoio do governo eleito frente aos movimentos sociais e às entidades sindicais, e isso respingou na construção do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que teve como objetivo regulamentar as questões pungentes no campo, com o assentamento de novas famílias, as desapropriações, a regularização e o beneficiamento de famílias com a política de crédito fundiário.

A construção do plano contou com participação de diferentes setores sociais e representação acadêmica; visando para além do acesso à terra, prezava ainda pela geração de renda através da comercialização e do acercamento, com direitos fundamentais, como saúde, educação e saneamento básico. Vale ressaltar a intenção de promover a inserção dos agricultores familiares e trabalhadores rurais em atividades produtivas em consonância com as potencialidades regionais para assim colocá-los na estrutura fundiária.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004, p. 05) concebe a participação de diferentes setores da seguinte forma:

O Plano é fruto do esforço coletivo de servidores e técnicos, com o acúmulo dos movimentos sociais e da reflexão acadêmica. Combina qualidade e

quantidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos numa ação integrada de governo e com a participação social na sua implementação. O processo de elaboração do II PNRA contou também com a importante contribuição do professor Plínio de Arruda Sampaio e uma equipe de especialistas de diferentes instituições acadêmicas.

Houveram problemas no II PNRA desde o processo de formação da equipe, elaboração e posteriormente execução do Plano. Inicialmente, ressaltamos os acordos políticos feitos pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para garantir a vitória no segundo turno da eleição. Isso culminou na aproximação com a bancada ruralista e pressionou o governo eleito a fazer reorganizações pautadas nos interesses dos diferentes aliados (FERNANDES, 2008).

Nos atos subsequentes, viu-se emergir a disputa de concepções da política de reforma agrária praticadas no governo. A primeira, da secretaria agrária do partido, via a reforma agrária como política social compensatória para auxiliar o programa Fome Zero, e a segunda, dos movimentos sociais, vê a reforma agrária como uma política de desenvolvimento conjuntural, visando uma soberania alimentar do país. As disputas teóricas criaram uma tensão entre os grupos na formação da equipe de Plínio de Arruda Sampaio (um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e responsável pela elaboração do II PNRA), e o desgaste acabou culminando na demissão de Marcelo Resende da presidência do INCRA, o que representou um recrudescimento na esperança dos que defendiam a segunda concepção de reforma agrária (OLIVEIRA, 2011).

Com a demissão os movimentos vinculados à Via Campesina perderam representação política no MDA/INCRA tornando o polo sindical formado por CONTAG, CUT e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF) hegemônico na luta por reforma agrária no governo. Outrossim, ressaltamos que a política de reforma agrária como pretendida pelos movimentos socioterritoriais enfrentou a sinalização de apoio do governo Lula ao agronegócio, às políticas neoliberais de assentamento e ao sucateamento do INCRA, deixando a política de reforma agrária em segundo plano nas pautas governamentais.

Nos documentos oficiais do PNRA, foi pleiteado ainda a consolidação de um novo padrão de desenvolvimento e do fortalecimento da agricultura familiar. O documento visou reconhecer a diversidade de atores sociais residentes no campo e as relações de vivência desses, bem como os direitos territoriais das comunidades tradicionais, os elementos culturais, econômicos e os saberes desenvolvidos por

esses.

As caracterizações do II PNRA são explicitadas nos documentos oficiais do (MDA, 2004, p.8) da seguinte forma:

PNRA reconhece a diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, geração, raça e etnia que exigem abordagens próprias para a superação de toda forma de desigualdade. Reconhece os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais, suas características econômicas e culturais, valorizando seu conhecimento e os saberes tradicionais na promoção do etnodesenvolvimento.

No II PNRA, foram traçadas metas para cumprimento nos quatro anos de governo. Das metas contidas no documento do II PNRA (MDA, 2004, p. 38), destacamos: “I – 400.000 famílias assentadas, II – 500 famílias com posses regularizadas; III – 150 famílias beneficiadas pelo crédito fundiário; e IX – promover a igualdade de gênero na reforma agrária”. Os dois primeiros pontos versam sobre a possibilidade de assentamento de novas famílias e a entrega do documento de posse regularizada da terra, enquanto o terceiro trata sobre a pretensão de atender 150.000 trabalhadores e/ou jovens trabalhadores rurais através da política de crédito fundiário. O ponto quatro versa sobre a promoção de igualdade de gênero na reforma agrária; a meta coaduna-se com a própria informação dos jovens de Santa Rita de como essa questão foi pautada para eles:

Um dos critérios do projeto, tinha que ter a cota de mulheres, jovens homens e mulheres. Tinha que ter a cota de 30% de mulheres na época. Um dos critérios para se montar a associação e aderir ao programa nossa primeira terra. (Jovem¹) e (jovem²)
Se fosse só homem, não montava a associação não (Jovens ¹ e ² - 18 de fevereiro de 2020).

A questão de gênero é amplamente debatida no campo através dos sindicatos, das Organizações Não-Governamentais - ONG dos próprios setores dos movimentos sociais. No caso da política de crédito, a inclusão feminina foi pautada nos projetos de acesso coletivo por orientação dos sindicatos de trabalhadores rurais, responsáveis pela capacitação inicial dos interessados em acessar a política de crédito do PNCF. Os movimentos sociais, a exemplo do próprio sindicato, desempenharam papel relevante na organização e no desenvolvimento das políticas de crédito nos territórios rurais.

Em relação às metas estabelecidas no II PNRA, Oliveira (2011) indica incongruências nos dados divulgados pelo MDA e, também, denuncia que as quatro

classificações desenvolvidas (Reordenação Fundiária, Regularização Fundiária, Reassentamento e Reforma Agrária) criam factoides estatísticos para mascarar um processo de reforma agrária pouco efetivo. Na visão de Oliveira (2011), essa tese fica clara quando analisadas as relações de beneficiários divulgadas pelo MDA: além de não atingir os montantes pretendidos, os processos vigentes, em grande parte, eram de regularização e reordenação fundiária. Na reflexão do autor, o método de divulgação do governo foi uma forma de confundir os movimentos socioterritoriais sobre a efetividade da reforma agrária em curso na época.

Ao fim do II PNRA, quando analisados e desagregados os dados oficiais, foram identificadas discrepâncias entre os números propagados pelo Partido dos Trabalhadores e os números reais. Sobre isso, Oliveira (2011, p. 09) aborda que o II PNRA se encerrou em 2006 e o governo Lula não tinha cumprido as metas estabelecidas:

O governo LULA tinha implantado apenas 149.490 assentamentos novos, ficando a diferença (231.929) para a regularização, reordenação e reassentamentos fundiários. Ou seja, o INCRA cumpriu apenas 37% da Meta 1 dos assentamentos novos, deixando de assentar 250.510 famílias.

Da meta inicial de 520 mil famílias, apenas 163.191 haviam sido assentadas, e o governo propagava 449 mil famílias, tratando números de reordenação fundiária, regularização fundiária e reassentamentos fundiários como maneiras efetivas de reforma agrária. O não cumprimento das metas traçadas e a falta de ações mitigadoras e de transformação deixaram subentendido que o II PNRA consistiu uma medida governamental paliativa e bastante contraditória, visto que, apesar de algumas mudanças na estrutura fundiária brasileira, não conseguiu promover a desconcentração das terras.

Nos anos subsequentes, a política de reforma agrária foi esquecida dos planos do governo, visto que não foi colocado em discussão um III PNRA. Oliveira (2011) indica que para os três últimos anos de mandato o governo Lula decidiu pela substituição da política oficial de reforma agrária por um processo de regularização fundiária e conforme seu entendimento a mudança governamental na condução da política de reforma agrária representou uma vitória para o agronegócio, ao permitir de forma ilegal a regularização de terras ocupadas por grileiros.

O II PNRA aludiu a Juventude Rural como um dos públicos beneficiários com o intuito de garantir instrumentos viáveis que contribuíssem com as diversas dimensões de vida da população camponesa, visibilizando os jovens nas políticas públicas e

sociais, permitindo acesso dos mesmos a direitos sociais conquistados no processo de luta política. O II PNRA convergiu no sentido da reorientação política e na abordagem que privilegiassem os jovens trabalhadores rurais, nas políticas públicas, nos programas sociais e na constituição de espaços institucionais criados no âmbito governamental.

As ações para juventude brasileira são fruto da organização e lutas políticas do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, bem como, fruto da reorientação da ONU e de outros organismos internacionais sobre o entendimento da juventude enquanto sujeitos de direitos e estratégicos para o desenvolvimento local.

A reorientação e o protagonismo dos jovens nos movimentos socioterritoriais e organizações sociais, fizeram emergir no cenário nacional: espaços para discussões sobre o modo de vida, a organização e o ensejo de políticas públicas para a juventude, refletindo no crescimento da categoria social, das lutas organizadas e do fomento de políticas públicas e sociais voltadas para as juventudes.

No caso dos jovens trabalhadores rurais, a partir de 2003, o governo Lula lançou dois programas, PRONAF e PNCF, consistindo em políticas de concessão de crédito para investimento na produção e para a compra de imóveis rurais por jovens trabalhadores rurais. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) foi criado em 2003, a partir da reformulação das linhas existentes no governo FHC (a linha Banco da Terra passou a ser reconhecida como a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF)) e as linhas do Programa Cédula da Terra e de Crédito Fundiário passaram a representar a Linha de Combate à Pobreza Rural (CPR), centralização dos programas numa única pasta (SRA/MDA) e a ampliação dos públicos atendidos pelas políticas do governo anterior (juventude e idosos).

Na visão do governo a manutenção dos parâmetros, a renomeação e a centralização das linhas transformariam o PNCF num programa de caráter englobante. Conforme Barros (2014, p. 194), o PNCF remonta o ano de 2003 e tinha como objetivo “constituir-se em um mecanismo de acesso à terra, complementar ao plano nacional de reforma agrária, que contribuísse para a ampliação e a consolidação da agricultura familiar”. A ideia central do programa era garantir o acesso das famílias rurais à terra e conseqüentemente construir a possibilidade de desenvolvimento produtivo das propriedades adquiridas.

O governo do presidente Lula indicou nas linhas do PNCF a necessidade da

criação de uma linha de crédito voltada para os jovens trabalhadores rurais na faixa etária dos 18 aos 28 anos, abrindo a possibilidade de financiamento para a compra de imóveis rurais. A linha que visava ao atendimento dos jovens iniciou em 2003, como eixo temático e subsidiário à linha CPR (Apêndice D), configurando atendimento da juventude, quando os interessados no financiamento se encontravam na faixa etária do programa.

O período representa ainda o alvorecer de uma série de políticas públicas e de outras conquistas para a juventude, consolidando-os no cenário social brasileiro, pois viabiliza o surgimento de múltiplos espaços, programas e políticas para atuação e reivindicação dos jovens brasileiros (BARCELLOS, 2014).

Entretanto, apesar de configurar acesso a imóveis rurais, o PNCF causa o endividamento dos camponeses e provoca altas taxas de inadimplência. Dessa forma, em 2008, o governo federal lançou a Medida Provisória nº 432, versando sobre a instituição de um projeto de regularização das dívidas contraídas a partir das políticas de créditos rural e fundiário. No mesmo ano, o governo federal lançou o Decreto 6.672/2008, transformando a linha de Combate à Pobreza Rural (CPR) numa política de governo de caráter complementar à reforma agrária, a gestão coube ao governo brasileiro através da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA).

Conforme Barcellos (2016), até 2012 a linha NPT era um selo temático. Porém, após sucessivas discussões em grupos de trabalhos do MDA, foram fomentadas pelos movimentos sociais, ONGs e camponeses pautas para aperfeiçoamento do programa. Dessa forma, em 2013, sob o governo da presidente Dilma Rousseff, foi promulgada a linha Nossa Primeira Terra (NPT), como política pública desmembrada das linhas CPR e CAF, mantendo o atendimento aos jovens trabalhadores rurais, permitindo o acesso ao crédito fundiário por meio de financiamento bancário e finalidade de aquisição de imóveis rurais para exploração produtiva e desenvolvimento do seu projeto de vida. A propósito, os jovens trabalhadores rurais precisavam atender os parâmetros da linha de crédito (Apêndice D), que eram/são: ter idade entre 18 e 29 anos, ser filho(a) de agricultores e estar inserido no meio rural, estudar nas escolas agrotécnicas e/ou centros de formações alternadas e, por fim, ter renda familiar anual de até R\$ 15 mil reais.

O PNCF trouxe um novo panorama às questões rurais, visto que, baseado na de mercado o governo federal transferiu responsabilidades do processo de reforma

agrária para os governos estaduais e para os camponeses, fazendo-os agentes de compra e venda no processo. Ficaram os camponeses responsáveis pela organização jurídica e busca do imóvel, e, por fim, têm a incumbência de procurar o responsável pela gestão estadual do programa, no caso de Pernambuco, o Fundo de Terras do Estado de Pernambuco/ Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco (FUNTEPE/ITERPE), levando consigo a proposta de aquisição do imóvel. O órgão fica responsável pela análise das documentações, viabilidade de obtenção e outros elementos, sendo posteriormente encaminhado o processo de compra para um agente financeiro que intermediou a aquisição com os camponeses ao garantir a concessão de crédito.

Os avanços tidos com os governos progressistas sofrem uma grande cisão com a deposição da presidente Dilma Rousseff do governo, no ano de 2016, motivada pelo contexto de crise que assolou o país, a dificuldade de interlocução com outros partidos e a negativa de participação em negociações do grupo de deputados conhecido como “centrão”.

Hora (2018, p.436) caracteriza o processo de impeachment da seguinte forma: “A deposição da presidenta Dilma Rousseff – situação entendida como um Golpe de Estado operado no âmbito do parlamento brasileiro e judiciário” O longo processo de deposição abriu discussões sobre a condução jurídica/política e dos ataques públicos de caráter sexista sofridos pela presidente da República.

A perspectiva de gênero do processo de impeachment revelou o incomodo do parlamento brasileiro, ocupado majoritariamente por homens, com uma mulher, reeleita democraticamente, comandando o país e faz-nos refletir sobre os avanços progressistas e o papel das mulheres na sociedade. A esse respeito Hora (2018, p.437) reflete:

reascendeu o debate sobre o lugar da mulher na sociedade contemporânea brasileira, não apenas pelo vício processual empregado, mas, sobretudo, pelas táticas, estratégias de desgaste e deslegitimação desferidas contra a chefe de Estado ao longo do percurso de instalação do impeachment e reverberado pelos principais meios de comunicação do país. (HORA, 2018 p.437)

A aprovação do impeachment não exime os protagonistas e seus interlocutores das críticas recorrentes ao processo, visto as fragilidades processuais e pela cisão com a normalidade democrática no país (Leite, Tubino e Sauer, 2018). O golpe de estado foi o prenúncio de uma série de ações visando ao desmonte de políticas públicas, corpos técnicos e a supressão de direitos sociais conquistados pelas

populações da cidade e do campo. Após a aprovação do afastamento, o então vice-presidente Michel Temer assumiu o poder de forma interina, sendo efetivado no cargo em agosto de 2016 quando o Congresso Nacional aprovou *impeachment* da presidente Dilma.

O presidente Temer iniciou uma série de mudanças na condução das políticas agrárias e na estrutura dos órgãos federais. Conforme Leite, Tubino e Sauer (2018) as mudanças foram viabilizadas pela base de apoio do presidente em exercício, consolidada no processo de *impeachment*, permitindo-lhe a realização de cortes orçamentários de políticas e ministérios, desregulamentações de leis vigentes e mudanças estruturais dos órgãos governamentais, por meio de medidas provisórias, projetos de lei e decretos públicos, sob a justificativa de uma política de austeridade e contenção dos gastos públicos previstos na agenda neoliberal.

O modelo de ação adotado pelo presidente Temer foi evidenciado desde seus primeiros atos governamentais, visto a edição da Medida Provisória 726/2016⁶; a medida alterava as disposições da presidência da República e dos seus respectivos ministérios. O ato governamental de 2016 extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado durante a gestão de FHC para mediar a discussão da reforma agrária e a criação de políticas de apoio técnico e social aos camponeses, transformando-o e levando suas competências e estrutura para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) aglutinando pastas sem aumento de dotação orçamentária para abarcar suas competências.

A MP726 foi complementada pela edição do Decreto n° 8.780/2016⁷ que transferiu as competências de desenvolvimento sustentável, a demarcação de terras, as discussões e as medidas de reforma agrária do MDSA para a Secretaria de Casa Civil. A junção dos atos governamentais inviabilizava a ação das principais secretarias e deixava a condução das políticas públicas, dos programas sociais e de desenvolvimento territorial sob o controle do presidente da República.

As mudanças implementadas no governo Michel Temer seguiram com a edição da Medida Provisória 733/2016⁸, tratando sobre a possibilidade de produtores rurais

⁶ Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/125733>. Acesso em 20 out. 2021.

⁷ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/342760994/decreto-8780-16>. Acesso em: 20 out. 2021.

⁸ Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126142>. Acesso em: 20 out. 2021.

inscritos na dívida ativa da União renegociar e liquidar dívidas adquiridas nas regiões da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A MP beneficiou grandes devedores e ficou conhecida como "Perdão de dívidas" por permitir a liquidação do saldo devedor com descontos entre 60% e 95%⁹. A MP não cobria dívidas inferiores a 10 mil e contratados em 2012, prejudicando camponeses e agricultores familiares em tais condições. O governo também investiu em ataques a medidas de proteção e controle ambiental. Nesse sentido, foram editadas duas medidas provisórias: MP 756/2016¹⁰ e MP 758/2016¹¹. A primeira versava sobre a diminuição de mecanismos de controle fundiário em unidades de conservação e visa ampliar áreas de exploração na Amazônia¹². A segunda alterava os limites do parque do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental (APA) Tapajós; os atos garantiram que empresas agroexportadoras construíssem ou fizessem melhorias infra estruturais na ferrovia e na BR-163O prosseguimento das ações seguiu com a Medida Provisória n° 759/2016¹³, versando sobre a regularização fundiária em áreas urbanas e rurais a partir da alteração de mecanismos para facilitar os processos de alienação dos imóveis e a possibilidade de liquidação de créditos concedidos a assentados da reforma agrária. Mattei (2018) destaca as mudanças feitas nos artigos 05 e 18. O primeiro versando sobre o pagamento de Título da Dívida Agrária – TDA como forma de efetuar a desapropriação de imóveis que não cumpriam sua função social. O segundo tratava sobre os Títulos Definitivos e de CDRU seriam inegociáveis por 10 anos, deixando brechas para essas terras serem negociadas no mercado de terras após esse período.

A promulgação e a alteração dos dispositivos da lei agrária tinham como intuito beneficiar a base aliada do governo e dar base jurídica a medidas que prejudicavam diretamente camponeses, tais como: permissão de regularização de grandes lotes e/ou condomínios privados, extinção do licenciamento ambientais, federalização da

⁹ Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/12/12/proprietarios-de-terra-devem-quase-r-1-trilhao-uniao/>. Acesso em: 17 nov. 2021

¹⁰ Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/127863>. Acesso em: 20 out. 2021.

¹¹ Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/127865>. Acesso em: 20 out. 2021.

¹² Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/governo-temer-altera-unidades-de-conservacao-e-fragiliza-protacao-a-floresta-no-para>. Acesso em: 20 out. 2021.

¹³ Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/127879>. Acesso em: 20 out. 2021.

competência de regularização fundiária, entre outros. Mattei (2018) trata estas mudanças feitas na lei agrária como um desconhecimento e desconsideração com a trajetória de luta da reforma agrária no país.

Esse conjunto de medidas associado a outros atos governamentais causam impactos contundentes nas políticas, nos programas sociais e na estrutura de órgãos de apoio a camponeses, reverberando no desmonte funcional e técnico dos ministérios, na gestão das políticas públicas, na paralisação de programas sociais, e nas ações de desenvolvimento socioterritorial e de apoio técnico a camponeses.

A necessidade de manter a marcha neoliberal aglutinou os grupos e ditou o ritmo das eleições 2018, processo eleitoral marcado pelo discurso conservador, campanha pautada no ódio às minorias e no disparo em massa de *fake news* nas redes sociais¹⁴. Pereira, Origuela e Coca (2021, p.11-12) refletem o projeto de ataque às minorias institucionalizado no Governo Michel Temer é consolidado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), com discursos conservadores, ataques, negacionismo a ciência e posicionamentos desastrosos e de completo desconhecimento da realidade brasileira.

Assim, no ano de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro (sem partido) conseguiu sintetizar na sua candidatura o antipetismo exacerbado e a imagem de candidato honesto, defensor da família e do combate à corrupção para emergir ao poder.

A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro foi resultado da junção de grupos políticos responsáveis pela deposição da ex-presidente Dilma Rousseff e seguimentos sociais fortalecidos após o golpe de estado. Sauer, Leite e Tubino (2020, p.289) reforçam o termo utilizado por Nobre (2020) “coalização de conveniências” para explicitar a junção de interesses que levaram Jair Bolsonaro ao poder e revelam os seguintes setores como adeptos a sua campanha: “setores conservadores católicos, mas especialmente de evangélicos neopetencostais, forças armadas, concertação política do agronegócio, direita “tradicional” e neoliberal, capital financeiro e neofacistas” (SAUER, TUBINO E LEITE, 2020, p.289)

Ao assumir a presidência, Jair Bolsonaro manteve a política de austeridade pública iniciada pelo governo anterior, fazendo cortes orçamentários e precarizando a

¹⁴ Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/eleicao-das-fake-news-mentiras-que-te-contaram-e-os-impactos-na-campanha/>. Acesso em: 27 out. 2021.

estrutura funcional e técnica dos órgãos públicos. Entretanto, os focos prioritários dos atos governamentais foram nas instituições de proteção e controle ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBIO), com intuito de enfraquecer o combate de tais órgãos aos desmatamentos e queimadas a áreas de proteção ambiental, continuando a escalada para beneficiar seus aliados e desregulamentar as políticas ambientais vigentes.

As outras ações do governo Bolsonaro causam impactos no Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE), órgão responsável pelo monitoramento da Amazônia, recebeu questionamentos do presidente e ataques da ala ideológica do governo ao divulgar dados apontando aumento na área desmatada na região amazônica.¹⁵ Mesmo a isto os ataques aos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontando uma manipulação de dados pelo corpo técnico do instituto com intuito de ludibriar a população e posteriormente cortando investimentos do censo demográfico de 2020, inviabilizando sua realização.

No tocante a reforma agrária, ou seja, o conjunto de ações realizadas para modificar a estrutura fundiária, seja elas voltadas a distribuição, posse ou renda da terra, mas todas com intuito de garantir melhorias políticas, econômicas, sociais, entre outras. Sob o governo Bolsonaro não há menção ou discussão da reforma agrária, observamos a paralisação dos processos de desapropriação, reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas e a criação de novos assentamentos.

O aceno indiscriminado ao agronegócio, a desregulamentação ambiental, os discursos armamentistas e a criminalização dos movimentos socioterritoriais criaram desde janeiro de 2019 um clima de animosidade no campo.

Em relação as ações complementares a reforma agrária, como o programa de crédito fundiário, ressaltamos que em 2019, através do Decreto nº 10.126¹⁶, o PNCF passou a ser denominado PNCF – Terra Brasil, constituído pelos projetos de reordenação fundiária e de assentamento rural complementares à reforma agrária, ficando a cargo da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento a aprovação das regulamentações e dos

¹⁵ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/desmatamento-na-amazonia-o-governo-ataca-o-mensageiro/>. Acesso em: 23 nov. 2021

¹⁶ Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.126-de-21-de-novembro-de-2019-229122195>. Acesso em: 20 out. 2021.

manuais operacionais.

O governo focou ainda na edição de medidas provisórias, decretos e leis, para conseguir realizar as mudanças desejadas. Dessa forma, desde o dia da posse em primeiro de janeiro de 2019, iniciaram-se as mudanças na estrutura do governamental. A primeira delas é a edição da MP 870/2019¹⁷ tratando sobre a nova organização de órgãos da presidência e ministérios. Dentre as mudanças propostas pela MP, estava no artigo 33 a transferência das competências de coordenação, normatização e supervisão dos processos de regularização fundiária em áreas rurais da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SEAD) para o INCRA. Não obstante, o artigo 58 versava sobre a extinção da SEAD da estrutura da Secretaria de Casa Civil, representando mais um ataque aos programas e às políticas em apoio aos camponeses.

Na trilha das MP's, foi editada ainda a MP 910/2019¹⁸ sobre a regularização fundiária de ocupações em terras públicas da união mediante a implantação de novos critérios. Em linhas gerais, ficava permitida a regularização de posse por autodeclaração para terras com até 15 módulos fiscais. A medida foi criticada por deputados da bancada de oposição devido à margem para processos de grilagem de terras públicas e, após uma tramitação conturbada por conta do momento pandêmico no Brasil, acabou caducando. Entretanto, a medida voltou à tona em 2020 com o projeto de lei nº 2633/2020 de autoria do deputado Zé Silva (Solidariedade-MG).

Como visto em Coca, Origuela e Pereira (2020), as crises (Coronavírus e outras) tem impactado economicamente no Brasil e no mercado mundial, mas o agronegócio foi o único setor brasileiro a avançar e obter lucro nesse período; isto pode ser explicado pelo aumento da escala produtiva e pela alta dos preços do mercado. Em contrapartida, houve o crescimento no número de famílias em situação de insegurança alimentar, alavancado pela crise econômica, pelo grande número de desempregados, pelo aumento no preço dos produtos e pela falta de programas sociais e/ou auxílios capazes de garantir o mínimo de dignidade às famílias.

A situação pandêmica e o aumento da fome no Brasil têm provocado cenas estarrecedoras no cenário nacional. Em Cuiabá, capital do Mato Grosso e uma das

¹⁷ Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/135064>. Acesso em: 20 out. 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/140116>. Acesso em: 20 out. 2021.

principais produtoras do agronegócio, houve um aumento considerável na fila para recebimento de ossos de boi¹⁹ doados por um açougue local. A alta procura é reflexo da fome que atinge a população mais pobre. Além disso, o aumento do preço da carne, do arroz, feijão e de outros alimentos tem provocado a necessidade de aquisição de alimentos de baixa qualidade para manter o cardápio alimentar e a abordagem midiática tem mostrado cenas como a da aposentada Suzette Maria em Maceió – AL que chorou ao ser questionada por uma reportagem local sobre os impactos da alta do preço nos itens essenciais de alimentação²⁰.

Este cenário alvoreceu com a ascensão de Michel Temer ao poder, realizando ataques e cortes orçamentários a programas como: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Souza (2018) reflete o reconhecimento de pesquisadores sobre o conjunto de ações estratégicas realizadas no âmbito desses programas e da relevância deles no desenvolvimento da agricultura camponesa e da soberania alimentar no Brasil.

A trilha de ataques permanece vigente no governo Bolsonaro com a edição do artigo 85 da MP 870 que extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), enfraquecendo os programas de fortalecimento da agricultura e que levaram o Brasil a sair do mapa da fome²¹ em 2014.

O cenário de ataques e de recrudescimento das políticas públicas e políticas sociais no governo Michel Temer e Jair Bolsonaro, visto os cortes orçamentários, esvaziamento e extinção de comissões, conselhos e programas sociais, fizeram o Brasil trilhar o caminho de retorno ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO e o contexto de pandemia, iniciado em 2020, agravou os impactos sociais e econômicos das medidas governamentais no horizonte brasileiro, traçando um cenário de subalimentação e insegurança alimentar no Brasil e no mundo.²²

Na atualidade, o governo Bolsonaro passa por um momento de instabilidade

¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2021.

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/07/14/idosa-chora-em-supermercado-ao-comentar-alta-nos-precos-tudo-muito-car-o-dinheiro-nao-da.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2021.

²¹ Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>. Acesso em: 17 nov. 2021.

²² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/13/onu-inseguranca-alimentar-aumenta-no-brasil-e-atinge-43-milhoes-de-pessoas.htm>. Acesso em: 17 nov. 2021.

com a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 no Senado Federal, apurando a ação do governo federal e seus subordinados no enfrentamento à crise sanitária provocada pelo coronavírus. O avanço nas investigações e as sabatinas públicas de cientistas, ex-ministros e ex-aliados do governo na comissão vêm revelando a falta de habilidade governamental no enfrentamento a Covid-19; junte-se a isto o negacionismo às instituições científicas, a falta de respostas a e-mails endereçados para compra de vacina e as negociações de propina no processo de compra da vacina do Consórcio Covaxin²³.

As descobertas na CPI abalaram a confiança da população brasileira no governo Bolsonaro, e as instituições de pesquisa começam a demonstrar uma queda na aprovação. A condução da crise sanitária e os discursos autoritários e indignos de um presidente da República começam a inviabilizar acordos para uma possível reeleição de modo que o presidente buscou descredibilizar a CPI e os deputados participantes, adotando um discurso mais comedido, mas com o mesmo tom sarcástico.

A CPI colocou Jair Bolsonaro em posição desconfortável, levando o mesmo a buscar um factóide conspiratório, atrelando a soltura e a devolução dos direitos políticos ao ex-presidente Lula e da alegação, sem provas, de fraudes nas urnas eletrônicas para justificar uma possível derrota em 2022. Resumindo, o presidente pode perder a eleição de 2022 devido a sua falta de habilidade no combate à pandemia e na incapacidade de gerir o país. Entretanto, precisamos lembrar que os responsáveis pela deposição da presidente Dilma e pela ascensão de Michel Temer e Jair Bolsonaro ao poder continuam em Brasília e devem ditar as costuras políticas do próximo pleito eleitoral.

O cenário de ataques a programas sociais, políticas e aos órgãos públicos denota um recrudescimento das políticas e dos avanços sociais conquistados pela população camponesa desde 2003. Porém, os impactos reais do conjunto de medidas, leis e decretos perpetrados pelos presidentes brasileiros a partir de 2016 dependem da avaliação técnica, da conjuntura sociopolítica e dos indicadores sociais vindouros ao fim dessa escalada de ataques.

A abordagem da questão agrária, reforma agrária e da conjuntura social e

²³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml>. Acesso em: 20 out. 2021.

política do Brasil, são essenciais para compreender o contexto das discussões desenvolvidas no campo. Assim, poderemos observar como o reconhecimento tardio da categoria juventude rural, no âmbito social e político, contribuiu para a invisibilidade dos jovens do campo no debate da questão agrária e nas políticas desenvolvidas no campo.

No capítulo a seguir, abordaremos a configuração da juventude enquanto categoria social, a multiplicidade de sujeitos e a dinamização dos estudos sobre a juventude rural a partir do acesso a políticas implementadas no governo Lula.

3 A JUVENTUDE, O CAMPO E SUAS FACETAS

A juventude é um conceito empregado para identificar agrupamentos de indivíduos, que podem apresentar semelhanças e disparidades, mas, em suma, possuem elementos generalistas capazes de inseri-los numa importante categoria sociológica. A partir da densidade de aspectos e de significantes, a aglutinação juvenil numa camada contribui para pautar a vida, as problemáticas e as porções territoriais ocupadas no contexto geográfico.

De acordo com Ariès (1975), a juventude é uma categoria socialmente construída na sociedade moderna. O autor aponta que o desenvolvimento do capitalismo e a ascensão da burguesia são indicam mudanças na sociedade, de caráter, político, econômico, cultural, que, por conseguinte, recaem nos papéis atribuídos a moças e rapazes na sociedade, seja nas responsabilidades individuais/coletivas enquanto grupo social ou no que concerne às relações trabalhistas. Em linhas gerais, a constituição desse grupo social numa camada permite uma análise dos elementos que permeiam as relações entre a sociedade e os entes juvenis contidos nela.

Na análise de Groppo (2000) e Reguillo (2007), a juventude apresenta-se como categoria social, mas a sinalização feita traz uma abordagem diferenciada, ao indicar que a criação está intimamente ligada aos grupos sociais ou aos jovens, não explicitados em Ariès. Portanto, para Groppo (2000, p. 8), a juventude é tida como uma “criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos”.

Rosana Reguillo explicita seus pressupostos e sugere que:

a juventud es una categoría construida culturalmente, no se trata de una esencia y, en tal sentido, la mutabilidad de los criterios que fijan los límites y los comportamientos de lo juvenil, está necesariamente vinculada a los contextos sociohistóricos, producto de las relaciones de fuerza en una determinada sociedad (REGUILLO, 2007, p.48).

Apesar de delimitar a categoria como uma camada específica, a autora chama a atenção sobre essa variabilidade dos critérios e no tocante aos limites e comportamentos juvenis. Dessa forma, a autora faz a ponte entre o contexto sócio-histórico e biológico, como elementos de construção, intimamente ligado aos contextos coletivo e histórico da sociedade.

Os estudos desenvolvidos seguiram a linha parecida com a de Pestalozzi até o

surgimento da “sociologia da juventude” de Karl Mannheim (1893 - 1947) apoiada nos movimentos emergentes e culturais, provocou ressignificações e mudanças representacionais, ao analisar de uma forma mais integrada os envolvimentos juvenis, pautados nas transformações sociais, no protagonismo e as questões culturais intrínsecas aos períodos em questão.

A alusão a juventude emergiu, consolidou-se e diversificou-se no âmbito científico ao longo das décadas. A isto, atribuímos a multiplicidade de conhecimentos gerados e a periodização pouco funcional dos estudos desenvolvidos sobre o tema. Cardoso e Sampaio (1995) revelam as dificuldades de realizar a periodização do tema devido a diversidade de áreas de conhecimento.

A leitura sobre juventude vai se avultando numa perspectiva de discussões dos elementos constituintes e problemáticas da categoria, debruçando-se ainda sobre questões juvenis em desenvolvimento nas pesquisas do cenário nacional. De início, é importante se ater a duas perguntas retóricas: Qual o marco que contribui para os estudos sobre juventude no Brasil? E, nesse sentido, qual o contexto de juventude encontrado nesses períodos? A sistematização periódica e as principais contribuições podem ser verificadas no Quadro 01.

Quadro 01 - Marcos dos estudos da juventude no Brasil

Períodos	Autores	Ideias sobre juventude
1950	Abramo (1997)	A juventude dessa época passa a ser pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal da capacidade e ajustes dos papéis de adulto e a delinquência juvenil.
1960/70	Cardoso e Sampaio (1995)	Juventude como questionadora da ordem social e combatente das estruturas conservadoras.
	Abramo (1997)	Maior enfoque nos estudos científicos devido ao engajamento político dos jovens através dos movimentos estudantis, de luta por direitos políticos, sexuais, consumo.
1980/90	Abramo (2005)	Período de desmobilização por conta do enfraquecimento do movimento estudantil. Retorno da visibilidade à juventude, desta vez ligada à violência urbana, à gravidez precoce e outros problemas sociais.
	Castro (2012)	Os primeiros escritos sobre juventude do campo em pesquisas acadêmicas e a evidência das problemáticas de permanência no campo.
2000	Brasil (2014)	Período de consolidação da ideia dos jovens enquanto sujeito de direitos e atores estratégicos para o desenvolvimento da sociedade.
	Castro (2012)	Consolidação dos jovens do campo como atores políticos e da juventude rural enquanto categoria social aglutinadora e essencial para o debate da questão agrária, educação, reconhecimento da diversidade e conquistas sociopolíticas juvenis.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Abramo (1997; 2005), Brasil (2011), Castro (2012) e Trindade (2015).

Conforme Abramo (1997), os jovens dos anos 1950, podem ser lidos como uma categoria social que apresenta sujeitos de uma mesma faixa etária e que possuem dificuldades de se ajustar às condições vigentes na vida adulta. A abordagem indica o período de transição entre a juventude e a vida adulta, revelando problemas juvenis com a delinquência.

Em meados das décadas de 1960 e 1970, constituiu-se uma nova identidade juvenil no Brasil após intensos períodos de mobilização do movimento estudantil e de movimentos contestadores, causados pela efervescência social provocada pelos mandos e imposições políticas decorrentes de uma ditadura militar no Brasil.

Nesse contexto, os movimentos sociais estudantis colocam-se na linha de frente como forma de resistência e contestação ao que estava sendo empreendido no

Brasil. O movimento estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE) e outros grupos sociais foram incisivos nos questionamentos de ordem social, político e ambiental; isto implicou na compreensão dos jovens imersos nesses movimentos como problemas, visto o comportamento contrário aos padrões estabelecidos socialmente.

Em Trindade (2015, p. 96), “a juventude em evidência nesse contexto histórico é a classe média empenhada em mudanças, sejam elas políticas, de comportamentos e de valores”. E, esse período, representa uma grande visibilidade devido ao engajamento dos jovens nas lutas por direitos civis e contra a repressão no período ditatorial. Abramo (1997) complementa essa questão abordando os padrões comportamentais de cunhos sexual, moral e de consumo.

Essas incursões e o jovem entendido como ator social e político contribuem para a visibilidade do tema nos trabalhos científicos e seja abordado, principalmente, na perspectiva da política de ação em Obras como “O jovem Radical”, de Otávio Ianni (1968), e “O estudante e a transformação da sociedade brasileira”, de Maria Alice Foracchi (1965), abordam os jovens dos anos 1960 e 1970, tratando sobre as crises, as metamorfoses e as condições juvenis. O primeiro, pautado na análise da atuação política radical da juventude nos países em desenvolvimento, foca o comportamento de contestação juvenil e a condição de subordinação na sociedade. A segunda pauta seu trabalho no seio do movimento estudantil dos anos 70 e indica que a ideia da organização e rebelião seriam um caminho para os jovens emergirem na sociedade.

Conforme Trindade (2015), na década de 1980, a juventude apresentou uma mudança de foco jovens, os ativos e contestadores, destaques no espaço político da década anterior, saíram do eixo de protagonismo. Isto enfraqueceu os movimentos sociais existentes, principalmente o movimento estudantil, um dos pilares das transformações ocorridas no país anteriormente.

Em contraposição, nos anos 1990, a juventude urbana volta à tona diante problemáticas urbanas, já que parte dos jovens da época passa a ser protagonista de arrastões, gangues e outros movimentos marginalizados pela sociedade. O final dos anos 1990 representa um período de emergência dos primeiros escritos sobre juventude do campo e dos caminhos para a construção política dos jovens trabalhadores rurais, através da participação, organização setorial e luta pela terra, reforma agrária e educação nos movimentos socioterritoriais.

Trindade (2015) ressalta que as abordagens sobre categoria não conseguiram ir além da problematização da juventude, de imaginar os jovens como sujeitos sociais e de abordá-los como protagonistas de transformações. Abramo (1997) contribui com a discussão anterior ao apontar a correlação entre juventude e cidadania. A propósito, a cidadania era pontuada numa perspectiva de problemas juvenis a serem combatidos, abordando o contexto das denúncias e privações, bem como a leitura dos organismos internacionais e posteriormente dos governos estaduais, que passaram a visar os jovens em situação de vulnerabilidade social para integrar programas de ressocialização, capacitação profissional e que sobremaneira possam prevenir a associação com os problemas anteriormente citados.

Nos anos 2000, o debate ganha outros elementos e os jovens começam a figurar dentro de outra conotação social: sai da cena a indicação irrestrita do jovem como problema e passam a ser discutidas as ações para desenvolver as potencialidades juvenis. Nesse sentido, os jovens começam a ser ensejados nos espaços decisórios, secretarias, conselhos e outras formas de organização social, com foco nas discussões sobre a condição juvenil e os seus direitos sociais na sociedade.

A transição das abordagens juvenis nos anos 2000, clarificam os jovens enquanto sujeitos de direitos e capazes de transformar a sociedade. (Brasil 2014; Trindade 2015). A discussão acadêmica começa a mobilizar os jovens como vetor capaz de transformar, discutir e suscitar novas perspectivas políticas públicas, sociais e econômicas, sendo essa uma leitura central para impulsionar as conquistas vindouras.

Os anos 2000 representam o momento de consolidação e (re)elaboração das políticas nacionais para a juventude, constituídas sob a perspectiva de contenção e correção dos problemas juvenis. Esse panorama suscitou o desenvolvimento de políticas públicas, programas sociais e abertura dos espaços de poder para juventude, discutindo temas intrínsecos à condição juvenil na cidade e no campo. (BRASIL, 2014).

A reflexão sobre juventude precisa de avanços ainda maiores, seja por meio dos atores políticos ou pelas entidades que suscitam o tema e/ou na participação efetiva desses jovens nos espaços decisórios, para reivindicar melhorias e políticas públicas voltadas aos seus pares, seja no urbano ou nos espaços rurais.

Os conceitos e discussões sobre a juventude levam-nos a pensar na juventude num espectro amplo de envolvimento e de abordagens. Mas são necessários cuidados para não abordar o conceito de juventude de forma engessada, privilegiando apenas uma seara do conhecimento e dessa forma não acabar promovendo a “universalização da juventude”. Sales (2003, p.133) trata a “universalização da juventude” como algo questionável diante da diversidade de grupos sociais juvenis presentes na realidade das áreas dos assentamentos rurais.

Enquanto categoria social, a juventude apresenta uma diversidade nas suas inter-relações espaciais, de modo que, mesmo ocupando um espaço físico comum, com características e relações semelhantes, as vivências e os processos de experimentação poderão ser diferentes. Desse modo, mesmo que a pesquisa se localize num espaço geográfico pré-definido, nesse caso os assentamentos rurais oriundos da política de crédito fundiário, faz-se necessária a vigilância à amplitude do termo e dos processos de que os jovens estão acometidos.

As diferentes conformações da categoria ao longo dos anos vão revelando concepções teóricas e abordagens, evidenciando discussões divergentes e convergentes sobre características intrínsecas aos sujeitos jovens e aos períodos históricos indicados. A seguir serão apresentadas a delimitação da Juventude Rural, a questão histórica da organização e as linhas de crédito fundiário para juventude, privilegiando abordagens que contemplem a pesquisa.

3.1 JUVENTUDE RURAL

Os estudos sobre Juventude Rural apresentam-se nas contribuições científicas brasileiras de forma conceitual indefinida, ou melhor, como um conjunto de investigações capazes de mobilizar uma categoria e conceber os sujeitos sociais do campo. Os jovens do campo são alvos de abordagens que clarificam o lugar que ocupam no mundo, os movimentos migratórios e novas identidades surgidas nesse bojo (CARNEIRO, 1998); outros teóricos buscam compreender o “ser jovem” no rural (SALES, 2003), mobiliza jovens na categoria revelando os elementos de atração e repulsa do campo (CASTRO, 2005; WEISHEIMER 2005) e a diversidade da juventude (GALINDO, 2014). Entretanto, no início dos anos 2000, viu-se emergirem na academia estudos sobre a permanência juvenil no campo, atrelado à promulgação de políticas, programas e constituição de espaços para atuação e debates sobre a condição juvenil

(OLIVEIRA; FELICIANO, 2016; MARTINS, 2021).

Com relação à pesquisa em evidência, ressaltamos que consideramos o assentamento rural como um território multidimensional onde são identificadas variadas formas de viver e produzir, revelando uma multiplicidade de sujeitos sociais no campo. A diversidade de sujeitos torna a Juventude Rural um campo de estudo profícuo ao desenvolvimento de pesquisas científicas, e isso requer uma investigação cuidadosa para não cair em reducionismos ao abordar a categoria.

Os estudos desenvolvidos por Carneiro (1998) concebem o ser jovem como um período transitório. Compreendido desde a formação de família ao acesso ao mercado de trabalho, revelando assim, que o sucesso dos projetos de vida depende das estratégias e condições encontradas pelos jovens para alcançá-los e, em muitos casos, o êxito desses está relacionado ao êxodo rural na busca por qualificação, emprego e melhoria da qualidade de vida.

A autora ressalta o conhecimento de que os critérios instituídos para delimitação da juventude são frágeis e carregados de ambiguidades culturais (do rural e do urbano). A formulação dos projetos de vida da juventude do campo está intrínseca às experiências vivenciadas e às possibilidades de acesso a elementos culturais do urbano na construção das identidades e no desejo de mudar a realidade vivenciada no campo.

O estudo de Carneiro (1998) revela as perspectivas da juventude rural frente as transformações ocorridas no seio das famílias camponesas e na agricultura familiar, devido ao estreitamento da fronteira (cultural/territorial) entre campo e cidade. A investigação desenvolveu-se em duas áreas rurais distintas, São Pedro da Serra, em Nova Friburgo - RJ, e na região colonial de Nova Pádua-RS, sendo aplicados questionários e realizadas entrevistas com jovens estudantes em diferentes modalidades de ensino (fundamental, médio e superior). O intuito foi vislumbrar imagens que corroboram o posicionamento e as perspectivas de vida dos jovens rurais conforme as transformações vivenciadas no campo.

Na visão de Carneiro (1998), as mudanças sociais ocorridas no campo implicavam reorganizações na reprodução social da estrutura camponesa, colocando em xeque o modelo agrícola de exploração no qual o pai figura como chefe do estabelecimento familiar. As transformações, em muitos casos, estão atreladas aos desejos juvenis de migrar na busca de qualificação e ao processo de diminuição do

número de pessoas nos núcleos familiares.

A autora traz o caso de São Pedro da Serra, citando a crise de retração agrícola enfrentada pelo modelo da pequena agricultura familiar, como ameaça à reprodução social das estruturas camponesas. Esta visão é construída a partir da migração dos filhos e filhas dos agricultores em busca de qualificação profissional e atividades não agrícolas (turismo e atividades afins), que causam a retração agrícola devido ao papel subsidiário da agricultura na renda familiar.

A migração dos jovens para acesso à educação e aos postos de trabalho, provocada pelo encurtamento das distâncias entre cidade e campo, causa duas questões distintas nas localidades investigadas: o aumento dos níveis de escolaridade dos filhos migrantes em comparação direta com os chefes da família e o apreço dos jovens pela permanência no campo junto a seus entes. O desejo dos jovens por qualificação, em muitos casos, não inclui a atividade agrícola e reflete-se na rejeição pela continuidade dos jovens na prática agrícola, já que os jovens as consideram pesadas e pouco rentáveis.

As experiências migratórias dos jovens investigados, mesmo aquelas pouco exitosas, oportunizaram o acesso juvenil a elementos culturais e comportamentais da vida urbana, culminando na inserção de desejos, atitudes e atividades trabalhistas, comumente urbanas, e aos projetos de vida dos jovens do campo. A aproximação entre o rural e o urbano, atrelada à migração de retorno e ao arrefecimento da família nos papéis de socialização, desemboca nas relações sociais, nos sonhos e nos modos de vida pretendidos para o futuro. Isso se reflete na geração de uma nova representação identitária desses sujeitos sociais, agregando à diversidade da Juventude Rural um novo âmbito de atores e práticas, combinando as experiências vivenciadas no campo e na cidade (CARNEIRO, 1998).

A identidade social do ser jovem é outro aspecto das investigações científicas desenvolvidas sobre a Juventude Rural e ganham diferentes contornos. Nesse sentido, Sales (2003, p. 134), ao tratar o período de transição para a vida adulta no rural, revela a seguinte questão: “no mundo rural a linha divisória que demarca a superação da infância e da juventude para vida adulta é o casamento e a formação de prole”. A constatação dá-se em diferentes composições familiares presentes no sertão do Ceará e permite construir a leitura do casamento e da formação de prole para além do ingresso na vida adulta. O matrimônio no imaginário dos jovens

sertanejos representa a libertação subordinação aos eixos patriarcais, a representatividade e o respeito impostos pela constituição da sua própria família.

Sales (2003), em pesquisas no Assentamento Antônio Conselheiro – Ocara, Ceará, dirigiu questões aos jovens, sobre o significado do ser jovem no mundo rural. A valorização dos depoimentos juvenis na construção do ideário do ser jovem, confere um protagonismo aos sujeitos pesquisados, pois valoriza as concepções de mundo sobre uma condição intrínseca às suas realidades.

A pergunta inicial fez emergir na fala dos jovens uma diversidade de elementos, como alegria, felicidade, luta, liberdade e qualidade de vida. Conforme Sales (2003, p.137) para uma jovem professora assentada: “Ser jovem é acreditar, ser jovem é lutar, ser jovem é ser feliz [...]”. Como observado, são abstrações que fazem parte da compreensão do mundo dos jovens ou dos desejos íntimos dos jovens a partir das experiências e da influência dos meios de comunicação.

A concepção de luta aparece na fala do jovem assentado e está atrelada aos processos geográficos de ocupação, resistência e de territorialização a que esses jovens são acometidos desde a infância nos movimentos socioterritoriais. O desenvolvimento no interior do MST, a formação política e as ações juvenis no campo implicam a construção das identidades dos jovens sem-terra e os diferenciam de outros que também ocupam frações do território rural.

Quando suscitada a categoria “trabalho”, foram clarificadas, na fala dos jovens, as atividades desempenhadas no roçado e noutras áreas da unidade produtiva, bem como as incumbências domésticas. As divisões dos afazeres estão imbuídas ao poder conferido ao patriarca e chefe da família, responsável por delegar as atividades, a realização de ajustes de acordo com os núcleos e as rotinas semanais dos membros familiares (SALES, 2003).

A rotina de trabalho semanal só é quebrada aos fins de semana quando as atividades produtivas dão lugar às práticas de lazer para os jovens assentados. No assentamento em tela, o lazer é gestado coletivamente e os jovens reportam-se a jogar futebol, tomar banhos de açude e frequentar festividades realizadas no assentamento.

A educação é outro contexto mencionado na investigação realizada. Apesar dos avanços, o assentamento repetia os baixos níveis de escolaridade municipal e nacional. A autora cita cerca de 40 jovens fora da escola e apresentou a perspectiva

do assentamento de superar essa problemática com a oferta do programa de alfabetização de jovens e adultos.

Isso se refletiu nas dificuldades dos mesmos em permanecer na escola. No ensino fundamental, a rotina de trabalho no roçado se entrecruza com a da escola, enquanto, no ensino médio, a inter-relação está proporcionalmente ligada às dificuldades de acessar a instituição de ensino diariamente por conta do transporte e da falta de dinheiro para custear a viagem educacional. No que concerne aos desejos dos jovens assentados, vimos que eles vislumbram ser professor para contribuir com a melhoria do assentamento, buscando ainda concluir cursos profissionalizantes e acessar a universidade (cinco jovens assentados conseguiram).

As dificuldades enfrentadas no âmbito do trabalho e da educação culminam em processos migratórios no assentamento, vide o desejo e a necessidade de procurar formas de viver frente à falta de terra e ao trabalho no campo (SALES, 2003). No assentamento Antônio Conselheiro, o processo migratório ocorre em sua maioria com o êxodo de jovens e está intimamente ligado às aspirações de futuro.

Os deslocamentos ganham novos contornos com as migrações de retorno, as migrações temporárias e as migrações intermunicipais. As migrações estão relacionadas às imagens positivas em relação à cidade, vistas pelos que vivem no campo como espaços das múltiplas ofertas (de empregos, bens, serviços etc.).

De acordo com Castro (2005), a Juventude Rural está atrelada a uma fração da população rural. No bojo dessa construção, estão homens e mulheres, moças e rapazes que trabalham com agricultura, pecuária, serviços domésticos, artesanatos, entre outros. Uma diversidade de sujeitos compõe a categoria e contribuem para o entendimento das relações sociais estabelecidas e das dificuldades enfrentadas pelos mesmos.

Castro (2005) pautou sua concepção na autoidentificação dos jovens entrevistados, e destacou diferentes formas de conceber a diversidade da Juventude Rural como a ação política desses jovens. A multiplicidade de termos e de condições do sujeito é corroborada por Weisheimer (2005) ao identificar 14 maneiras distintas para se reportar a jovens de territórios rurais, devido à existência de variados perfis e condições juvenis para caracterizar os sujeitos de acordo com a dimensão geográfica ou a situação ocupacional.

A caracterização desenvolvida consolida os jovens rurais, enquanto atores

políticos na sociedade, no seio dos movimentos sociais e de outras organizações (CASTRO, 2005). Na visão da autora, a organização, a atuação política dos jovens e os movimentos de juventude fazem emergir no cenário nacional um contexto de disputas e articulações díspares com a imagem histórica construída dos jovens rurais. Isso evidencia novas identidades sociais/culturais e estratégias de lutas por terra e direitos sociais.

A pesquisa com jovens assentados do AJAANE-SR, reforçou que há o desejo de migrar evidenciado nas pesquisas de Carneiro (1998) e Sales (2003). A vontade latente aparece na fala dos pais e dos próprios jovens, com relação a viver num lugar melhor (CASTRO, 2005). As dificuldades históricas enfrentadas no rural ainda estão presentes e demonstram a constante reflexão dos jovens entre o desejo de ficar e/ou sair é parte intrínseca às condições enfrentadas na família. Além disso, as migrações para as cidades contemplam desejos juvenis baseados na construção da cidade como lugar de oportunidade de estudo e trabalho.

As abordagens anteriores são capazes de subsidiar a concepção de Juventude Rural a partir de perspectivas díspares na sociedade. Conforme Galindo (2014, p.123), a juventude configura-se como “uma categoria social diversa construída a partir das experiências de trabalho, sociabilidade, troca cultural e interação socioambiental”. As relações sociais e os processos geográficos intrínsecos ao território rural também são partes constituintes da multidimensionalidade da Juventude Rural, sendo necessário compreendê-los por elementos territoriais, étnicos, religiosos, entre outros (GALINDO, 2014).

As diferentes formulações e identificações sobre Juventude Rural ensejadas por Castro (2005) e Weisheimer (2005) são partes intrínsecas aos processos identitários e de pertencimento dos jovens rurais. A diversidade como componente para entender as juventudes, suas potencialidades, a pluralidade dos sujeitos e identidades estruturantes da categoria social.

Em detrimento aos estudos sobre êxodo rural, no início dos anos 2000, emergiu na academia, investigações pautadas no protagonismo juvenil nos movimentos socioterritoriais, no reconhecimento dos direitos juvenis e da condição estratégica, na institucionalização do debate sobre juventude e no fomento de políticas públicas e programas sociais, elementos esses que contribuem para a leitura da permanência juvenil no campo (TROIAN; BREINTBACH, 2018; MARTINS, 2021).

Em Troian e Breintbach (2018), são suscitados fatores que estimulam a permanência juvenil na agricultura; entre os quais, instituições de caráter técnico de extensão rural, as ações para o fortalecimento de grupos de agricultores locais, o fomento de políticas públicas pautados na conjuntura social para além da agricultura, o investimento em tecnologia para realização das atividades agrícolas e para comunicação social e, por fim, a instituição de espaços para atuação juvenil e troca de experiência, exercício de atividades de lazer, com jogos e recreações. Esse conjunto de ações já é experimentado pelos jovens trabalhadores rurais presentes no escopo do MST e dos sindicatos filiados à FETAPE, mas passa a ser expandido nos eventos e nos espaços institucionais, reforçando a importância da atuação e do protagonismo da Juventude Rural.

Martins (2021) fez um levantamento sobre a permanência juvenil no campo, entre 2007 e 2016 (da publicação de Brumer (2007) a deposição da Presidente Dilma Rousseff), através da pesquisa de palavras-chave nos repositórios acadêmicos (Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, entre outros).

Dos estudos encontrados, desenvolveu-se a análise de 10 dissertações debruçadas sobre os fatores de permanência dos jovens no campo. O autor relata a importância de Brumer (2007) com a proposição de análises focadas na permanência no campo; para ele, a mudança de foco nos estudos sobre a juventude revelaria os desdobramentos das mudanças conjunturais (fomento de políticas públicas, programas sociais e espaços institucionais) na vida da população camponesa.

A proposta de Brumer (2007) alterava o enfoque dos estudos e foi seguida por outros teóricos na tentativa de descortinar a realidade dos jovens rurais sob a ótica da permanência e dos fatores responsáveis para a fixação no campo. Na pesquisa em questão, são apresentadas reivindicações de jovens agricultores do Sul do país no que concerne ao acesso à renda própria para ter autonomia em relação aos pais, visto que a condição de dependência indica controle dos genitores e, em muitos casos, a saída encontrada pelos jovens é o êxodo rural em busca de trabalhos assalariados nas cidades.

Além de Anita Brumer, o autor ressalta Silva (2013), responsável pela investigação sobre os mecanismos de fixação de jovens mulheres no campo a partir

das mudanças substanciais ocorridas nos anos 2000, refletidas na melhoria dos níveis de formação, no que tange à autonomia financeira conquistada pelas jovens que trabalham na unidade produtiva familiar.

A pesquisa na comunidade Augustinho, no município de Feira Nova, no estado de Pernambuco, analisa as transformações sociais sob a perspectiva de gênero e geração de renda no interior de uma família camponesa e na realização de grupos focais e questionários para entender as dinâmicas de permanência juvenil noutras famílias. No caso, a família Pascoal, revelou uma produção diversificada que tem sido escoada para as feiras e outros mercados; a divisão do trabalho na propriedade leva em consideração o gênero por conta do entendimento dos serviços pesados ou leves.

Conforme Silva (2013), as políticas públicas para melhoria do trabalho agrícola e condições de vida no campo desempenham papel importante na transposição dos problemas enfrentados pelos jovens do campo ao possibilitar acesso a serviços e à geração de renda sem necessariamente deixar o campo. Além disso, a autora traz o papel das instituições de auxílio técnico para indicar que elas desempenham papel importante na vida dos jovens. Em relação às questões de gênero, apesar dos avanços em relação à autonomia e geração de renda, o modelo de vida que inferioriza as mulheres e as mantém sob uma perspectiva paternal e cisheteronormativa continua vigente no seio das famílias camponesas.

Ainda na lógica da problematização da juventude no campo, na dicotomia ficar ou sair e nos elementos que contribuem para a permanência dos jovens no campo, temos as análises desenvolvidas por Oliveira e Feliciano (2016), discutem a mobilidade da juventude no enfrentamento dos processos cotidianos no rural e na elucidação dos porquês de os jovens optarem por ficar ou sair do campo.

Os autores analisam as jornadas inglórias pela visibilidade social e pela melhoria da qualidade de vida nas comunidades onde residem e nas relações familiares, construindo a partir da realidade social vivenciada, levando em consideração as dificuldades de visibilidade social no seio das relações familiares pautadas na subordinação ao poder paterno e da sociedade. Em muitos casos, a vida dos jovens é permeada por sonhos e/ou necessidades básicas que os levam a migrar do campo como forma de fugir de problemas cotidianos e de não aplicação de políticas públicas.

O desejo de migrar muitas vezes está baseado nas imagens criadas em relação

ao campo e à cidade. O primeiro está construído como espaço desalentado de políticas públicas e sociais, de vida difícil, atrelado à agricultura e à pecuária, enquanto o segundo aparece nas representações imagéticas como lugar atrativo, com oportunidades, infraestrutura social, economia ajustada etc. Essas leituras implicam no modo de vida dos camponeses e são elementos essenciais no processo de mobilidade ocorrida entre campo e cidade.

Para Oliveira e Feliciano (2016) a juventude do campo tenta acessar o melhor de dois mundos, recaindo no ideal urbano tratado por Carneiro (1998), e no acesso às benesses da cidade, ao mesmo tempo, em que mantem a identidade juvenil. Isso é experimentado nos processos de mobilidade entre campo e cidade realizados pelos jovens, concebidos pelos autores como um movimento contraditório, devido às inter-relações desenvolvidas entre o campo e a cidade, às direções possíveis para a realização da mobilidade e às condições encontradas para realizar o movimento migratório.

Para Oliveira e Feliciano (2016), a juventude camponesa está em constante movimento, seja na luta pela organização, para transpor as problemáticas, seja para realizar sonhos e transformar a realidade social que vive. Contudo, viabilizar a melhoria de qualidade de vida não significa esquecer suas raízes ou o seu ser social; pelo contrário, a mobilização busca alterar o panorama de vida enfrentado no rural, transformando-o num cenário de oportunidades sociais, econômicas, políticas e trabalhistas, historicamente encontradas nos ambientes urbanos.

Noutra abordagem, Oliveira *et al.* (2017) compreendem a organização, as disputas e as resistências dos jovens do campo no desenvolvimento da vida social contra os avanços do agronegócio e como a situação comunitária influencia na saída ou na permanência no campo impactando na formação e na reprodução do modo de vida camponês.

Os autores revelam ter a migração de jovens homens e mulheres desempenhado papel relevante na diminuição da população ativa do campo na agricultura. Contudo, o cenário começa a ser alterado nos últimos anos com a maior aplicação de políticas públicas e sociais, provocando a diminuição da saída e melhorias conjunturais que tornam o campo atrativo para uma migração de retorno.

Para embasar a análise, Oliveira *et al.* (2017) demonstram o caráter concentrador da terra e as dificuldades diárias dos camponeses para permanecer

nela. Conforme os autores, a conflitualidade entre o campesinato e o latifúndio tem produzido disputas territoriais, desembocando em modelos territoriais e realidades sociais. Nesse sentido, a compreensão da condição em que estão dispostas no meio rural as aspirações de futuro ocorre por dois vieses relevantes: a condição de marginalização dos jovens nas relações familiares/sociais e a falta de fomento de políticas públicas para a população do campo.

A leitura da obra de Oliveira *et al.* (2017) despertou a necessidade de refletir sobre o campesinato e a juventude no campesinato, evidenciando os clássicos e as discussões atuais. Para isso, focamos nos elementos centrais de clássicos marxistas e nas suas contribuições para situar o campesinato, suas características, os modelos de vida e organização camponesa nas sociedades analisadas.

A obra de Lenin (1982) elucidou a questão da agricultura no final do séc. XIX com base na análise dos dados censitários de *Zemtsvos*; a análise demonstrou que a divisão social do trabalho e a desintegração do campesinato estavam intimamente ligadas, pois os processos produtivos passaram a visar a troca de mercadorias ou aquisição de novas mercadorias, desenvolvendo grupos antagônicos, conflitantes e subdivididos entre camponeses em melhores condições de exploração e renda, e outro grupo aliado da terra e dos meios de produções e que precisavam se reinventar nas diferentes formas de trabalho para conseguir explorar as unidades camponesas.

Assim, compreende-se a formação de um mercado interno para o capitalismo acaba aprofundando a divisão social do trabalho e transforma produtores em capitalistas e/ou operários.

Na perspectiva abordada por Shanin (1983) com base nos grupos sociais da Rússia do século XX, os impactos da mobilidade socioeconômica camponesa e das relações de conflitos existentes no seio da sociedade rural provocavam divisões no contexto social e diversificavam a economia e os setores da sociedade. O embasamento da teoria deu-se com a caracterização da sociedade camponesa através das unidades domésticas. O autor concebe a composição dessas unidades formadas por grupos familiares assentados na lógica da produção, consumo, posse e socialização familiar, trazendo à tona a centralização do poder na figura paterna, de modo que a divisão social das tarefas camponesas era diferenciada para homens e mulheres.

A leitura de Shanin (1983) indica que a unidade doméstica conseguiria manter-

se ativa mesmo enfrentando a lógica capitalista, através de estratégias (fusão e mobilidade espacial) para manutenção das unidades camponesas funcionando sob a lógica de trabalho e produção familiar na terra para a subsistência e não para reprodução do capital.

Para Chayanov (1974), as unidades domésticas de produção e consumo tem por base o trabalho familiar e o equilíbrio entre a força de trabalho familiar e a necessidade de consumo era o caminho utilizado para a reprodução social da família camponesa. Na abordagem de Chayanov, a força de trabalho familiar era um elemento central da unidade camponesa. Assim, o tamanho da família tem relação direta com a atividade econômica e é visto na diferenciação demográfica no balanço entre trabalho e consumo para garantir a manutenção da família de forma equilibrada e não a produção de valor e o acúmulo do capital.

A reprodução social da família camponesa tratada na obra de Chayanov ganha uma releitura da Tabuti (2020) a partir da análise congregada de cinco pilares conceituais do campesinato brasileiro (Território, Família, Gênero/Juventude, trabalho e relações de solidariedade), constituindo o que ela convencionou chamar de reprodução socioterritorial do campesinato.

Entendemos o território multidimensional do Assentamento Rural com papel fundamental para a análise de Tabuti (2020), pois é ele intrínseco à vida dos camponeses e é lugar onde o desenvolvimento e a reprodução socioterritorial da família camponesa ocorrem por meio das relações sociais e de poder, imbricadas pelo conhecimento camponês e pelas intencionalidades produtivas. A partir do território é possível desenvolver a reflexão dos temas transversais do eixo Família (Geração, Composição, Sucessão e Gênero) interligados e relevantes para compreensão panorâmica das famílias camponesas.

De acordo com Tabuti (2020), o modelo de gestão do assentamento centralizado na figura paterna está atrelado à concepção e ao tamanho dos lotes dos assentamentos rurais que impossibilitam a distribuição de terra e o desenvolvimento juvenil. Contudo, a maior qualificação profissional dos jovens permite o desenvolvimento de estratégias capazes de garantir a reprodução socioterritorial das famílias, sendo o trabalho assalariado ou a migração um instrumento para melhorar a condição de vida dos jovens trabalhadores rurais.

A análise das famílias dos assentamentos rurais: Nova Conquista e Porto

Maria, na região do Pontal do Paranapanema em São Paulo, revelaram a existência de conflitos intergeracionais provocados pelo poder centralizado na figura paterna, a falta de perspectiva dos jovens em permanecerem na terra, as dificuldades para conquistar a autonomia financeira e a invisibilidade juvenil nas decisões familiares.

A composição das famílias assentadas é impactada diretamente pela localização geográfica e a disponibilidade de emprego na região do assentamento. As pequenas composições são típicas de municípios com pouca oferta e as grandes composições dispõem de localização privilegiada e muitas oportunidades. No caso dos assentamentos estudados por Tabuti (2020), o Porto Maria apresenta um total de 98 assentados e o Nova Conquista 187, as diferentes composições impactam nas dinâmicas e estratégias dos camponeses.

No primeiro caso a estratégia desenvolvida é a migração/proletarização dos jovens. Visto a impossibilidade de desenvolver projetos a longo prazo e investimentos nos sítios, tornariam a terra produtiva, para atender as demandas familiares. Em Nova Conquista, as estratégias estão ligadas ao trabalho familiar no lote e a migração/proletarização na agroindústria como uma estratégia para manutenção da condição camponesa.

O viés patriarcal das famílias demonstrado através da análise de herança e sucessão é evidenciado quando Tabuti (2020) aborda os papéis de socialização, historicamente repassados a meninos e meninas, levando o homem à condição de protagonismo no trabalho produtivo nos roçados e decisório em reuniões, enquanto as mulheres estavam relegadas ao trabalho doméstico. Isso eleva a categoria gênero como um tema transversal na abordagem, com o diálogo voltado para a condição das mulheres camponesas no século XXI.

Se, nos séculos passados, os espaços femininos estavam relegados à unidade doméstica, a atualidade mostra as mulheres consolidadas no assentamento rural (como chefes da família) e nas esferas de poder (ocupando cargos de liderança em sindicatos, associações e câmaras estaduais). A compreensão das mulheres camponesas do século XXI revela o protagonismo feminino e a face produtiva da concepção, discussão e reivindicação de pautas políticas ligadas ao assentamento rural e/ou no desenvolvimento na sociedade, transpondo um ciclo de sujeição e subordinação no campo.

A partir da leitura compreende-se que a reprodução socioterritorial do

campesinato está ligada com a vida dos camponeses no território multidimensional do assentamento e das relações de poder e trabalho desenvolvidas pela família com intuito de manter-se na terra. Apontamos os papéis de socialização camponesa, as relações de gênero e solidariedade como essenciais ao processo de reprodução da família camponesa e que o eixo trabalho, seja na unidade produtiva ou no desenvolvimento de estratégias de migração ou proletarização, é capaz de garantir a reprodução socioterritorial.

A reprodução socioterritorial é abordada na obra de Tabuti (2020, p. 235) da seguinte forma:

A reprodução socioterritorial do campesinato em assentamentos rurais se dá na medida em que a família camponesa assentada, ao estabelecer uma relação com a terra, busca considerando um conjunto de elementos mantê-la sob seu domínio através de gerações de sucessores. Portanto, o modo como se dá a relação da família camponesa assentada com a terra através do tempo é o que configura a reprodução socioterritorial. A família, trabalho, território, relações de solidariedade, gênero, juventude e geração são os elementos que estão no cerne do processo, que se apresenta em movimento constante, costurado e tecido no transcorrer dos dias, adquirindo características distintas, por vezes contraditórias, resistindo e constituindo-se em esperança.

A reflexão da conceituação e das famílias inseridas no Assentamento Rural de Nova Esperança de Santa Rita, Serra Talhada – PE traz um ponto importante. O território ocupado pelos jovens após a compra e venda é um trunfo conquistado pelos filhos e representa a cisão com o ciclo de alijamento dos pais na estrutura familiar. A aquisição da terra ou a posse da terra coloca os jovens do Assentamento Nova Esperança em situação privilegiada em relação a outros jovens trabalhadores rurais e no desenvolvimento de estratégias para a reprodução socioterritorial.

Os estudos desenvolvidos sobre Juventude Rural no Nordeste semiárido estão ligados às abordagens do êxodo rural (CARNEIRO, 1998; CASTRO, 2005) e recentemente à permanência juvenil no campo (OLIVEIRA; FELICIANO, 2016; SILVA, 2013; MARTINS, 2021). A tendência de dinamização dos estudos abarca as relações de gênero, religiosidade, tecnologias sociais e as ações no contexto educacional. Isso demonstra mudança de abordagem nos anos 2000 e enriquecimento das contribuições teóricas sobre a Juventude Rural. Troilo e Araújo (2016) compreendeu as diferentes formas de produção e reprodução do campesinato no semiárido ao analisar a articulação das comunidades camponesas para garantir a produção e a subsistência, além do papel da juventude na luta pela autonomia da economia e das comunidades do território camponês.

A análise deu-se em meio à diversidade de sujeitos que compõem o campesinato (BARTRA, 2011) e as diferentes estratégias de resistência como a realização de diversos tipos de trabalho, sejam eles temporários e/ou permanentes, rurais e/ou urbanos, assalariado ou não assalariado, com o intuito de continuar existindo e tendo condições econômicas de manter-se, mesmo com as pressões do mercado e do modo de produção capitalista.

A lógica da juventude no campesinato requer o desenvolvimento de estratégias para permanência no seio familiar e para saída dele, seja no exercício da migração, em busca de emprego para obter renda própria ou na constituição de família. Na área de estudo de Troilo e Araújo (2016), a juventude não conseguiu constituir uma nova unidade produtiva e acabava migrando do campo para os centros urbanos em busca de trabalho, emprego e renda.

O arrefecimento do ciclo migratório é alterado com o movimento de organização política da juventude nos movimentos, nas organizações sociais e noutros espaços de poder, de modo que os jovens passam a suscitar formas de viver e produzir no campo, através de políticas públicas e sociais aplicadas. Nesse caso, para Troilo e Araújo (2016), o papel da juventude consiste na apropriação do conhecimento e das tecnologias sociais da classe trabalhadora, além da atuação política em busca da autonomia no trabalho.

Troilo e Araújo (2016) destacam os trabalhos de base realizados pelas Pastorais Sociais como relevantes ao processo de formação e atuação da juventude. Dentre as estratégias para garantir a subsistência camponesa, está a consolidação de diversas formas de produção coletiva e de formação de cooperativas, no intuito de reinventar formas de inserir-se no mercado capitalista com qualidade competitiva.

Silva (2016) pesquisou jovens mulheres costureiras de uma comunidade rural do município de Caruaru-PE, propondo a compreensão das dinâmicas sociais e de poder comunitário, a partir do viés da interseccionalidade, que, em linhas gerais, suscita a condição da mulher no espaço rural e suas reivindicações, ao investigá-la pela lógica cisheteronormativa da sociedade contemporânea, elencando essas mulheres em condição desigual na hierarquia social, implicando nas relações e nas condições delas no âmbito social, político e econômico .

A investigação pautou as dificuldades de mulheres rurais obterem renda por meio da agricultura, restando às mulheres investir em atividades não agrícolas, como

as pequenas facções produtivas de costura, para suprir as necessidades financeiras da família. A comercialização nos polos de confecções da região (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama) tem importância na absorção dessas mulheres por funcionar de maneira integral durante o ano.

A pesquisa abordou ainda as desigualdades de gênero presentes em diferentes espaços sociais e nas políticas públicas. O primeiro está atrelado às condições de lazer, religião e/ou no trabalho, em que existem espaços (concebidos pela lógica patriarcal e heteronormativa) que as mulheres podem frequentar, enquanto o último, o trabalho, reflete nos dividendos recebidos, nas condições das facções de costura e nas jornadas extenuantes para receber um salário-mínimo.

Em relação à comunicação feminina com o poder público, a autora demonstra que há pouco diálogo entre as mulheres de Cachoeira Seca e as esferas do poder, seja no tocante às demandas comunitárias, acesso a políticas públicas federais ou no desenvolvimento de políticas que possibilitem a inserção das pequenas costureiras nas feiras de confecções do município (SILVA, 2016).

Na contribuição de Pinheiro (2019), são levadas em consideração a juventude paraibana e a religiosidade, enfocando os jovens, suas características e como esses estão dispostos nos espaços religiosos. A investigação foi realizada junto ao grupo Centelhas da Fé, formado por 70 jovens do Sertão paraibano, com intuito de compreender como ocorre o processo de socialização dos jovens inseridos no espaço da igreja, nos momentos diversos, tais como ensaios, festividades e outros espaços comuns na igreja, que permitem a expansão de vínculos e a formação da identidade juvenil desse grupo.

A análise deu-se com a divisão de três subgrupos, com base no tempo de participação e no intuito de analisar os diferentes impactos da vivência religiosa na vida dos jovens evangélicos. Para a identificação das diferenças, a autora passou a vivenciar a realidade do grupo de jovens, participando das atividades e realizando entrevistas com os sujeitos pesquisados.

Como resultados, são apontadas as dificuldades enfrentadas pelos jovens no processo de socialização em diferentes espaços ocupados, tais como o núcleo familiar, o próprio grupo Centelhas da Fé e a sociedade, mas ressalta que os jovens evangélicos conseguem viver bem e de forma respeitosa.

Em consonância com a pesquisa, é ressaltada a importância adquirida pelos

Líderes religiosos na vida dos jovens, visto que esses contribuem com a resolução de problemas do âmbito religioso, familiar, entre outros. A religião foi suscitada quando analisados os fatores de mudança de vida desses jovens, visto que a diferença é sentida, principalmente, nos integrantes que estão há mais tempo no grupo Centelhas da Fé.

Por fim, trazemos a contribuição de Moura *et al.* (2021) sobre as mobilidades intermunicipais dos jovens estudantes universitários do Instituto Federal do Ceará (IFCE) – campus Quixadá. No artigo é analisado o processo de mobilidade cotidiana dos estudantes de Quixadá e dos municípios do entorno, sob a ótica dos trajetos e modais utilizados, problemas cotidianos e sonhos inerentes à busca pela educação formal.

A investigação deu-se com os alunos do curso noturno de licenciatura em Geografia do IFCE, campus Quixadá, da faixa etária dos 15 aos 29 anos, com intuito de compreender os sujeitos sociais, as origens e os meios de transporte usuais; foram utilizados questionários com perguntas objetivas, distribuídas na plataforma digital *Google Forms*, e posteriormente realizadas entrevistas via *Google Meet* no intuito de estabelecer uma aproximação com os sujeitos da pesquisa e compreender os problemas enfrentados, as estratégias desenvolvidas para realização da viagem e os sentimentos abarcados no trajeto diário.

Os resultados da pesquisa demonstraram que a mobilidade dos jovens estudantes está ligada à oferta do transporte municipal e implicada pelas condições dos ônibus disponibilizados, pelos problemas estruturais na estrada e pelos medos intrínsecos a viagem educacional. Observou-se a criação de estratégias estudantis para acessar a instituição de ensino, relacionadas ao transporte, como a utilização de diferentes modais de transporte (acesso e/ou retorno) e a adequação ao horário do ônibus, e os que finalizam o percurso a pé definem estratégias de acompanhamento, como fazê-lo em grupos ou na companhia de familiares.

Ademais, as entrevistas com os estudantes do IFCE – campus Quixadá demonstraram que os percalços enfrentados nos trajetos e na jornada acadêmica são superados diariamente pelas estratégias criadas e pelo desejo de concluir a graduação e conquistar o título acadêmico capaz de garantir aos estudantes universitários novas possibilidades de viver e trabalhar nos seus respectivos municípios.

Frente a essa dinamização da categoria “juventude” e aos diferentes espaços ocupados por esses jovens na sociedade civil e vigilantes para centrar a discussão nos sujeitos da pesquisa, optou-se por privilegiar as conceituações e as abordagens que visibilizem os jovens: contextualizando-os em universo intermediário no diálogo entre campo e cidade e sujeitos políticos em luta por direitos sociais.

3.2 JUVENTUDE ORGANIZADA: DA NEGAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO À RESSIGNIFICAÇÃO DAS LINGUAGENS TERRITORIAIS E DA LUTA

No início do terceiro capítulo, abordamos o histórico e a polissemia conceitual da juventude, vimos como os sujeitos juvenis passam a ser alvo de preocupação, as análises e o desenrolar dos processos de entendimento dessa categoria ao longo das últimas décadas. Nesse item, esclareceremos os porquês da organização da juventude, com reflexões baseadas no documento do Coletivo Nacional da Juventude do MST que, apesar no foco no movimento, generaliza a abordagem de organização.

A condição de subordinação dos jovens nos espaços sociais é marca do posicionamento histórico da sociedade capitalista, pautada no desenvolvimento em decisões verticais, silenciando os sujeitos sociais, de forma que a participação dos jovens nos espaços sociais ficou reduzida a meras concessões do mundo adulto.

Mas, afinal, os jovens não possuem interesse na participação política ou eles são tolhidos? O ponto central para entendimento são os espaços sociais frequentados pelos jovens, seja nas suas moradias, nas escolas ou nos grupos de amigos comuns. O jovem, como um sujeito cheio de ideias, tem seu interesse pela fala, podendo se sentir envergonhado e fora da zona de conforto, mas segue em busca do reconhecimento e da legitimação dos seus discursos.

Quando analisamos os jovens em seu cotidiano, deparamo-nos com uma leitura da realidade: em casa e na escola, os jovens podem ser tolhidos pelos representantes do poder, geralmente o chefe familiar, e/ou pelo professor. Por sua vez, só no último caso, quando consideramos os jovens dentro do seu grupo de amigos é que eles se sentem à vontade e não são tolhidos de exercerem seu direito de voz sobre ideias, aspirações, sonhos e tecerem comentários sobre os caminhos para obter o êxito nas jornadas.

Entretanto, questionamo-nos o porquê de a sociedade não dar ouvidos aos sujeitos juvenis. Talvez essa questão nos leve ao entendimento de que o

silenciamento juvenil seja um mecanismo frente à condição transgressora na vida e na sociedade. Mas as acepções anteriores analisadas pontualmente são ineficientes para explicar os motivos do silenciamento juvenil.

A discussão sobre o silenciamento juvenil esclarece que os jovens inseridos na sociedade capitalista eram visados pelos discursos políticos, alvos prediletos dos meios de comunicação e elementos de debate social nos espaços decisórios. Mas, quando tratavam da sua participação nos eixos de construção política e social, os jovens exerciam uma condição de negação para a sociedade, visto que não participavam das tomadas de decisões para seu desenvolvimento, ficando relegado aos adultos criar leis, decidir estratégias e definir os rumos a serem seguidos pela juventude.

Em síntese, a leitura do jovem como um ser apolítico negligencia a participação dos jovens em tomadas de decisões e reafirmam que aqueles jovens que conseguiram representações juvenis estiveram, muitas vezes, condicionados a uma espécie de movimento contraditório. Isso é, participavam como espectador da realidade, mas tinham seu direito de fala tolhido, conseqüentemente a construção de pautas propositivas, negando-lhes o direito de protagonismo e de desenvolvimento de ideias nos espaços que almejavam ocupar.

A propósito, os jovens nunca estiveram inertes na sociedade, pois os movimentos precursores da consciência política (Movimento Abolicionista, Semana de Arte Moderna, Movimento tenentista, Movimento Político Partidário, entre outros) culminaram no protagonismo juvenil no Brasil discutiram o início do século XX nas lutas regionais e em contestações que foram se sucedendo no Brasil paralelas à marcha capitalista. Bava e Costa (2004) indicam a presença juvenil nos grupos literários, políticos e no desenvolvimento de projetos culturais no Brasil. Inicialmente, os movimentos ocorrem de forma regional, pautados nas lutas contra as imposições e as arbitrariedades dos poderes dominantes, na luta por uma sociedade mais justa e no apontamento de novas ideias.

Na abordagem dos autores, são ressaltados os jovens em torno dos movimentos de formação política e literária do início do século XX, e como o protagonismo desses trouxe novas concepções e mobilizações em torno de reivindicações de pautas que lhes apeteciam e colocavam em xeque a ordem social. Desse modo, os movimentos juvenis tornaram-se referência para lutas vigentes em

suas épocas e períodos históricos. Em relação a isso, Bava e Costa (2004, p. 65) afirmam os jovens brasileiros do século XX “se revelaram, a toda sociedade brasileira, como um grupo ou movimento, capazes de protagonizar processos de formação cultural e política, alternativo para as novas gerações”.

A juventude do século XX, enquanto sujeito político, tornou-se um ator social de transformação e organizou-se em movimentos sociais, contestando ordens ou imposições, consideradas pelos jovens como prejudiciais a seus pares. Resumindo, as bases políticas e sociais dos movimentos permeiam o século XX e denotam avanços e contradições dos jovens nos espaços de luta. As ações acabam respingando no processo de retroalimentação e reinvenção dos modelos políticos e organizacionais de grupos vigentes.

O debate da juventude neste século está pautado nas diretrizes da ONU para os jovens, visto que, entre os anos 1990 e 2020, tínhamos a maior quantidade de representantes juvenis da humanidade, sendo necessário não só falar deles nas contribuições teóricas e nos espaços de poder, mas garantir a eles a oportunidade de inserção nos espaços sociais.

Por essa razão, retornamos às ideias de Trindade (2015), sobre as transições paradigmáticas da juventude da condição de “sujeito de problemas” para uma nova perspectiva, diferente, a de “sujeito de direitos”. A juventude é tratada como agentes estratégicos capazes de agir nas áreas de conhecimentos, nos espaços políticos e no desenvolvimento de ações melhoria de vida.

Por outro lado, compreendemos que os jovens estão sendo inseridos nas lutas vigentes no urbano e no rural. São rostos cada vez mais frequentes nos diversos espaços sociais organizados, como assembleias, sindicatos, grupos religiosos e até organizações de resistência desenvolvidas na periferia.

Conforme aborda o Coletivo de Juventude do MST:

A juventude está organizada de várias formas e de certo modo a maioria da juventude está em algum lugar, quer seja os jovens da periferia que estão organizados no tráfico de drogas ou em quadrilhas [...] os jovens organizam atividades de ONG's, no movimento HIP-HOP, no movimento estudantil, nos movimentos sociais em geral (COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE DO MST, p.04 [2003-2016]).

Na visão do coletivo, a juventude está organizada e desenvolvendo um projeto político e/ou modelo alternativo ao sistema capitalista, visto que o capitalismo lhe impõe uma série de problemáticas: educacionais, trabalhistas e de segurança, que afetam cotidianamente e são essenciais para a sociedade. O texto ressalta que a

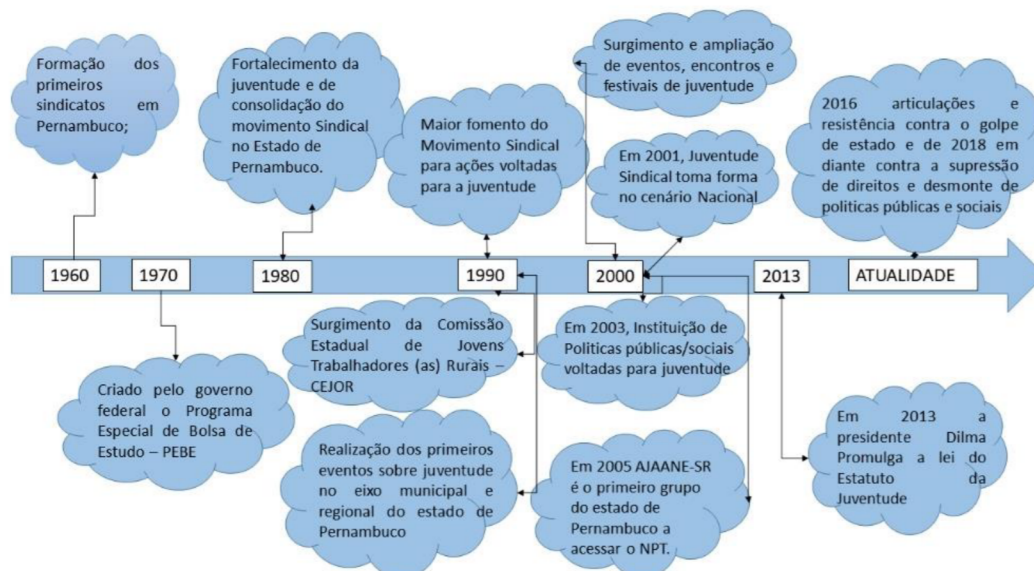
juventude precisa sair da lógica da organização de bailinho e/ou pequenas manifestações para entrar em meios de organização e fortalecimento de movimentos, agregados em lutas maiores e que impactam diretamente nas condições sociais que esses jovens ocupam.

A necessidade de organização nos faz pensar nos sujeitos da pesquisa, vide a associação desses com o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). A compreensão da juventude organizada cria um importante mosaico social para entender as lutas dos jovens e o impacto da inserção dos jovens nos conflitos no campo. São novos rostos nos espaços de poder e de discussão, uma diversidade de perspectivas e de linguagens aos movimentos de resistência e luta pelo território multidimensional que emergiram no bojo do Movimento Sindical do Estado de Pernambuco e do Brasil.

No caso em questão, a linha do tempo presente no Fluxograma 01, elaborada com base no caderno da FETAPE/CONTAG – “A organização Sindical da Juventude Rural em Pernambuco: uma história de luta e resistência”²⁴ –, mostra como a inserção da juventude deu-se de forma concomitante com a instituição dos primeiros sindicatos no estado de Pernambuco. A constatação reflete-se nos apontamentos de Bava e Costa (2004) em relação ao protagonismo da juventude nas lutas e nos movimentos de consciência política que acontecem no Brasil desde o século passado.

²⁴ Caderno “A organização Sindical da Juventude Rural em Pernambuco: uma história de luta e resistência”. Disponível em: https://www.fetape.org.br/imagens/publicacoes/Publicacao_21x21cm-5.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

Fluxograma 1 - Periodização de eventos e a participação da juventude sindical do estado de Pernambuco



Fonte: Arquivo FETAPE.

A materialização da linha do tempo revela aspectos importantes da historicidade da juventude sindical no estado de Pernambuco. De início, a articulação que culminou nos primeiros sindicatos no estado de Pernambuco, na década de 1960, antes mesmo dos movimentos juvenis sindicais em nível nacional.

Em meados dos anos 1970, foi criado o Programa Especial de Bolsa de Estudo (PEBE), através do Decreto nº 57.870/1966²⁵, o programa visava o beneficiamento de filhos e dependentes dos associados do movimento sindical, com o intuito de custear a compra de livros, materiais escolares e outros custos essenciais à conclusão do ensino médio.

Os anos 1980 representaram a consolidação da juventude e o fortalecimento do movimento sindical no estado de Pernambuco. No âmbito nacional, as discussões sobre o tema começam a ser notadas nos documentos oficiais dos encontros da CNTR; neles, emerge a intencionalidade de formar jovens pensando na longevidade do movimento sindical. Vale ressaltar o importante papel da Pastoral da Juventude Rural (PJR) na aglutinação de jovens do campo em movimentos religiosos que culminaram na construção da juventude do movimento sindical.

²⁵ Detalhes sobre o decreto podem ser visualizados em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57870-25-fevereiro-1966-398491-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Os anos 1990 representam novas possibilidades ofertadas aos jovens do sindicalismo rural, tendo em vista as ações de fomento à juventude pelo MSTTR e a instituição da Comissão Estadual de Jovens Trabalhadores(as) Rurais (CEJOR), que surgiu com o intuito de fortalecer a ação política e o protagonismo dos jovens trabalhadores rurais em diversas instâncias. Além disso, a realização dos primeiros encontros juvenis em diferentes porções do estado de Pernambuco e de outros estados brasileiros.

No início dos anos 2000 até a atualidade, os movimentos juvenis ganharam corpo no estado de Pernambuco e o crescimento exponencial da promoção de eventos, entre outros espaços de formação. No cenário nacional, em 2001 a Juventude Rural vai se organizar nacionalmente no MSTTR, abrindo margem para discussão das problemáticas vividas pelos jovens do campo e agregando novas bandeiras de luta ao movimento sindical.

Os temas mobilizadores locais ou nacionais: infraestrutura, violência, educação, esporte e lazer, e os temas transversais: discussões sobre gênero, raça, classe, avultam-se no cenário nacional e permeiam as discussões de grupos sociais e/ou coletivos.

As mudanças do início dos anos 2000 provocaram reformulações nos espaços governamentais, inserindo jovens nas discussões sobre políticas públicas e no âmbito dos espaços sociais e de poder. Isso se refletiu na promulgação de políticas como: o PNCF, Programa Jovem Saber, a política Nossa Primeira Terra e o Consórcio Social da Juventude – Rita Quadros.

A aprovação de cota mínima de participação de jovens e mulheres nos cargos de direção do MSTTR no 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais realizado em 2005; no caso dos jovens, essa medida repercutiu no reconhecimento da importância deles nos espaços de poder e numa maior profusão de lugares para atuação juvenil.

A juventude do MSTTR em Pernambuco é multifacetada e está distribuída em diferentes regiões do estado, exercendo atividades nas diferentes conformações dos territórios rurais, dinamizando cada vez mais a luta dos povos camponeses. São nesses espaços de socialização cotidianos, como a escola, o posto de saúde, a igreja e o próprio sindicato, que a juventude constrói sua identidade enquanto jovem na sociedade (GALINDO, 2015).

A juventude organizada em espaços (sindicatos, comissões, polos sindicais) e níveis (municipal, estadual e nacional) estabelece diálogos, discutindo políticas e debatendo demandas dos(das) trabalhadores e trabalhadoras do campo. As estratégias de atuação do MSTTR estão pautadas desde o processo de organização da juventude, mas refletem, principalmente, a luta por direitos, através de mobilizações e articulações com parceiros do movimento sindical.

O fortalecimento da juventude dá-se com a consolidação desses jovens trabalhadores rurais nos espaços de poder. Apesar do contexto de supressão de direitos e políticas públicas desde o governo Michel Temer 2016, a juventude sindical continua se articulando na base para esse período de incertezas, restabelecendo diálogos importantes e conquistando espaços para as próximas gerações de jovens.

Os jovens do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) são protagonistas na luta por acesso à terra e direitos sociais no sertão do Pajeú pernambucano. No entanto, a constituição e a territorialização das lutas ocorrem a partir de estratégias diferenciadas: enquanto o MST realiza processos de acampamento, ocupação e territorialização de latifúndio improdutivo, a estratégia do MSTTR ocorre com a compra de imóveis rurais via crédito fundiário.

A incorporação dos jovens nas lutas camponesas e nos processos organizacionais dos coletivos, das associações, dos centros de formações, dos eventos, entre outros, incide na construção social dos jovens e permite a expansão de pautas e a adoção das novas tecnologias e linguagens aos movimentos, visto a capacidade de articulação da juventude e o destaque nas lutas empreendidas no cenário nacional.

Em síntese, com as diferentes formas de territorialização, os camponeses demonstram o caráter evolutivo das questões espaço-temporais. Portanto, se antes a organização ocorria apenas nos espaços comunitários, sede de sindicatos e/ou igrejas, hoje os territórios de ações e lutas sociais expandiram-se para as tecnologias eletrônicas e as mídias sociais. Em outras palavras, a lógica da organização dos “novos camponeses” (BARTRA, 2011) segue o padrão estabelecido pela sociedade técnico-informacional que há muitos anos permeia as relações sociais urbanas e a configura como um instrumento relevante na comunicação entre grupos no território.

A abordagem de Fernandes (2009) sobre tipologias de território, na qual o

primeiro e o segundo são configurados respectivamente por representar a governança do estado em diferentes níveis e as propriedades particulares, ficando a condição de “terceiro território” para as redes sociais (FERNANDES, 2009), sendo abarcadas nele as funcionalidades comunicacionais e os novos horizontes dos grupos sociais. Assim, os meios inter-relacionais que se seguem até o início dos anos 2000, como as mídias impressas, as correspondências e o *Orkut* como primeira territorialização de movimentos, tornam-se elementos arcaicos com o surgimento do segundo grupo de tecnologias como o *Facebook* e o *Whatsapp*.

Na atualidade, a tríade das mídias sociais, formadas pelo *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, é essencial para compreender as novas dinâmicas, dando visibilidade às lutas camponesas, ao diálogo com a sociedade civil e outras frentes organizadas. As mídias sociais são partes constituintes de redes que constroem diálogo simultâneo entre territórios e funcionam como elemento de divulgação das bandeiras de luta e exposição das respectivas produções camponesas.

Diferentemente de Fernandes (2009), que traz a questão da comunicação em rede atrelada ao território, Sales (2015, p. 37) faz a leitura com base na inter-relação espaço-tempo para dissertar sobre a comunicação em rede, indicando que “o ciberespaço é efetivamente desterritorializante dando a ideia de não-lugar como um espaço constituído por um fluxo de informações. Toda mídia, da escrita a internet, cria processos que permitem driblar o constrangimento do espaço e do tempo”.

Isso ocorre mediante a virada histórica da comunicação universal e o advento das redes de comunicação em massa, como ciberespaço, vai se caracterizar pelas diferentes possibilidades de comunicação, trabalho, diversão e relações sociais. Além disso, é caracterizada pelo acesso facilitado aos conteúdos culturais e históricos de municípios do entorno e de outros estados, permitindo aos jovens urbanos e rurais transpor barreiras geográficas históricas pela comunicação simultânea nos espaços sociais em rede e nos portais da internet através de *smartphones*, *tablets* e computadores (SALES, 2015).

A facilidade de interação e a possibilidade de trocas de informações e experiências tendem a constituir novos padrões de relações sociais para os grupos sociais devido às possibilidades de se relacionar, organizar e agir dos seus participantes. A *internet* e sua dinâmica em tempo real requerem destreza para posicionamento nas diferentes esferas públicas e permitem aos grupos participação

em discussões de temas em voga na sociedade.

Em Sales (2015), é ressaltado que o acesso à internet no âmbito rural continua em pé de desigualdade, e os interesses dos jovens pelo acesso variam e podem ser feitos para questões escolares ou para entretenimento. Ademais, isso implica nas diferenciações antes tidas sobre jovens urbanos e rurais, hoje não tão gritantes, visto que a condição de não acesso à internet foi quebrada pela sociedade em rede, permitindo a eles consumir elementos culturais das sociedades urbanas.

Por fim, trazemos a indicação de Gohn (2018), tratando sobre como o uso da *internet* revolucionou as formas de comunicação da sociedade civil e a maneira como os sujeitos interagem; isso implica na maneira de interpretação dos atores sociais e dos movimentos, pois a internet permite a ascensão de diferentes agentes aos grupos sociais existentes com informações e exemplos tácitos. Antes, a mídia estava monopolizada e o estado possuía certo controle dos canais de comunicação; hoje, os diferentes agentes disputam a atenção do público na internet, um espaço, no Brasil, muitas vezes, sem controle.

De acordo com Gohn (2018, p. 119):

O poder das redes vai além da mobilização. Elas impactam no caráter da ação coletiva desenvolvida. A internet tem alterado a formação, a articulação e a atuação dos movimentos sociais, gerando impactos e resultados diferentes na sociedade e nos próprios movimentos [...].

Isso implica no entendimento de que, com o advento da internet, as juventudes rompem as barreiras invisíveis que existem entre o campo e a cidade, e estreitam laços das classes sociais; os diferentes *modus vivendi* se desenvolvem no eixo de contradição e conflitualidades existente no capitalismo. A possibilidade de inserção de novos caminhos, linguagens e pautas para o protagonismo dos jovens organizados da/na luta camponesa permite um maior acesso à informação e à exposição dos seus conhecimentos para diversas porções do território nacional.

Na atualidade o uso das redes sociais tem função na difusão e no desenvolvimento dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais (SOBREIRO FILHO, 2016). A afirmação é baseada na análise dos protestos do Movimento Passe Livre (MPL) 2013, iniciados em 2013, usando o *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* para mobilizar integrantes em torno da pauta e manifestações contrárias ao aumento da passagem. A cobertura em tempo real, possibilitada pela popularização dos smartphones e das redes de Internet, permitiu ainda o uso para denunciar em tempo real as detenções, a violência física e as repressões policiais contra os integrantes do

ato.

As redes sociais passaram a ser um importante instrumento dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, inclusive antes da pandemia do coronavírus. Porém, o isolamento social tornou as redes sociais arma poderosíssima para a não desmobilização dos movimentos. O novo padrão de normalidade trouxe ainda a necessidade de manter-se discutindo pautas e mobilizados na luta, assim os encontros presenciais (reuniões, formações, atividades culturais) passaram a ocorrer de forma virtual em plataformas digitais.

As mudanças impactaram os grandes eventos de juventude, vide o "I Festival da Juventude Rural Conectada: construindo um mundo novo"²⁶, promovido e transmitido pelas redes sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). O encontro presencial estava programado para 2020 na cidade de Brasília-DF, mas a pandemia tornou o encontro virtual. A manutenção do encontro deu-se pela importância do diálogo de saberes e pelo intercâmbio de jovens dos diferentes pontos do país. O encontro virtual²⁷ discutiu pautas afins à vida dos jovens do campo, como: os direitos sociais, a questão de gênero, o racismo, as dificuldades de comercialização durante a pandemia, as apresentações culturais.

²⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=misMBtOrMf8&feature=youtu.be>. Acesso em: 20 out. 2021.

²⁷ Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=676&ap=1&nw=1>. Acesso em: 20 out. 2021.

4 O ASSENTAMENTO RURAL DOS(DAS) JOVENS AGRICULTORES(AS) DE NOVA ESPERANÇA DE SANTA RITA – SERRA TALHADA-PE

O quarto capítulo consiste numa breve apresentação da região do Pajeú e do município de Serra Talhada para explicitar o contexto de inserção do assentamento. O foco da abordagem é o processo histórico de conquista do assentamento e a caracterização, com quadros, figuras, enfatizando a discussão sobre a realidade dos jovens assentados e expondo a distribuição territorial e de suas áreas produtivas na atualidade.

Neste trecho do trabalho, utilizaremos as entrevistas realizadas no assentamento para garantir que a história seja contada pelos jovens do Assentamento dos Jovens Agricultores e Agricultoras de Nova Esperança – Santa Rita (AJAANE). Dessa forma, para preservar a identidade dos jovens entrevistados, utilizaremos nomes de importantes líderes sindicais brasileiros envolvidos na luta pela terra, pelos direitos sociais e pela defesa da vida dos camponeses, para retratar as falas dos(as) jovens sobre o processo de constituição do assentamento

4.1 O SERTÃO DO PAJEÚ: HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E ATUALIDADE

A perspectiva histórica demonstra que a incursão dos portugueses pelo interior nordestino se deu durante a segunda metade do século XVII (MEDEIROS, 2021). O investimento da Coroa Portuguesa na apropriação de terras na região interiorana deu-se pela inviabilização da criação de gado no litoral ordenada na Carta Régia de 1701. Na Carta o governo português proibia a criação de gado nas terras utilizadas para o cultivo da cana; a explicação está nos solos férteis (solos massapês) para plantação da cana de açúcar e nos problemas de conciliar as duas atividades no mesmo espaço (pisoteio da cana-de-açúcar e destruição das plantações) que poderiam atrapalhar o desenvolvimento da economia açucareira.

O processo de interiorização ocorreu mediante o desmatamento da vegetação da caatinga, a catequização indígena e os conflitos longos e sangrentos entre povos indígenas e representantes da Coroa Portuguesa por terras bem localizadas e próximas a cursos d'água. Como trata Medeiros (2021, p. 51), "o binômio terra e água é essencial ao projeto colonizador no sertão" e a existência dessa dualidade foi responsável pelo desencadeamento de lutas de resistência e levantes indígenas no

sertão, sendo a “Guerra dos bárbaros” um dos seus desdobramentos. Porém, o caráter dominante da Coroa Portuguesa deu o tom à marcha violenta e civilizatória de ocupação e desenvolvimento do sertão.

A priorização da atividade açucareira no litoral demonstrou a secundarização da atividade pecuária pela Coroa Portuguesa. Dessa forma, a criação de gado figurava como uma atividade subsidiária e apoiadora da estrutura consolidada dos engenhos de açúcar no litoral. A ocupação interiorana conquistou inicialmente o agreste pernambucano, área com topografia elevada, terrenos úmidos e vegetação de transição (mata atlântica/caatinga), sendo uma área próxima ao litoral e propícia ao desenvolvimento de ambas as atividades.

Porém, a atividade pecuária continuou sua incursão rumo ao sertão, onde se estabilizou e consolidou as formas de trabalho, condicionadas pelo crescimento das lavouras e dos rebanhos da região. A conquista de terras no interior nordestino possibilitou a sustentação da economia colonial nos períodos favoráveis e desfavoráveis à cana-de-açúcar, permitindo ainda o surgimento de aglomerados e povoados interioranos que culminaram na formação dos primeiros municípios.

A consolidação da atividade pecuária e por conseguinte da atividade agrícola no agreste e no sertão nordestino criou um modelo agropecuário vigente por muitos anos e ditou o desenvolvimento da região do ponto de vista social, político e econômico. A cisão com esse modelo ocorreu no início da década de 1960, quando o estado brasileiro investiu na modernização técnica e científica da agricultura, transformando as relações históricas estabelecidas na região.

Os impactos da adoção do modelo técnico científico atingiram os modos de produção, trabalho e o uso da terra, beneficiando os grupos do poder ou que disponibilizavam de grandes extensões territoriais. Na época, a aliança entre o estado brasileiro e grupos políticos regionais consolidou a concentração de terra e da renda fundiária, acentuando as desigualdades sociais existentes no interior brasileiro e alijando os camponeses da terra e dos meios de produção.

A modernização da agricultura no estado brasileiro tinha como intuito não depender das condições naturais existentes no semiárido nordestino, visava utilizar a condição científica para explorar as condições da natureza, a fim de garantir uma maior produtividade e gerar lucros no setor agrícola. Em outras palavras, a consolidação do setor agrícola no Brasil passava sinalização para o mercado

externo, visando consolidar o mercado brasileiro e aumentar o acúmulo de riqueza dos estabelecimentos agroindustriais.

A região do sertão do Pajeú é composta por 17 municípios, tendo área total de 8.770 km² e população de 334.838 (IBGE, 2021) (Quadro 02). A toponímia está ligada ao Rio homônimo que corta os municípios e constitui-se a maior bacia hidrográfica do estado de Pernambuco. A região do Pajeú destaca-se pela organização social e pela participação política dos seus residentes em ONG`s, movimentos sociais, sindicatos, coletivos e organizações feministas, entre outros.

Quadro 02 - Área, Densidade Demográfica e População do Sertão do Pajeú

Unidade Geográfica	Área (km²)	População	Densidade (pop. /Km²)
Brasil	8.515.759	213.317.639	25,04
Nordeste	1.554.291	57.667.842	37,10
Pernambuco	98.076	9.674.793	98,64
Sertão do Pajeú	8.770	334.838	38,17

Fonte: IBGE (2021).

O sertão do Pajeú possui 36 assentamentos federais distribuídos em 7 municípios (Serra Talhada, São José do Egito, Tuparetama, Iguaraci, Carnaíba, Flores e Afogados da Ingazeira) e 2 assentamentos estaduais (Santa Rita e Roberto Kerle) oriundos do Programa Nacional de Crédito Fundiário. (Quadro 03). O crédito fundiário Nossa Primeira Terra é responsável por outros 16 assentamentos estaduais.

Município	Nome do projeto	Tipo de projeto	Número de beneficiários	Nome do projeto	Tipo de projeto	Número de beneficiários
Afogados da Ingazeira Carnaíba	PA vale do Pajeú	Assentamento Federal	51			
	PA Borborema	Assentamento Federal	25			
Flores	PA Araras	Assentamento Federal	25			
	PA Caldeirões	Assentamento Federal	28	PA Ramada da Quixabeira	Assentamento Federal	17
Iguaraci	PA Cedro Branco	Assentamento Federal	27	PA Rosário	Assentamento Federal	164
	PA Malhada do Riachão	Assentamento Federal	16	PA Socorro	Assentamento Federal	72
	PA Mata Verde	Assentamento Federal	67			
São José do Egito	PA Açudinho	Assentamento Federal	35	PA Riacho dos Negreiros	Assentamento Federal	41
	PA Lagoa da outra banda	Assentamento Federal	11			
Serra Talhada	PA Adão Preto	Assentamento Federal	14	PA João Pedro Teixeira	Assentamento Federal	16
	PA Antônio Baião	Assentamento Federal	7	PA Lajinha	Assentamento Federal	30
	PA Barra do Exú	Assentamento Federal	46	PA Mandacaré I	Assentamento Federal	17
	PA Cachoeira I	Assentamento Federal	43	PA Paraíso	Assentamento Federal	36
	PA Carnaúba do Ajudante	Assentamento Federal	14	PA Paulista	Assentamento Federal	30
	PA Catolé	Assentamento Federal	26	PA Poço do Serrote	Assentamento Federal	65
	PA Gilvan Santos	Assentamento Federal	68	PA Poldrinho	Assentamento Federal	53
	PA Ivan Souto de Oliveira	Assentamento Federal	61	PA São Lourenço	Assentamento Federal	33
	PA Timburana	Assentamento Federal	50	PA Bela Vista	Assentamento Federal	16
	PA Três Irmãos	Assentamento Federal	16	PE AJAANE	Assentamento Estadual	9
Tuparetama	PA Virgulino Ferreira	Assentamento Federal	370	PE Roberto Kerle	Assentamento Estadual	7
	PA Boa Vista	Assentamento Federal	7			
	PA Sítio Izidro	Assentamento Federal	10	PA Sítio Jardim	Assentamento Federal	12
	PA Sítio Cajueiro	Assentamento Federal	17			

Quadro 03 - Projetos de assentamentos estaduais e federais existentes na região do Pajeú de Pernambuco

Fonte: INCRA (2021).

Em relação ao município de Serra Talhada, os dados do IBGE (2021) indicam a abrangência de uma área de 2.980,06 km² e uma população de 87.467 habitantes inseridos nas zonas urbana e rural. A circunscrição municipal está dividida em nove distritos (sede e outros oito distritos).

O Produto Interno Bruto (PIB) do município é composto por quatro eixos centrais, com o setor de serviços figurando em posição de destaque, seguido pela administração pública, saúde, educação e seguridade social, indústria e, por fim, setor agropecuário (IBGE, 2018).

Segundo dados do IBGE (2015), existem 803 estabelecimentos comerciais e 4.914 ocupando atividades nessa área. A cidade conta com um acréscimo considerável com a abertura do Shopping Serra Talhada, primeiro do município, que pode trazer lojas do cenário nacional para a região. Some-se a isso a incursão de centro de compras com redes atacadistas (Assaí e Atacadão) responsáveis por disputar clientes com o já estabelecido setor varejista.

A centralidade geográfica na região do Pajeú torna Serra Talhada um espaço com fluxos de mobilidade convergentes para as pessoas residentes nos municípios vizinhos, visitantes constantes do município a fim de acessar o setor de serviços, a rede pública de educação básica, a feira livre, entre outros, contribuindo para movimentar os setores econômicos.

Outra atividade importante para a economia do município de Serra Talhada é o setor de saúde, com destaque ao Hospital Regional Professor Agamenon Magalhães (HOSPAM), que abrange Serra Talhada e mais nove municípios da região devido à centralidade geográfica exercida pelo município na XI GERES (Mapa 02). Nele, são ofertados serviços ambulatoriais e de emergência para cerca de 235 mil habitantes nas especialidades de cardiologia, odontologia, cirurgia, traumatologia, ortopedia, neurologia, oftalmologia, entre outros.

Quadro 04 - Quantidade de rebanhos de caprinos, bovinos e ovinos do município de Serra Talhada-PE

Rebanho	Quantidade (cabeça)
Ovino	104.000
Caprino	93.500
Bovino	32.000

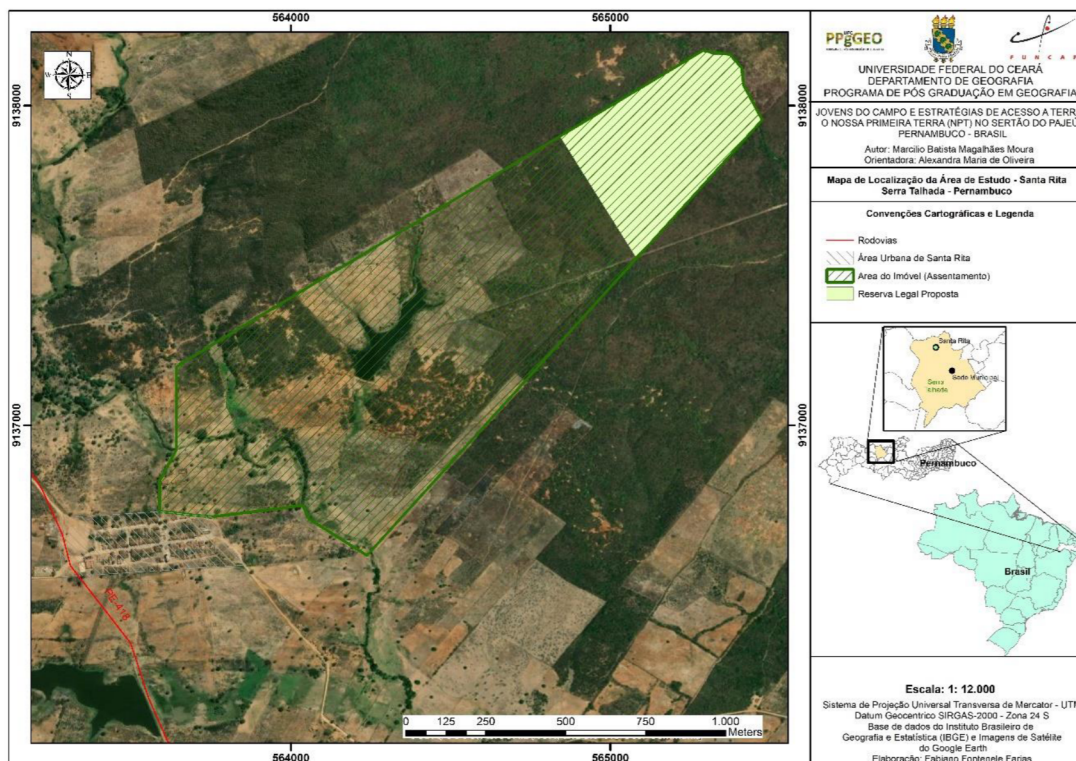
Fonte: IBGE, 2020.

Os aspectos citados são partes constituintes do município sertanejo abordado e contribuem para entender o contexto no qual os(as) jovens do Assentamento Rural dos(as) Agricultores(as) de Nova Esperança de Santa Rita acessaram de forma estratégica o crédito fundiário para ter o direito de viver e produzir.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO – ASSENTAMENTO RURAL DOS (AS) JOVENS AGRICULTORES (AS) DE NOVA ESPERANÇA DE SANTA RITA – SERRA TALHADA - PE

O Assentamento Rural dos(as) Jovens Agricultores(as) de Nova Esperança de Santa Rita está inserido no município de Serra Talhada, localizado na Microrregião do Sertão do Pajeú, na Macrorregião do Sertão pernambucano, a 414 km da capital do estado de Pernambuco. O acesso principal é realizado através da BR-232. O assentamento está a 26 km da sede do município de Serra Talhada, no distrito de Santa Rita, podendo ser acessado pela PE-418, que apresenta condição regular para o tráfego.

Mapa 03 - Mapa de localização do Assentamento dos(as) Jovens Agricultores(as) de Nova Esperança de Santa Rita – Serra Talhada – PE



Fonte: Farias (2021).

A leitura espacial e a visita de campo demonstraram o assentamento rural está em área de contato com a vila urbana de Santa Rita. A linha imaginária que separa o assentamento da mancha urbana é identificada por marcas presentes na paisagem, como o fim do calçamento, o início de uma estrada de terra e o caminho arborizado na descida do assentamento, visto que não há porteiros, placas ou qualquer outra indicação da existência da área do assentamento rural (Figura 04)

Figura 04 - Área limítrofe entre a vila de Santa Rita (à esquerda) e a entrada do assentamento (à direita).



Fonte: Arquivo do autor (2021).

Bombardi (2004), ao estudar o bairro rural em São Paulo, expõe que o campesinato nem sempre aparece isolado das relações de mercado e das relações sociais que constroem e caracterizam as unidades camponesas. Na verdade, eles jamais estiveram isolados, como são partes constituintes do modelo de sociedade vigente.

Em sua obra, Bartra (2011) concebe o camponês a partir de uma diversidade de rostos que moram no campo, na cidade, na fronteira ou na periferia, adaptando-se às mudanças trazidas pela modernidade, uns se adaptando às técnicas, adquirindo novas tecnologias e outros elementos sociais.

A mobilidade geográfica praticada pelos camponeses implica em diferentes disfarces que extraviam o “ser camponês”; assim, é possível encontrar camponeses nos movimentos, na luta, nas cidades, em empregos assalariados, em fábricas e noutros vínculos.

O camponês pode ser reconhecido em diferentes contextos espaço-temporais, com diferentes roupas, praticando formas distintas de produção. É uma classe multiforme, muitas vezes alijada do direito à terra e do desenvolvimento devido ao projeto de modernidade hegemônico e expropriador.

Apesar de não estar alijado da terra, vide a luta no sindicalismo rural e a compra do imóvel rural, o jovem trabalhador rural do sertão do Pajeú vive o hibridismo proporcionado pela proximidade entre campo e cidade. Isso se reflete no processo de reivindicação do ser e estar na sociedade, configurando-os com conhecimento, modelo de produção e relações de parentesco do campesinato, que se dão apoiadas

na inter-relação com as facilidades e as “modernidades” da cidade, representadas pela vila de Santa Rita e pela sede urbana de Serra Talhada.

Dessa forma, baseados no cenário de proximidade da vila (área urbana) e do assentamento (área rural) e das relações estabelecidas entre os assentados e os serviços ofertados na circunscrição urbana, construiremos o entendimento do que ocorre no assentamento rural. Trata-se de territorialização dos camponeses e de suas respectivas áreas produtivas mediante a realização das práticas produtivas, de trabalho e culturais semelhantes.

A disposição territorial e o povoamento das pessoas no assentamento, as áreas produtivas, a quantidade de famílias, as relações sociais estabelecidas e a economia de subsistência constituem o Assentamento Rural dos(as) Jovens Agricultores(as) de Santa Rita como “bairro rural” do distrito, conforme visto por BOMBARDI (2004, p.61) em São Paulo. Entretanto, diferente dos bairros rurais constituídos no seio da sociedade paulista que, no processo de territorialização, produziram núcleos centrais com vendas, capelas e outros espaços de inter-relações pessoais, em Santa Rita, houve a criação da identidade camponesa, mas o assentamento rural configurou-se com o uso dos espaços religiosos, comerciais e de saúde pública existentes no distrito, sendo a relação de proximidade com a vila e o usufruto dos espaços suficientes para configurá-lo como bairro rural.

4.2.1 A história de formação

A história do Assentamento Rural dos(as) Jovens Agricultores(as) tem a relação direta com a mobilização dos jovens e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada (STR) no ano de 2004. Os jovens assentados são filhos de agricultores e moravam na vila de Santa Rita ou nas fazendas existentes nas redondezas, onde os pais desempenhavam trabalho assalariado ou em diárias.

A fim de visibilizar os pontos de saída (casa de morada) e de chegada (o assentamento) os(as) jovens agricultores(as) assentados(as) Luiz Manoel²⁸, Manoel

²⁸ Luiz Manoel de Menezes foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquaritinga do Norte e era vereador em segundo mandato no município quando ocorreu um assalto seguido de morte no sítio de sua família; acredita-se num crime político e passional, devido a sua atuação ligada à luta pela terra.

Santos²⁹, Evandro Cavalcanti³⁰, Amaro Biá³¹, Margarida Alves³², Zenóbia Cedorak³³, José Francisco³⁴, Luiz Rosa³⁵ e Severino Domingos³⁶, utilizamos o Croqui 01, o mesmo revela a proximidade entre os pontos de partida e chegada.

A linha de crédito surgiu como uma oportunidade estratégica de mudar o destino de sujeição aos pais e tornar-se libertos e com autonomia em seus trabalhos, seus projetos de vida nos territórios rurais. A possibilidade continuar no campo através da política de crédito foi o caminho escolhido para quebrar um ciclo histórico de migração que acomete muitas famílias camponesas.

Sobre o processo de descoberta da política de crédito, Luiz Manoel relata o seguinte:

Eu era um jovem, terminei meu 3º ano e estava ocioso aqui, doido para ir embora, caçar um meio de vida, alguma coisa. Minha mãe era agente sindical, na época, chamada delegada de base, que é a voz do sindicato na zona rural na base. Ela trouxe essa ideia do Projeto Nossa Primeira Terra e até então eu nem dei ligância não sabe. Ai quando ela começou a me falar o que era o Nossa Primeira Terra, que era para os jovens comprar a terra e tal (Luiz Manoel de Menezes, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2020).

Luiz relata que, após o término do ensino regular, tinha o desejo de migrar e que, a partir da informação, descobriu a política de crédito fundiário do Nossa Primeira

²⁹ Manoel Santos era natural de Serra Talhada e foi militante do movimento sindical; sua atuação o levou à presidência da FETAPE e da CONTAG. Manoel foi ainda o primeiro deputado estadual declaradamente agricultor familiar a ocupar cadeira da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE). Morreu no ano de 2015 em decorrência de complicações com o câncer.

³⁰ Evandro Cavalcanti, advogado, vereador no município de Surubim, foi defensor dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Foi morto em praça pública com oito tiros de revólver durante um passeio com a família no ano de 1987. A motivação do crime seria a atuação com denúncias sobre irregularidades e violências praticadas por proprietários de terra da região.

³¹ Amaro Francisco da Silva Biá conheceu o movimento sindical aos 14 anos, contribuiu para a fundação, participou de cargos de diretoria e foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Zona da Mata Sul de Pernambuco

³² Margarida Alves foi uma mulher agricultora, líder sindical paraibana, lembrada pela atuação instruidora e incentivadora aos trabalhadores rurais no tocante aos direitos trabalhistas. Sua atuação despertou a ira dos patrões e sua trajetória foi interrompida na porta de sua casa em Alagoa Grande – PB.

³³ Zenóbia Cedorak de Godoy foi uma trabalhadora rural e sindicalista atuante no município de Pitanga localizado na região central do Paraná. Sua atuação sindical instrumentalizou-se nas ações voltadas à garantia da saúde, educação e posteriormente à organização política e reformulação dos papéis da mulher sindicalista.

³⁴ José Francisco da Silva foi delegado sindical de Vicência - PE, membro da Juventude Agrária Católica (JAC) e FETAPE. Na CONTAG contribuiu para reorganização da mesma, pós golpe militar de 1964.

³⁵ Luiz Rosa de Lima entrou no movimento sindical aos 14 anos no município de Tacaimbó para ajudar o pai; no sindicato foi membro suplente e efetivo em diversas funções na busca por direitos sociais, trabalhistas e dignidade para o homem do campo.

³⁶ Severino Domingos de Lima – Beija Flor atuou no sindicato dos trabalhadores rurais de Paudalho, tendo, em sua trajetória política, contribuído para organização e realização de greves, buscando o aumento e o cumprimento do piso salarial.

Terra (NPT). A história é corroborada por outros jovens assentados como Manoel Santos:

Nós ficamos sabendo por causa da mãe **do Luiz Manoel**, Vilma, que é a mãe do outro assentado daqui. Ela trabalhava no sindicato. Ela era... Cobrava aqueles... o sindicato não cobra a mensalidade daquelas carteiras? Ela vivia aqui. Morava na ruinha (área da vila). É delegado que chama. Delegado de base, que cobra, que recebe aquela mensalidade do povo que contribui para o sindicato (Manoel Santos, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2021).

A curiosidade e o interesse pelo programa fizeram os jovens de Santa Rita convidar, em 2004, a diretora de Juventude do Sindicato, Cícera Nunes (atual presidente da FETAPE), para uma reunião com os interessados em participar do programa. O encontro ocorreu na casa dos pais do jovem Luiz Manoel (um dos jovens interessados). Na reunião foram tratadas as diretrizes do programa, a necessidade de montar uma associação e registrá-la em cartório, entre outros procedimentos para acessar a linha de crédito.

A partir da apresentação do projeto, os jovens de Santa Rita, articulados no grupo da igreja, iniciaram as tratativas para montar a associação e posteriormente muniram-se das documentações para dar entrada no projeto. O jovem Luiz retrata a questão da seguinte forma:

Aí quando conheci o projeto, que a gente tinha capacidade de comprar através do governo federal né. O banco comprava e a gente pagava ao banco em parcelas suaves e anuais. Ai eu achei mais interessante. Ai foi onde eu comecei a reunir os meninos. A gente montou...Tinha um grupo de jovens. Só que era o grupo de jovens da igreja, participava das novenas, fazia teatro na igreja e tal, essas coisas. E a mesma galera a gente começou a reunir para discutir sobre a terra. Não sei se os meninos lembram mas a primeira reunião foi lá em casa né? [Questionando aos outros] (Luiz Manoel de Menezes, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2020).

A formação do grupo obedeceu a uma quantidade mínima de 09 jovens (Apêndice E), devido à necessidade de manter compromisso financeiro com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), responsável pelo financiamento da terra. Além disso, respeitar uma cota de 30% na participação de mulheres e não havia impedimento para acesso de jovens com grau de parentesco de 1º ou 2º graus, o que culmina no beneficiamento de membros da mesma família com a política pública em questão.

No processo de formação da associação, houve jovens desistindo por causa da burocracia enfrentada ou pelas dificuldades em conseguir as documentações requisitadas para montar a associação, entre outras problemáticas. As desistências ao longo do processo ficam evidentes na fala de Luiz Manoel: “[...] muitos já foram desistindo logo por causa da papelada, porque não tinha condição da papelada e tal, e não queria ter a burocracia também”.

O depoimento de Manoel Santos aborda inclusive as desistências iniciais, devido a não se enquadrar na política de crédito, bem como pela desconfiança das pessoas na obtenção do crédito fundiário:

Todo mundo podia participar. Se for jovem nera. Tinha aquela idade nera.... Parece que naquele tempo era 26 até 26 anos. De 26 anos abaixo no começo. Que tinha que ser jovem. Teve gente que desistiu. Porque era muito dinheiro nera. O cabra pensava que não conseguia assim que era muito dinheiro naquele tempo para comprar para você arranjar num banco era 100 e tantos mil, para você e arranjar num banco e você chegar sem nada só com a cara e coragem (Manoel Santos, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2021).

Além dos custos e da regularização dos documentos pessoais, os relatos dos jovens enfatizam a necessidade de montar uma associação e posteriormente registrar o estatuto em cartório, o que demandou custos altos para os interessados. A associação demandou dos jovens uma articulação organizativa para conseguir os documentos, instituir a associação e registrá-la em cartório, bem como o auxílio financeiro do STR-ST para resolver questões burocráticas.

A situação é retratada por Luiz Manoel da seguinte maneira:

Por que tinha a questão documentária né. Tinha que está tudo regularizado. Todos os sócios tinham que ter atestado de idoneidade, muita coisa, a documentação necessária mesmo. [...] a gente tinha que correr atrás dessa papelada. Ai veja só a gente conseguiu regularizar, montar a associação, registramos, criamos estatuto. Na época a gente não tinha condição nem de registrar a associação. Se não me engano, vocês podem ser que lembrem aí. Era quase 500 reais para registrar na época, era uma coisa assim e a gente não tinha esse dinheiro não. Ai o sindicato pagou para gente e a gente pagou o sindicato depois quando foi liberado para gente. Ai conseguimos montar a associação (Luiz Manoel de Menezes, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2020).

O processo de apresentação do programa, da criação da associação e do registro em cartório durou cerca de um ano, sendo finalizado no primeiro semestre de 2005. Diante disso, com a documentação organizada (cópia de estatuto, ata de criação, certidões, entre outros), foi dado prosseguimento na busca por um imóvel rural à venda, com no mínimo 80 hectares, sem hipotecas ou qualquer outra restrição. Os jovens de Santa Rita saíram em busca por imóveis rurais disponíveis para venda na região. Inicialmente, encontraram um onde o dono estava disposto a vender, mas o imóvel tinha área inferior, cerca de 60 hectares (o programa cobrava imóveis com no mínimo 80 hectares) e teria uma hipoteca relacionada a ele.

Diante disso, os jovens continuaram na busca, e um dos assentados teve a ideia de falar com seu padrinho de crisma, dono de uma terra próxima. Questionado se tinha o interesse de vender; o relato dos jovens é sobre uma resposta afirmativa foi feita com desdém já que o proprietário não acreditava que conseguiriam verba suficiente para efetuar a compra.

Luiz Manoel relata:

Meu padrinho era dono dessa terra aqui (terra onde hoje está o assentamento formado), padrinho de batismo, de batismo não, de crisma. [...] Ele era um cara meio ignorante aqui na região, ninguém gostava de conversar muito com ele não. Um dia eu conversando com ele, perguntei se ele não vendia a terra, aí ele disse que vendia né. Só que eu acho que ele falou que vendia para se livrar né. Porque ele sabia que eu não tinha como comprar e acho que ele pensou que era nós que ia comprar do nosso bolso né. Acho que ele pensou assim: esse rebanho de caba liso, eu vou dizer que vendo para eu me livrar deles. Como ele disse que vendia eu corri para o FUNTEPE (atual ITERPE) e disse: óh a gente arrumou a terra (Luiz Manoel de Menezes, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2020).

Como ressaltado na fala do assentado, o FUNTEPE foi informado sobre o imóvel rural. Esse órgão ficava encarregado de mandar técnicos para medir a terra, dando assim os primeiros passos para a avaliação e posterior a compra do imóvel rural. O antigo proprietário do imóvel criava gados e ovelhas, plantava banana, palma e mantinha outras áreas com vegetação nativa da caatinga. As principais mudanças realizadas pelos jovens foram na localização da produção para áreas consideradas por eles mais adequadas e, o principal, no deslocamento do curral das proximidades da casa.

Após a organização de documentos, a avaliação e a ida ao banco com o intuito de concluir os trâmites burocráticos, os jovens conseguiram comprar o imóvel rural por R\$ 60 mil e ficaram responsáveis pelo pagamento de mais de 20 parcelas, com valores distribuídos igualmente entre eles. O imóvel comprado foi avaliado pelo banco em R\$ 120 mil; sendo assim, com o dinheiro restante, os membros da associação garantiram melhorias à área comprada, com o direito de adquirir gado leiteiro e/ou caprinos para criação e geração de renda. Essa verba foi liberada gradualmente e necessitava da comprovação da compra e efetivação do serviço para liberação do dinheiro para pagamento.

Quanto ao valor de compra:

A terra foi avaliada em 120 mil reais e eu já sabia que a terra tinha sido avaliada 120, então eles disseram você tem uma margem de até 120 mil para comprar. Ai eu perguntei por quanto ele (o proprietário da terra) vendia, porque eu não ia botar dinheiro porque eu não sou besta. Por quanto o senhor vende? Vendo por 60. Eu não esperei nem ele fechar a boca. Disse logo que tava comprado. Doido para ter minha terra, para ter minhas coisas junto com os meninos. Ai pronto, compramos a terra em 2005 pelos 60. Aí como foi avaliado em 120, o que você comprar a terra, o valor que foi comprado, você vai pagar para o banco. O que sobrar, vai ser investido na propriedade, chamada fundo perdido, não vai ser devolvido para terra. A terra foi comprada por 60 mil reais dividida em 20 poucas parcelas, num foi. E as parcelas são anuais. A gente paga por ano as parcelas, graças a Deus terminamos já (Luiz Manoel de Menezes, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2020).

O valor de R\$ 60 mil reais está abaixo do praticado no mercado, e a explicação para a compra em tal valor está na proximidade com o antigo dono do imóvel, que é padrinho de crisma de um dos assentados e pelo fato de manter a palavra.

A compreensão do jovem assentado sobre a manutenção da palavra do antigo proprietário para a continuidade do processo de compra /venda do imóvel, faz-nos refletir os motivos da venda e o valor pretendido no imóvel. Oliveira (2001) reflete a utilização da terra pelos proprietários e grupos econômicos como reservam de valor e/ou de patrimônio. Assim, acreditamos que a opção de venda pelo proprietário está relacionada às dificuldades de manutenção da propriedade (provocadas pela seca), à necessidade de sanar dívidas ou ainda a utilização do dinheiro para investimentos.

Como relatado anteriormente, havia uma desconfiança em relação à política de crédito pela sociedade civil, e o fato de os jovens estarem à frente do processo deixava as pessoas com a sensação de que eles não iriam conseguir os valores para efetuar a aquisição da terra.

Quando trata desse descrédito dos moradores da consecução da compra do imóvel com a política de crédito e com a condição juvenil do grupo, Manoel Santos descreve o seguinte:

Até o dono dessa terra aqui, que vendeu essa terra, ele vendeu pensando que a gente não ia conseguir. Pq quando foi para ele... Foi até que ele não foi lá para receber o cheque. Ele pensou que nós não ia conseguir. Que naquele tempo era em 2005 era muito dinheiro, essas terras assim que você compra pelo banco... Reúne o lá povo lá, foi até na FETAPE, ai ele diz: óh vocês tem até 120 mil para vocês comprar essa terra. Agora se vocês conseguir comprar por menos, fica o restante num fundo perdido. Você não recebe mas você pode ir comprando um arame, uma rede, uma vaca, um bode, porque o dinheiro é seu que você ganhou. Ai na reunião o gerente do banco disse vocês têm até 120 mil para comprar, ai se vocês conseguir comprar por menos. Aí nós fomos negociar. Nós fomos lá peguemos a proposta do banco né que só podia botar até 120 mil. Aí voltemos e fomos falar com o dono da terra, ai ele disse 'eu vendo por 60 mil se vocês conseguir' ai nesse caso nós já tava ganhando a metade para investir terra mesmo. Aí eu acho que ele pensou que a gente não ia conseguir não. Porque era dinheiro naquele tempo. Era muito dinheiro, num é agora (Manoel Santos, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2021).

No segundo semestre de 2005, o dinheiro da verba SIC³⁷ foi utilizado para infraestrutura do assentamento e na compra de animais leiteiros a fim de contribuir

³⁷ Os Subprojetos de Investimentos Comunitários (SIC) são aqueles de infraestrutura básica e produtiva executados pelas associações de trabalhadores rurais, com recursos não reembolsáveis do subprograma de Combate à Pobreza Rural (CPR), no caso da Linha Nossa Primeira Terra utilizado para investimento em infraestrutura coletiva.

com a manutenção das famílias assentadas. Os entrevistados relatam que uma das estruturas pretendidas, o aviário, não foi concebida devido a problemas com o vento na região, que acabou derrubando a estrutura que estava sendo construída. Luiz ressalta que:

Aí a gente investiu na estrutura desse aprisco aí, que a gente tem aí, no curral coberto e construímos um galinheiro ali e o aviário. Mas antes de ser construído o aviário, deu um vento e derrubou. aí a gente também parou com ele, não foi pra frente não. Mas compramos gado leiteiro, a gente foi buscar gado fora daqui, a gente vendia em média de 100 e poucos litros por dia, a gente trouxe vacas para aqui que dava 18 litros (Luiz Manoel de Menezes, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2020).

Outros jovens enfatizam e reforçam a ação coletiva realizada por eles a fim de garantir tanto a manutenção das famílias como a consolidação do assentamento:

É tanto que a gente, todo mundo aqui na época (os 09 jovens do início do assentamento), todo mundo tinha 5 a 6 cabeças de gado, dava pra se manter tranquilamente, acho que todo mundo tinha mais de 10 cabeças de cabra tinha? Tinha mais oxe. Eu cheguei a mais de 30, só eu. A gente quando comprou dos outros né. Só que a gente vendia muito também e a produção leiteira era todo dia, tinha leite todo dia todo dia, tirava de manhã e à tarde (Luiz Manoel de Menezes, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2020).

O gado leiteiro foi uma forma de investimento utilizada por eles com bastante retorno, pois a produção, mesmo quando pequena, era diária. Inclusive, eles faziam a comercialização de leite e queijo, o segundo em menor proporção, geralmente para consumo familiar ou encomendas pontuais. A venda era feita por todos os jovens do assentamento, não havia trabalho assalariado e, apesar de tentarem formar uma cooperativa, os jovens relatam que, devido à existência de uma outra cooperativa num distrito vizinho, foram orientados a não instituir uma, pois isso inviabilizaria as duas cooperativas, sendo colocada para eles a opção de se associar na cooperativa existente.

Manoel Santos ressalta que a comercialização permanece até os dias atuais e a vazão da produção leiteira é direcionada às áreas vizinhas do assentamento no sistema porta a porta ou ao repasse aos comerciantes locais. Essa informação fica clara na fala de Luiz Manoel: “Uns vendem a atravessadores, outros fazem queijo, vende na porta a porta, mas vendem aqui na vila mesmo, gira aqui dentro, fica em casa”. Isso ocorre devido à proximidade do assentamento com a vila de Santa Rita e a possibilidade de circular oferecendo o produto aos moradores do distrito nas áreas rurais e urbanas.

O sistema de produção/criação no início aconteceu com o uso da terra na forma coletiva. Porém, a lógica capitalista de produção e a consolidação do assentamento rural despertam nos jovens o desejo pelo parcelamento das terras em lotes de 17 hectares. A medida é comemorada por alguns, devido a autonomia na gestão da área parcelada. Entretanto, o parcelamento da terra enfraquece a coletividade construída pelos jovens no processo de formação e organização de origem do Assentamento Nova Esperança e deixa a terra conquistada de forma coletiva suscetível ao mercado de terras e da reconcentração fundiária.

A afirmação decorre das dificuldades enfrentadas pelos jovens para pagamento do crédito concedido pelo banco e a forma adotada pelo governo brasileiro na titulação de terra aos assentamentos rurais. Pereira (2018) ao analisar o processo de emancipação dos assentamentos rurais do Ceará, a investigação retrata os caminhos para obter a emancipação, a forma como o estado brasileiro conduz a pasta fundiária e as estratégias de resistência dos movimentos e sujeitos sociais.

Nas discussões Pereira (2018) revela três tipos de títulos concedidos no processo de emancipação e/ou regularização fundiária dos assentamentos rurais: Concessão de uso, Título definitivo e Contrato de Direito Real e Uso.

O primeiro possui caráter provisório e possibilita o direito de posse e uso da terra para produção agrícola após a criação do assentamento. O segundo possui caráter permanente, após 10 anos é concedido o título definitivo e, em caso de cumprimento das cláusulas resolutivas, o domínio da propriedade é passado às famílias assentadas desvinculando-a do estado nos âmbitos administrativo e financeiro.

A forma mais recente de titulação, o contrato de direito real e uso, foi promulgada durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016) através da lei 13.001/2014 que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos a assentados da reforma agrária, concede remissão em casos específicos e no artigo 18 indica que a distribuição de imóveis seria realizada de três formas (CCU, CDRU e TD).

O modelo abordado nesta lei é defendido pelos movimentos sociais como ideal para fins de titulação, pois a terra fica sob uso e posse dos camponeses, através de um título definitivo e coletivo, responsável pelo direito da terra e a continuidade da aplicação das políticas públicas destinadas aos assentamentos. Em contrapartida, o governo brasileiro continua caminhar em direção a titulação definitiva, seja a partir do

acesso à terra por meio da compra ou na desregulamentação das leis que salvaguardam os assentamentos rurais, levando a integração das terras ao mercado capitalista.

As entrevistas realizadas no assentamento revelam uma multiplicidade de opiniões/entendimentos sobre o processo de parcelamento da terra. A esse respeito Luiz Manoel reflete:

Então foi basicamente isso, aí a gente começou a depois que o assentamento tava estruturado, a gente tava todo mundo... a gente chegou um momento que pensou homem tá na hora de cada um andar com suas próprias pernas agora. Ai decidimos dividir os lotes, ficou cada um com a sua parcela, ficou 17 hectares para cada um, eu mesmo na visão que eu tenho de antigamente e de hoje, eu me sinto um cara rico, vamos dizer assim, rico não é financeiramente, eu me sinto rico feliz, porque eu não tinha nada vey, minha vontade era ir simhora, arriscar aí sabia nem se voltava e como voltava né, e hoje graças a deus todo mundo aqui é proprietário, dono da sua terra, o que você produz é seu, o que você planta e colhe é seu, os animais são seus. Ai Deus é tão bom com a gente cara, que eu costumo dizer que somos covardes com Deus (Luiz Manoel de Menezes, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2020).

O jovem Evandro Cavalcanti trata que:

É assim, porque é muitas cabeças aí um quer fazer uma coisa o outro não. Não dá para fazer essa coisa. Que nem meu irmão. Meu irmão gosta de fazer horta, tem lá as hortas dele, já eu gosto de criar galinha. Aí você sabe que galinha com horta não dá certo. Ai outro já gosta de criar ovelha. Ai eu disse é melhor nós dividir seus lotes tudo e cada cá tocando o seu (Evandro Cavalcanti, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2021).

Questionado sobre eventuais problemas entre eles, Evandro relata o seguinte: “Problema tem. Se eu disser a você que não tem eu tô mentindo. Que tem. Você mesmo sabe que lutar com gente não é fácil não”. O parcelamento dos lotes deu-se pela lógica urbano-industrial da individualização das coisas e das pessoas, bem como pela lógica de titulação de terras que norteia o crédito fundiário.

Aparentemente, a divisão foi benéfica para aquele grupo de jovens, mas temos clareza de que, a titulação de terras contém a intensão de colocar a terra de trabalho no mercado capitalista de terras. Com isso, mais cedo ou mais tarde, com a titulação de terras, parte da terra conquistada com a luta por direitos humanos e justiça social no campo feita por movimentos sociais e camponeses, volta para as mãos de proprietários latifundiários.

O “ser proprietário” contido na fala de Luiz, por um lado, está dentro da lógica do programa que preza pelo acesso do agricultor familiar à terra no “novo rural”, que incide sobre as formas de ocupação e as características dos estabelecimentos rurais. Representa ainda uma relação de poder exercida pelo pequeno agricultor familiar,

no que concerne à liberdade nas escolhas produtivas, à realização de projetos e ao desenvolvimento de estratégias empreendedoras para as áreas onde residem (GRAZIANO DA SILVA, 2001; POTRICH; GRZYBOVKI, 2017). Por outro lado, os distancia da possibilidade de adentrar de fato na luta pela terra movida pelos movimentos socioterritoriais que lutam por reforma agrária para todos e todas no campo brasileiro.

A lógica do capitalismo agrário dissemina a ideologia capitalista do ser proprietário ou dono da terra negra, portanto, a questão agrária e todos as problemáticas dela decorrentes como a falta de oportunidade de emprego e renda no campo ou a educação de qualidade.

Na visita realizada em fevereiro de 2020, levado pela curiosidade, foi questionado sobre as culturas e as plantações no início e as que ocorrem na atualidade. Os jovens foram enfáticos ao ressaltar o milho e o feijão (plantados no período de chuvas regulares fevereiro a abril), mas ressaltaram ainda que produzem e comercializam leite, venda de carne de caprinos, entre outros.

O jovem Luiz Manoel explicou a situação da seguinte forma:

A cultura predominante aqui é milho e feijão. [...] Por causa da questão das chuvas, você vê aí as chuvas são irregulares aqui né. A gente planta e espera a colheita para setembro/outubro. O feijão sai mais cedo um pouco, se tiver inverno bom também né, três meses ou quatro meses, aí já tem feijão, nesse intervalo de tempo tem que suprir com outra coisa, aí era onde entrava o leite que era diário. A gente se manteve através do leite. Aí teve a produção de caprinos também, que a gente tinha umas cabras muito boa e vendia carne de cabrito, infelizmente para o atravessador (Luiz Manoel de Menezes, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2020).

Na fala do entrevistado, fica clara a sazonalidade das plantações e as escolhas produtivas subsidiárias que ocorrem no assentamento. A explicação recai no calendário agrícola do Nordeste, no qual o milho e o feijão (atividades principais) têm períodos favoráveis ao plantio (outubro) e à colheita (janeiro a junho). Contudo, nas épocas complicadas para a prática dessas culturas, entra em cena a produção leiteira, presente desde o início do assentamento.

A criação de animais figura como outra importante atividade, pois, com a venda dos cabritos e/ou da carne deles, os assentados conseguem gerar renda. Porém, essa venda usa atravessadores, devido aos custos de transporte e comercialização na sede municipal de Serra Talhada.

Apesar da semelhança de produções, a informação acima era relacionada à época de produção/criação coletiva. Dessa forma, com o parcelamento dos lotes, houve uma maior diversificação das atividades agropecuárias no AJAANE-SR. A seguir, há a sistematização da divisão utilizada no lote 03 para exemplificar a diversidade nas atividades produtivas desempenhadas pelos jovens.

4.2.2 O assentamento e suas áreas produtivas

A adesão e a inserção no assentamento pelos jovens do NPT não foram uniformes devido aos valores insuficientes da política de crédito, que a torna pontual e dispersa. A linha crédito tem o intuito de assentar os jovens, dando-lhes a oportunidade de acessar uma área produtiva. Contudo, a mesma não dispõe de valores suficientes para promover a estruturação física dos assentamentos instituídos e, de forma concomitante, possibilitar investimento nas áreas produtivas. Isso reflete nas escolhas dos jovens e no entendimento de que a política fundiária representa a ponta de um *iceberg* de um conjunto de políticas públicas e sociais necessárias para assegurar o sucesso desse modelo de assentamento.

O parcelamento dos lotes não impôs restrições ao uso do aprisco, curral e outras áreas coletivas do assentamento. O grau de parentesco dos jovens permitiu a realização de ajustes nas áreas de moradia ou do roçado, como é o caso de Evandro Cavalcanti, originalmente sorteado para gerir o lote 06; na atualidade, ele ocupa a área do lote 03 (do seu irmão) para viver e criar suas galinhas. Isso se deu pela localização e por conta de dificuldades para plantar, produzir e colher no lote 06, devido ao terreno ser íngreme, sem encanamento para acesso a água, distante do açude e isolado em relação aos demais.

O parcelamento dos lotes do assentamento obedece às linhas horizontais, tendo nas extremidades: áreas próximas da vila e área de reserva legal. É possível identificar que não há uma organização territorial uniforme ao longo do assentamento. Há uma concentração das casas de moradia, na área próxima da vila, enquanto as áreas produtivas se concentram no meio do assentamento, nas proximidades do açude devido à disponibilidade de água (figura 05).

Figura 05 - Divisão atual dos lotes do Assentamento dos(as) Agricultores(as) de Nova Esperança de Santa Rita



Fonte: Google Earth Pro – 2021. Elaboração do autor.

A reflexão sobre a distribuição dos lotes nos leva a dois pontos específicos: A proximidade das residências da vila, vide a casa central e a casa dos moradores; isso se dá pelo usufruto e pela oferta de serviços urbanos. Em contrapartida, observamos que as áreas produtivas, exceto a de Manoel Santos, concentram-se nas proximidades do açude Santa Rita; isso se dá pelo uso do bombeamento de água do açude para irrigar a produção.

O trabalho familiar exercido após o parcelamento dos lotes garantiu a autonomia dos assentados, tendo em consideração às escolhas de produção e criação. Isso desemboca em diferentes formas de uso e ocupação produtiva do território. A área de reserva legal da caatinga dentro do assentamento é mantida com a retirada de estacas e outros materiais em pequenas quantidades ou como reserva de biodiversidade.

Para explicitar a disposição do assentamento, iremos expor o lote 03, que é dividido pelos jovens Manoel Santos e Evandro Cavalcanti, com diferentes produções. Isso é possibilitado pela relação familiar, sendo justamente na circunscrição desse lote a concentração de produções e edificações disposição territorial das residências e das áreas produtivas do assentamento causou estranhamento, mas, com as visitas de campo, as entrevistas e com os registros

fotográficos, conseguimos subsídios para fazer o croqui 02 representando a área do lote 03 do AJAANE, com a exposição das áreas produtivas e área de reserva legal, revelando a territorialização do trabalho dos jovens assentados.

Manoel Santos se apresenta como agricultor familiar e sua área possui culturas de produção diversificada: com coentro, maracujá, abóbora, mamão, cebolinha, macaxeira, entre outros e predominância das plantações de banana. O agricultor informa que o longo período de estiagem vem atrapalhando a produção em larga escala. Dessa forma, consegue vender uma parte da produção na vila de Santa Rita enquanto a outra é utilizada para o consumo da família.

As produções de cana de açúcar e banana são mantidas pelo sistema de irrigação construído pelos jovens, que leva água do açude para as áreas produtivas. Há a criação de galinhas, vacas e ovelhas em pequena quantidade para consumo familiar.

A fonte de renda principal do agricultor é a criação de galinha caipira. O mesmo compra pintos e cria no seu galinheiro; quando elas crescem, ele os vende vivos, abatidos e/ou ovos produzidos. A comercialização dos produtos é feita pela informação oral e exposição nas redes sociais (*WhatsApp, Instagram e YouTube*) para garantir compradores, especialmente, neste momento de pandemia.

As redes sociais de comunicação são utilizadas pelos agricultores assentados como ferramenta de compartilhamento do conhecimento, de comunicação com o mundo e de disseminação das produções e criações práticas no assentamento. Na Figura 06, podemos encontrar como os jovens utilizam as redes sociais para compartilhar o conhecimento e transpor as fronteiras na sociedade em rede para obter lucros com venda dos animais.

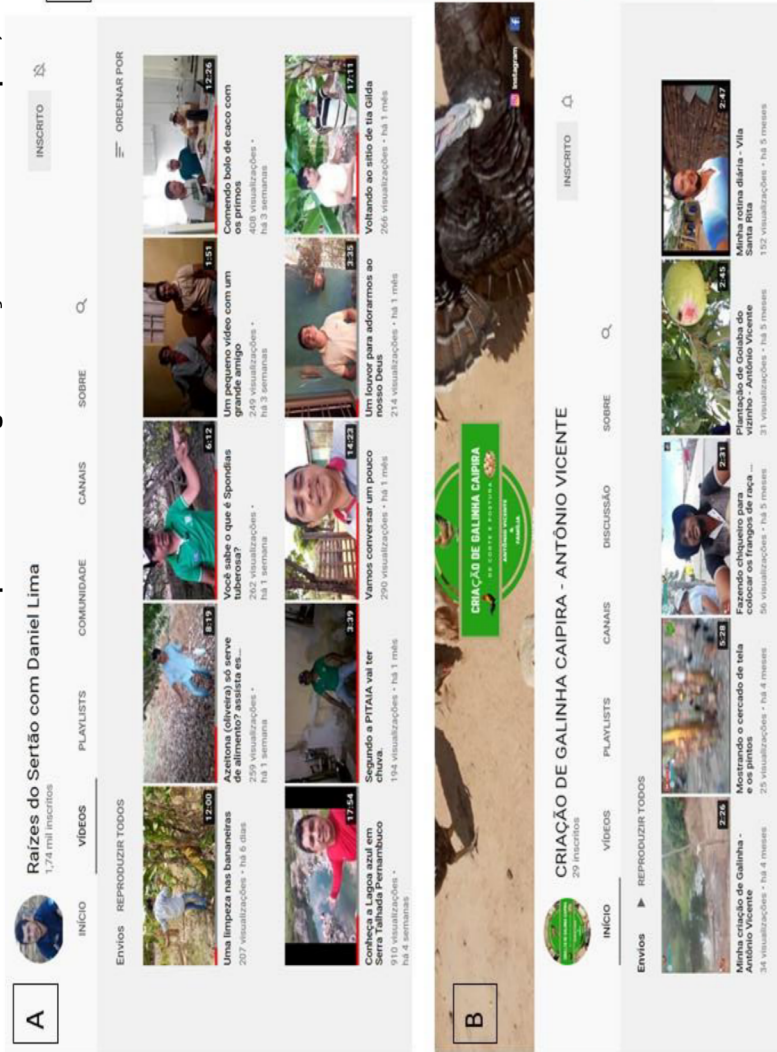
Luiz Manoel possui um canal com mais de mil seguidores no *YouTube* (2) alimentado semanalmente com vídeos sobre curiosidades da caatinga, produções realizadas por agricultores, frutas, entre outros. No caso do jovem Evandro Cavalcanti, além do canal no *YouTube*, ele utiliza o Instagram como forma de vender as galinhas caipiras e os ovos produzidos.

Em relação à manutenção da família a partir dessa criação, o entrevistado foi enfático ao falar sobre a necessidade de fazer “bicos” nas proximidades do assentamento ou ter acesso a programas sociais como o Bolsa Família³⁸. Os programas sociais que atendem os assentados na atualidade são o Bolsa Família, majoritariamente, e o Plano Safra, conjunto de políticas públicas que consiste em

³⁸ Em sucessão ao Bolsa Família, o Governo Federal pretende lançar o programa social Auxílio Brasil. Porém, pressões do mercado e divergências na equipe econômica causaram o cancelamento do anúncio do Presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

serviços de assistência técnica, extensão rural, garantia de preços e seguro de produção.

Figura 06 - (a) Canal do YouTube Raizes do Sertão, com Daniel Lima³⁹ (b) e (c) Canal do YouTube e perfil do Instagram Criação de Galinha Caipira, com Antônio Vicente⁴⁰.



Fonte: Reprodução da internet.

³⁹ Canal Raizes do Sertão. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UJc_CwY4dz3O2pz8leySAQNQ.
⁴⁰ Canal Criação de Galinha Caipira. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCOA_Yth-8GNihujPY9qoLOA.

No período de criação do assentamento, os jovens assentados chegaram a acessar o PRONAF-A para investimento em atividades agropecuárias. Luiz Manoel relata isso da seguinte forma:

A gente também acessou o PRONAF-A, que é um pronaf exclusivamente de assentamento, para quem é do crédito fundiário principalmente, a gente acessou o pronaf-A e está pagando também, foi igual uma política de crédito também (Luiz Manoel de Menezes, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2020).

A fala do assentado subsidia o entendimento das políticas de crédito fundiário, caso do PRONAF-A, que possuem caráter pontual e temporário, cabendo aos(as) agricultores(as) aproveitar as oportunidades para estruturar o assentamento. No que diz respeito às políticas sociais, observamos o caráter essencial do Bolsa Família para assegurar o mínimo de qualidade de vida para os assentados.

Os jovens responsáveis pelos outros quatro lotes não foram encontrados no assentamento durante os dias de realização de campo. Luiz Manoel, responsável pelo lote 01, não mora no assentamento, vive na área urbana do município de Serra Talhada e desenvolve atividades no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Apesar de manter sua área produtiva no assentamento, não foi possível entrevistá-lo devido a sua ausência na visita de fevereiro de 2021.

O lote 04 é de um assentado que também não estava no assentamento durante as duas visitas. Ele reside na casa central da antiga fazenda com seu cônjuge e mantém sua área produtiva no seu respectivo lote. Nele, encontramos plantações de limão e cana de açúcar na porção próxima da vila e, na porção próxima do açude, encontramos plantações de banana e limão.

Em relação ao lote 02, há uma questão extremamente importante para compreensão: o proprietário inicial não reside mais no assentamento. Na época, por conta de um problema familiar, resolveu migrar, e seu pai, antes de falecer, vendeu a terra para sua filha de criação. O novo proprietário mantém a área produtiva no assentamento, mas não reside nele, pois abriu o espaço da casa dos moradores para o seu filho, que trabalha de forma assalariada na área urbana de Serra Talhada. Os lotes 05 e 06 são áreas comuns com vegetação de caatinga e utilizados para criação dos animais à solta ou para retirada de pastagem.

Os jovens entrevistados ressaltam o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR-ST) no processo de apresentação do programa, formação da associação e constituição do assentamento. Consideram o sindicato é o movimento

social que os aglutina em torno das lutas, da assistência técnica e da defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Porém, indicam que ser sindicalizado não significa engajamento nas lutas sociais desenvolvidas no campo.

Nesse sentido, Luiz Manoel indica que:

Aqui basicamente o início foi o sindicato, se não fosse o sindicato aqui não tinha não (processo de formação). Infelizmente a gente tem que reconhecer e felizmente também né porque é quem luta pelo agricultor. Todo mundo aqui é sindicalizado. O movimento social que a gente faz parte é o sindicato, embora muitos não se engajem na luta, propriamente dita de vestir a camisa e tal, mas todo mundo é sindicalizado e faz parte da luta (Luiz Manoel de Menezes, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2020).

O ato de filiação ao STR traz a perspectiva de que os jovens se sentem representados devido à proximidade dos delegados de base e outros membros sindicais com trabalhadores e trabalhadoras rurais. No estado de Pernambuco, o MSTTR é representado pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (FETAPE) e é um dos movimentos socioterritoriais espalhados pelo estado, devido a sua distribuição territorial estratégica em 12 polos sindicais com atuação em 178 municípios do estado.

A FETAPE funciona como uma entidade gestora dos polos sindicais e dos sindicatos rurais espalhados pelo estado de Pernambuco e constrói sua atuação por meio da organização e socialização política, sendo uma das principais provedoras de apoio aos camponeses e camponesas na criação de assentamentos rurais, na luta por ampliação de políticas públicas e sociais, na conquista de crédito para compra de imóveis rurais e/ou investimento nos assentamentos rurais, dentre outras tantas pautas de organização, orientação e luta vivenciadas pelos camponeses.

A afirmação de Luiz Manoel nos faz refletir a abordagem de Fernandes (2005, p. 31) sobre os movimentos que lutam pela terra, suas configurações organizativas e de ação:

Os movimentos camponeses, indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em Movimentos Socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

A abordagem de Fernandes (2005) nos leva a evidenciar que os movimentos de jovens são socioterritoriais: quando aglutinados no STR, organizam-se, desenvolvem estratégias socioterritoriais na luta pelo território multidimensional do assentamento. Além disso, podem se configurar como movimentos socioespaciais

devido à instituição jurídica, de regulação e espaço político/formativo que coaduna as reivindicações dos trabalhadores rurais frente ao Estado.

A participação no movimento sindical permite aos jovens a experiência de desenvolver estratégias para viver, produzir e resistir no campo. Some-se a isso a participação em eventos e intercâmbios que contribuem para construção do conhecimento, da identidade juvenil e na consolidação juvenil nos debates sociais. A ação desses jovens é fortalecida pelo conjunto de organizações em rede existentes em processo de diálogo horizontal, que permitem a troca de experiências de agricultores(as) de diferentes contextos territoriais em temas como agricultura, direitos sociais, ação política e organização. No cenário atual de distanciamento social, esses diálogos em rede ganham mais relevância para manutenção dos processos de troca.

De acordo com Galindo (2015, p.140):

Os encontros seminários, cursos, festivais, comissões e grupos de estudo da juventude se revestem do princípio estratégico da troca de experiência, que fortalece os laços e renova a identidade. Além disso, reafirmam os jovens do campo como sujeitos, visibilizando suas demandas e seu papel estratégico tanto para o movimento quanto para sociedade.

O jovem Manoel Santos relata que a participação dos assentados em eventos não contemplava todos os jovens, tendo em vista os altos custos e as distâncias dos municípios onde eram realizadas as formações, os eventos e/ou os festivais. Ele relembra que, em 2005, participou do 1º Festival da Juventude Rural do Estado de Pernambuco, em Garanhuns - PE, região do agreste. O evento reuniu jovens de diferentes porções do estado e contou com apresentações culturais e diversas oficinas temáticas sobre gênero, geração de trabalho e renda, juventude e reforma agrária, teatro, expressão corporal, comunicação, entre outros temas que apeteçam a juventude pernambucana.

Em setembro de 2005, a Juventude Rural pernambucana recebeu em Serra Talhada - PE a visita do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e do secretário de Reordenamento Agrário, Eugênio Peixoto. Na oportunidade, os jovens assentados de Santa Rita receberam a emissão de posse do primeiro Assentamento Rural do programa Nossa Primeira Terra no estado de Pernambuco. O evento é lembrado pelos jovens devido a presença de ministros de Estado, secretários e representantes sindicais na terra conquistada. O jovem Luiz Manoel caracteriza da seguinte forma: “Foi feito um grande movimento aqui, uma festa, o ministro veio na época [...] veio muita gente de Brasília aqui sabe”.

Na mesma ocasião, foi lançado em cerimônia na Praça Sérgio Magalhães o Consórcio Social da Juventude Rural – Rita Quadros. A (Figura 07) mostra os jovens dos dois programas perfilados posando para fotos oficiais da cerimônia, o assentado Evandro Cavalcanti e sua irmã são os primeiros do lado esquerdo da figura.

Figura 07 - Jovens beneficiados pelos programas Nossa Primeira Terra e Consórcio da Juventude em setembro de 2005 – Serra Talhada - PE



Fonte: Jornal Fetape, novembro de 2005. Foto: Arquivo Fetape.

O Consórcio da Juventude foi um momento de formação inicial importante para nivelar os saberes, como revela jovem Luiz Manoel:

Foi um curso que a gente fez, chamado de Consórcio da Juventude Rural Rita Quadros. Nele, era um misto (diversidade de temas) e na sala de aula a gente aprendia cultura, diversidade, sustentabilidade e tinha uma aula prática de agricultura, tratando sobre horta e manejo de horta, essas coisas (Luiz Manoel de Menezes, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2020).

O consórcio foi uma parceria entre CONTAG e Ministério do Trabalho e Emprego, visando garantir formação político-cidadã e formação profissionalizante aos jovens inseridos em territórios rurais. A capacitação ofertada apresentava temas transversais como: cidadania, desenvolvimento sustentável e soberania alimentar. O intuito do projeto era garantir instrumentos para a geração de emprego e renda aos jovens trabalhadores rurais.

Em 2008, na época do antigo Fundo de Terras do Estado de Pernambuco (FUNTEPE), o Governo do Estado de Pernambuco em parceria com o MDA promoveu a realização do 1º Intercâmbio de Jovens do Programa Nacional de Crédito Fundiário – Nossa Primeira Terra, no AJAANE (Figura 08), com o intuito de

integrar os jovens beneficiários do programa no estado para suscitar uma troca de experiência, debates sobre organização produtiva e da associação, dentre outros.

Em 2014, os jovens trabalhadores rurais dos assentamentos do município de Serra Talhada participaram de atividades do projeto Escola das Águas⁴¹, quando tiveram oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre as cisternas construídas pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) nos assentamentos. A ideia do curso consiste na formação dos jovens rurais para conhecimento de aspectos técnicos das cisternas de placas dos Programas: Um Milhão de Cisternas – P1CM e Uma Terra e Duas Águas – P1+2 P1MC e tem o intuito de formar através de aulas teóricas e práticas, contemplando 360 jovens que vivem na zona rural dos municípios do sertão do Pajeú.

Por fim, trazemos a II Jornada dos Povos de Pernambuco, ocorrida entre 22 e 24 de setembro de 2015, no campus Dois Irmãos, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). O evento reuniu povos camponeses, sociedade civil e pesquisadores e contou com a realização de palestras, plenárias, rodas de diálogos, momentos de troca de experiência e atividades culturais. Os jovens pernambucanos participaram de espaços de socialização, com momentos de intercâmbio de experiência e Roda de Diálogo 05, com o tema “Juventude rural e sucessão: desafios para os povos do campo”, movimentos sociais e para a agroecologia, e na instalação pedagógica sob o tema “Jovens Rurais com intuito de ampliar os debates”.

⁴¹ Iniciativa do Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe (CHAPADA), em parceria com o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA) e Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR).

Figura 08 - Jovens assentados de Santa Rita-PE durante o 1º intercâmbio de jovens do Nossa Primeira Terra (NPT)



Fonte: Caderno da Organização Sindical da Juventude Rural em Pernambuco. Uma história de resistência. Foto: Arquivo Fetape-2018.

4.2.3 A pandemia do coronavírus

A pandemia do coronavírus, que atingiu o mundo no início de 2020, instituiu um conjunto de medidas sanitárias para combater o vírus e proteger vidas, como: o uso das máscaras; a lavagem frequente das mãos, e distanciamento social, e isso impactou nas relações sociais e de vida dos assentados e de toda a sociedade. Para os assentados as maiores dificuldades que enfrentaram devido à Covid-19 foram: aumento de preços e comercialização de alguns produtos. Em relação às reuniões da associação, os jovens relatam a dificuldade burocráticas de atualização de diretoria, pois as redes sociais permitem a comunicação entre eles, encurtando distâncias físicas, garantindo assim a resolução de problemas menores.

Uma questão ressaltada pelos jovens Manoel e Evandro foi o aumento sensível nos preços de insumos e nos gastos com feira básica. O jovem Manoel relata o

aumento dos preços dos materiais que pretendia comprar para terminar de montar o galinheiro da área produtiva. Enquanto isso, Evandro descreve que a alta dos preços reflete no poder de compra quando vai ao mercado:

Sempre, acho que essa doença prejudicou todo mundo. [...] começa sendo pela carístia que tá né. Vamos analisar o que você comprava uns anos atrás. Vamos botar um ano quando ela começou, você as vezes comprava. Você ia na rua, ali em serra talhada, com 100 ou 200 reais e você fazia uma feira e dava para você comer o mês. Agora você leva quase 1000 e num traz o que você precisa. Ela prejudicou muito. Eu acho que em geral, todo mundo (Evandro Cavalcanti, Assentamento Nova Esperança, Pernambuco, 2021).

A pandemia da Covid-19, que se desenrola no cenário nacional desde março de 2020, continua impactando nas relações sociais e na vida das pessoas, devido às restrições sanitárias existentes e conseqüentemente ao aumento dos preços de insumos básicos e alimentos, e devido às altas nos custos de produção pela escassez de matéria-prima e pela distribuição produtiva diretamente ligada ao custo do combustível.

Sobre os impactos sociais causados pela pandemia, Pereira, Coca e Origuela (2021) refletem que a intensidade deles foram agravados pelo contexto de crise política e escolhas na condução governamental pelo presidente Bolsonaro. A pandemia agravou os índices de desemprego, inadimplência e aumentou o preço dos alimentos. A junção desses aspectos tem rebatimentos nas desigualdades sociais e na fome que se alastram pelo país.

O cenário de dificuldades enfrentado pelas famílias brasileiras na cidade e no campo acentuou-se com a pandemia. A gestão da crise sanitária pelo governo Bolsonaro e falta de políticas que salvaguardem a população deixaram muitas famílias em situação de vulnerabilidade. Mas a sociedade civil, entidades e movimentos socioterritoriais não ficaram inertes, propondo ações de envergadura nacional para amenizar a fome e o cenário de desesperança, garantindo alimentação, material de higiene básica, entre outros, desde 2020 a famílias brasileiras.

A esse respeito (Roos et al, 2020 p.180) indicam:

Frente a essa desrazão, iniciativas solidárias espalhadas por todo o país têm impedido que muitos sucumbam, a exemplo da mobilização realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para arrecadação de alimentos dentre camponeses e camponesas assentados(as) e acampados(as) para doação a famílias que enfrentam a

falta de renda, de trabalho e de reconhecimento de seus direitos básicos, cuja fila não para de crescer no país afora."

As ações dos movimentos socioterritoriais reafirmam a condição solidária e produtiva de homens e mulheres do campo. Mesmo diante um cenário difícil, estes formam uma força tarefa e compartilham alimentos produzidos no campo permitindo que famílias brasileiras tenham acesso a uma alimentação digna durante a pandemia. As reflexões dos autores evidenciam as ações desenvolvidas no Paraná, mas as ações desenvolvidas pelo MST e outros movimentos socioterritoriais ocorreram de forma concomitantemente em todo país.

No estado de Pernambuco, o MST liderou campanha de arrecadação e conseguiu doações de alimentos, oriundos da agroecologia, que somados chegam a 500 toneladas⁴². A FETAPE, sob presidência de Cícera Nunes, também realizou campanhas de arrecadação e doações de alimentos nos seus polos regionais. A campanha de arrecadação abarcou todas as regiões do estado. No município de Serra Talhada, as doações foram concentradas no sindicato dos trabalhadores rurais do município. A campanha arrecadou cerca de 200kg de alimentos (feijão, milho, Jerimum, entre outros) que foram doados a 75 pessoas.⁴³

Movimentos socioterritoriais e camponeses mostram que a união e a solidariedade são o caminho para superar as adversidades enfrentadas durante a pandemia da covid-19. As ações desenvolvidas demonstram que as commodities lucrativas para agronegócio não alimentam o campo e nem a cidade. Em contrapartida, os alimentos produzidos e partilhados por camponeses, chegam à mesa das famílias em situação de vulnerabilidade e as enche de esperança em dias melhores.

⁴² Disponível em: <https://mst.org.br/2021/04/11/acao-solidaria-doa-8-toneladas-de-alimentos-agroecologicos-na-regiao-metropolitana-do-recife/>. Acesso em: 23 nov. 2021.

⁴³ Disponível em: <https://www.fetape.org.br/coronavirus/noticia-detalle/campanha-doa-alimentos-para-familias-atingidas-pela-pandemia-nas-3-regioes-de-pernambuco/6100>. Acesso em: 23 nov. 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades de inserção na atividade agrícola, falta de oportunidades de estudo/qualificação no campo e de inserção no mercado de trabalho são fatores que contribuem para o êxodo rural. A migração para os centros urbanos em busca de melhores condições nunca deixou de ocorrer, sendo realizada, inclusive, como estratégia de reprodução socioterritorial da família camponesa. Porém, as políticas públicas e sociais aplicadas aos povos do campo no início dos anos 2000, provocou um cenário de oportunidades, ou seja, não cessou as problemáticas existentes, mas promoveu diminuição do fluxo migratório entre o campo e a cidade.

As políticas e medidas promulgadas nos anos 2000, dos quais destacamos o crédito fundiário, foram responsáveis pela dinamização dos estudos sobre juventude e pelo alvorecer de abordagens evidenciando a permanência dos jovens no campo.

No tocante a linha de crédito fundiário Nossa Primeira Terra, indicamos que a mesma *per se* não garante a permanência dos jovens no campo e nem resolve as problemáticas do processo desigual e contraditório das relações capitalistas. No entanto, a política de crédito fundiário, criada com o intuito de enfraquecer o MST, tornou-se uma estratégia dos jovens do campo para acesso à terra e para o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Identificamos que a questão agrária não está resolvida. Apesar de uma longa jornada de lutas pela terra e por vida digna no campo, o conjunto de problemas agropecuários, fundiários e a violência contra trabalhadores do campo continuam vigentes no seio da sociedade. Ademais, o problema agrário brasileiro é inerente ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção e pode ser constituído como um elemento estrutural do capitalismo.

O acesso a políticas públicas federais, como a política de crédito fundiário, criada para não se fazer reforma agrária via desapropriação por interesse social ou não se mexer na propriedade privada da terra, tem sido uma opção estratégica da juventude para amenizar ou suavizar a problemática fundiária e os conflitos no campo. Isso porque, a política em questão não resolve o problema agrário e, muito menos, garante uma vida digna aos camponeses.

Por outro lado, sabe-se que a superação dos problemas referentes à questão agrária depende de uma série de ações de caráter político, socioeconômico e na constituição de espaços efetivos para a participação de trabalhadores e trabalhadoras

do campo. Ademais, acreditamos que só através de uma nova correlação de forças no campo político e da ação conjuntural das instâncias do poder poderemos almejar a possibilidade de alteração nas dinâmicas e problemáticas enfrentadas cotidianamente pelos camponeses.

A inserção da juventude nas políticas agrárias no Brasil foi resultado da mobilização dos camponeses em movimentos socioterritoriais como os STRs e o MST ao longo dos últimos 30 anos e da consolidação dos jovens enquanto sujeitos estratégicos para o desenvolvimento na sociedade. Em Pernambuco, a conquista de assentamentos rurais pela juventude do campo é parte constitutiva da participação dos jovens nos movimentos socioterritoriais, nas lutas empreendidas no campo e na constante busca por direitos sociais.

As lutas sociais dos jovens resultam na reorientação das políticas públicas e sociais para a juventude, no início dos anos 2000, fazendo emergir no cenário nacional um contexto de reconhecimento dos direitos sociais e dos papéis estratégicos da juventude. No tocante ao acesso à terra, vimos emergir em 2003, no bojo do PNCF, a política de crédito fundiário para jovens, possibilitando a constituição de um assentamento rural através do processo de compra financiada por um agente financeiro. Isso se refletiu no processo de fixação dos jovens no campo, a partir da compra e territorialização de um imóvel rural, onde foi possível desenvolver atividades na agricultura, pecuária e acessar políticas que suavizaram o cenário de dificuldades e desesperança encontrado no campo.

No caso em tela, os jovens desenvolveram estratégias para permanecer na terra com condições dignas e consolidar suas vidas no campo; entre as quais, podemos citar: os jovens, filhos de agricultores, nutriam o desejo de possuir terra para desenvolver trabalho na agropecuária e o NPT funciona como um instrumento de permanência no campo e de inserção juvenil na estrutura fundiária e nas atividades produtivas.

A formação de associação e o trabalho coletivo foram estratégias iniciais da juventude para garantir a compra do imóvel rural e promover a viabilidade financeira do assentamento. Isso se explica por questão burocrática e financeira para ter acesso à terra e investir no assentamento. Os jovens utilizaram-se do grau de parentesco, participação no coletivo de juventude da igreja católica e do conhecimento da atividade agrícola, agropecuária e de técnicas de produção artesanal para a fluência

do trabalho em conjunto em prol da consolidação das atividades desenvolvidas no assentamento.

A organização inicial da produção e a comercialização de produtos do assentamento foram essenciais para gerar renda e garantir o sustento aos jovens trabalhadores rurais em boa parte das jornadas. A apropriação e uso das redes sociais para expor as experiências, os conhecimentos e os produtos gerados no assentamento é uma forte estratégia dos assentados de Nova Esperança.

O conjunto de formações, cursos e intercâmbios transformam a realidade dos jovens trabalhadores rurais em tela ao proporcionarem a expansão do conhecimento e a troca de experiências e configuram-se como componentes essenciais para a resistência da juventude dos movimentos socioterritoriais.

Entretanto, a lógica capitalista de individualização e as divergências ao longo do processo de consolidação do assentamento despertaram o desejo dos jovens pelo parcelamento das terras. A medida permitiu a autonomia de gestão dos lotes, em contrapartida, enfraqueceu a associação juvenil, responsável pela origem do assentamento, deixando a terra suscetível para uma possível venda no mercado de terras e a reconcentração fundiária, decorrente das dificuldades enfrentadas pelos jovens, falta de políticas, assistência técnicas e pela característica de titulação de terras permissiva com a venda do imóvel rural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6, p.25-36, 1997.
- ABRAMO, Helena W. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto da Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. S. A, 1975.
- BARCELLOS, Sérgio Botton. O crédito fundiário e a linha Nossa Primeira Terra em debate no Brasil. **Revista Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 19, p 71-92, 2016.
- BARROS, Ilena Felipe. **Nas Trilhas do crédito fundiário**: a luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira de Pernambuco. Recife, 2014.
- BARTRA, Armando. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. Tradução de Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro rural como identidade territorial**: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. *Agrária* (São Paulo. Online), [S. l.], n. 1, p. 55-95, 2004. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i1p55-95. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/76>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- BRAGA, Sérgio Soares. **Luiz Carlos Prestes**; o Constituinte, o Senador (1946-1948) [e-book]. 1. ed. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2003. v. 1. 772p.
- BRASIL, Políticas Públicas de Juventude no Brasil. In ABRAMO, Helena (org). **Estação juventude**: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas de juventude – Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014. p.113-125
- BRASIL. **Estimativas Populacionais para os municípios e unidades da federação brasileira** em 01/07/2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados> Acesso em: 1º ago. 2021.
- BRASIL. **Pesquisa da Pecuária Municipal 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=resultados>. Acesso em: 15 dez. 2021
- BRASIL. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados>. Acesso em: 15 dez. 2021

BRASIL. **Monografia Municipal Serra Talhada** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2980/momun_ne_pe_serratalhada.pdf Acesso em: 15 dez. 2021

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *In*: CARNEIRO, Maria José Teixeira; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

CACCIA-BAVA, Augusto; Pàmpois, Carles Feixa; Cangas, Yanko Gonzáles. **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras, 2004.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. *In*: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos *et al.* (Org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1998.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural**: apenas uma palavra ou mais que uma palavra. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 29, 2005, Caxambu. *In*: Anais... Caxambu: ANPOCS, 2005. p. 01-15. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt21-19/3812-ecastro-juventude/file> Acesso em: 20 out. 2020.

CASTRO, Elisa Guaraná de. As Jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. *In*: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. (Org.). **Reforma Agrária e desenvolvimento – desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília/São Paulo: MDA/UNIARA, 2008. v., p. 112-130.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude: hierarquia social e relações de poder na luta pela construção de um ator político *In*: PICCIN, Maurício Botton (org). **A hora e a vez da juventude**: educação, trabalho e outros direitos da juventude para desenvolver o Brasil e o Rio Grande do Sul. São Paulo: p. 13-32, 2010.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – Brasil**. Revista NERA (UNESP), NERA/UNESP, v.1, n.1, p.2-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra – MST (1979 –1999)**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. 318 f.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. v. 01. 329p.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6. P. 24-34, 2005. Disponível em: www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf. Acesso em: 04 out. 2019.

FERNANDES, Bernardo Maçano. O MST e as Reformas Agrárias no Brasil. **OSAL** – Observatório Social de América Latina. Debates. Buenos Aires, ano IX, número 24, p. 73-85. 2008.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Entrando nos territórios do Território. *In*: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Ed. 1, p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Sobre tipologia de territórios. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Sáverio. **Territórios e Territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. Coleção Questões da Nossa Época, v. 92. 120p.

GALINDO, Eryka Danyelle Silva. Juventude rural e políticas públicas no Brasil. *In*: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. v. 1, p. 122-132.

GALINDO, Eryka Danyelle Silva. Sou jovem do campo: caminhos de construção da identidade juvenil no sindicalismo rural. *In*: LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Juventudes do campo**, p.126-147, 2015.

GOHN, Maria da Glória. JOVENS NA POLÍTICA NA ATUALIDADE – uma nova cultura de participação. **Cad. CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, Apr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792018000100117&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 fev. 2021.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**: ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro. UBUNTU: eu sou porque nós somos – desafios para a luta das mulheres rurais por políticas públicas pós-golpe 2016. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 434-466

LEITE, Acácio Zuniga; CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; SAUER, Sérgio. A Questão agrária no momento político Brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. **Revista OKARA**: Geografia em Debate. v.12 p. 247-274, 2018.

LENIN, Vladimir Llich. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: **Nova Cultura**, 1985

- MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no meio rural**. Brasília: MDA, 2004.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Editora Vozes, Petrópolis, 1981
- MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- MARTINS, Leonardo Rauta. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p.94-112, fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-7>.
- MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 293-307, 2018.
- MEDEIROS, João Paulo do Vale de. Colônia da Colônia: Sertão, águas e bois. In: UBIRATAN, Claudio (Org.). **Ensaio de geografia agrária: materialidades e expressões dos conflitos territoriais**. p.46-55, 2021.
- MOURA, Marcilio Batista Magalhães. **Tecnologias Sociais no Semiárido Pernambucano: Território, Autonomia e Soberania em Comunidades Rurais de Serra Talhada-PE**. Trabalho de Conclusão de Curso – UFPE, 2017.
- MOURA, Marcilio Batista, Magalhães; BARROS, Alyson Nobre; PINHEIRO, Flávio Medeiros; SILVA, Francisco Tiago Ribeiro; CORDEIRO, Robson Breno de Oliveira; Mobilidades intermunicipais da juventude universitária do IFCE Campus Quixadá. In: MACIEL, Caio Augusto Amorim; PONTES, Emílio Tarlis Mendes; VASCONCELOS, Priscila Batista. (org) **Trajetos e Trajetórias: Percursos e Confluências em Geografia Cultural**. Sobral-CE: SertãoCult, 2021. p. 83-102
- NOBRE, Marcos. **Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo, Ed. Todavia, 2020.
- OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do banco mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados** 15 (43), 2001 p. 185-206.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Não reforma agrária e contra reforma agrária no Brasil do governo Lula. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13, 2011, Costa Rica. Anais eletrônicos [...]. Costa Rica: [s.n.], 2011. Disponível em: <http://observatorigeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/>

Geografiaagraria/04.pdf. Acesso em: 20 Out. 2020.

OLIVEIRA, Luciano Benini de; FELICIANO, Carlos Alberto. Entre o campo e a cidade: reflexões sobre o espaço da juventude camponesa. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 17, p. 208-225, 2016.

OLIVEIRA, Luciano Benini de.; FELICIANO, Carlos Alberto; LIMA, Rejiane de Souza. Jovens camponeses em movimento: contradições do processo de reprodução socioterritorial do campesinato nos assentamentos de reforma agrária. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 137-149, jul./dez 2017. DOI: 10.22477/rjpp.v1i2.32

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa Geográfica**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009 235 f.

POTRICH, Rafaele; GRZYBOVKI, Denize. Transformações contemporâneas do trabalho em pequenas propriedades rurais: Uma reflexão crítica com base nas capacidades empreendedoras e inovativas do agricultor familiar, **II Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, vol. 4, no. 1, pp. 220-251, 2017.

PERREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil. *In*: SAUER, Sérgio; PERREIRA, João Márcio Mendes. (Org.). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. v. 1, p. 171-204.

PEREIRA, Sebastião Felix. **Assentamentos rurais no Ceará e os dilemas da emancipação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. 138f

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. O “passar a boiada” na questão agrária brasileira em tempos de pandemia. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 08-23, jan.-abr., 2021.

PINHEIRO, Rosa Maria. **Práticas disciplinares e espiritualidade**: uma etnografia da Juventude Assembleiana de Monteiro – PB, Monografia – Sumé, Paraíba, 2019. 51 f.

REGUILLO, Rosana. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. *In*: FAVERO, Osmar; SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina Reys. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=648-vol16juvcont-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 set. 2019.

ROSS, Djoní; PAULINO, Eliane Tomiasi; SOARES, Gustavo; MONTENGRO, Jorge. Protagonismo da reforma agrária no paraná em época de pandemia: as ações de solidariedade do mst em fatos e fotos **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 13, n. 3,

2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/25971>. Acesso em: 28 nov. 2021.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Criações Coletivas da Juventude no Campo Político**: Um Olhar Sobre os Assentamentos Rurais do MST. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação UFC, Fortaleza, 2003. 321 f.

SALES, Celecina Maria Veras; ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de. **Jovens do campo e o uso das redes sociais online em suas práticas cotidianas**. Juventudes do campo, 2015

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga.; TUBINO, Nilton Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda: Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo : (Russia 1910-1925)**. Alianza Editorial. Madrid. 1983.

SILVA, Eliane Maria Araújo da. **As Jovens Rurais de Cachoeira Seca/Caruaru**: Uma Análise Interseccional entre Gênero/Juventude/Desenvolvimento. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife. 2016. 60f.

SILVA, Elisabete Joaquina da. **As filhas de Pascoal**: nova ruralidade e condições de permanência no campo entre jovens agricultoras no interior de Pernambuco. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11574?locale=pt_BR. Acesso em: 22 mar. 2020.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**. São Paulo , v. 15, n. 43, p. 37-50, Dec. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2021.

SOBREIRO FILHO, José. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics**: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2016, 440 f.

SOUZA, Jamerson Raniere Monteiro de. A política de aquisição de alimentos na mira do golpe. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 664-677

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: Programas de reforma agrária 1946-2003. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 220p.

TABUTI, Ana Lúcia Teixeira. **Construindo uma nova geração camponesa: estratégias de resistência e reprodução socioterritorial do campesinato em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema.** Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2020 251 f.

TRINDADE, Domingos Rodrigues. **Constituição do Ser Jovem Camponês no contexto de assentamentos da reforma agrária na microrregião Guanambi, Bahia.** Tese (Doutorado em Educação) Universidade de Brasília, Brasília, 2015. 357 f.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e jovens em estudos rurais do Brasil. **Interações** (Campo Grande), Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 789-802, dez 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122018000400789&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 21 nov. 2020.

TROILO, Gabriel; ARAUJO, Maria Nalva Rodrigues. N. O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino. **Revista NERA** (UNESP), v. 34, p. 144-156, 2016.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS INICIAL - EXPLORATÓRIO 1

Município: Distrito de Santa Rita/Serra Talhada

Assentamento: Assentamento dos (das) Agricultores(as) de Nova Esperança – Santa Rita

Questões Norteadoras

- Qual tempo de instituição do assentamento?
- Quais os requisitos para fazer parte?
- Vocês moravam onde antes?
- Hoje cada um mora aqui?
- Vocês que tinham que ir atrás da terra? Vocês foram onde? E como foi liberado?
- Ficavam quanto hectares inicialmente?
- Com o dinheiro vocês foram investindo aos poucos?
- No caso do leite, vocês vendem aqui ou noutros locais?
- O pagamento da terra era em apenas uma parcela?
- Vocês fazem parte de algum movimento social? Se faz ou não e por quê?
- Quem eram os líderes desse movimento?
- Vocês começaram produzindo o que?
- Vocês acessaram outras políticas públicas?
- Como é a questão educacional?
- Existe algum exemplo de assentamento de jovens no município ou na região?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM ASSENTADOS 2

Município: Distrito de Santa Rita/Serra Talhada

Assentamento: Assentamento dos(das) Agricultores(as) de Nova Esperança – Santa Rita

Nome do assentado:

Função do assentado na associação: _____

Data de aplicação do questionário: ____ / ____ / _____

HISTÓRIA E PNCF

- Onde moravam antes do assentamento?
- Eram filhos de camponeses ou urbanos?
- Eram conhecedores das lutas sociais?
- Como ficaram sabendo sobre o programa? Onde, quando e por que a Cícera Nunes veio apresentar o programa para vocês?
- O grupo de jovens foi formado por quantos jovens? Homens e mulheres? Solteiros casados? Parentes? Todos podiam participar? Todos concordaram em participar? Quem não aceitou e por quê? Obs: Existe algum documento da formação inicial?
- Qual foi o nome escolhido para o grupo? Qual ano ocorre o registro da associação? Você possui esses documentos?
- Vocês sabem o que tinha antes nessa área? O antigo proprietário plantava, criava o que?
- Por que optaram pelo gado leiteiro de forma inicial? Quais os benefícios? Todos concordaram? Quem comercializava os leites e queijos no início? Todos? Os jovens solteiros?
- Sobre a produção leiteira: Existia a produção leiteira em pequenas fabricas? Chegaram a formar uma cooperativa? Existia uma forma de trabalho assalariado com a venda?
- A produção era feita de forma coletiva: Depois vocês fizeram o desmembramento e cada um começou a tocar sua parte. Por quê? Tiveram algum problema? Discordaram das formas de produção e criação?

- Qual a história mais marcante quando recorda o período anterior a formação do assentamento?
- Quanto tempo demorou entre a proposta do assentamento e a instituição?
- A linha de crédito lhe ajudou de que forma?
- Quais foram as principais dificuldades?

EIXO JUVENTUDE

- O que foi ser jovem/juventude para você? E qual a importância do sindicato no engajamento de vocês?
- Qual a importância das formações e eventos que participaram? O que mudou na vida de vocês?

EIXO ASSENTAMENTO

- Onde mora atualmente? () no assentamento () fora do assentamento () parte na propriedade e parte fora
- O valor restante da compra do imóvel não foi suficiente para construção das casas? O morar fora do assentamento é retrato disso?
- Se o dinheiro foi insuficiente. O que ficou faltando fazer para estruturar o assentamento?

Composição familiar

Nome	Rel. chefe da família	Idade	Sexo	Tipo de trabalho	Estado Civil	Escolaridade
1						
2						
3						
4						
5						

- Em caso de filhos, as crianças e jovens têm acesso à educação? onde?
- Como fazem para acessar os serviços básicos de saúde? onde? Serviço básico e emergencial? onde?
- Tem acesso aos programas sociais? Quais?
() Bolsa família () PAA-Programa Leite de Pernambuco () BPC () PETI () Auxílio Emergencial () Outros
- Quais sistemas de produção estão sendo desenvolvidos no assentamento?
() Agricultura Familiar () Orgânico () Agroecológico () Em consórcio
- Qual a produção agrícola?

() Milho () Feijão () Verduras () Cana de açúcar () Frutas () outros

- Qual a pecuária do assentamento e quantos possuem?

() Vacas () Bodes () Galinhas () Outros _____

- Possui assistência técnica? Se sim, qual? (Órgão público, sindicato, escolas técnicas)
- Quais festas comunitárias/citadinas são valorizadas pelos assentados?
- Existe alguma festa/comemoração específica do assentamento?
- Sobre a disponibilidade de água no assentamento:

Como fazem a captação?

() Poço artesiano () Cacimba () Barreiro () Pipa () Tecnologias de convivência – Cisternas () Companhia de abastecimento

- Qualidade da água:

() Boa () Regular () Ruim

EIXO ATUALIDADE

- A vida está estabelecida ou ainda enfrentam dificuldades?
- Com qual frequência ocorre as reuniões da associação e quais as pautas?
- Quais os desafios para o futuro?
- Continuam se articulando com outras instituições e Ogn's? Qual intuito: Política, lazer, educação?
- Existem grupos organizados de teatro, dança, religioso e outros no assentamento, na vila ou no próprio sindicato? Se sim, como funciona? Com qual frequência?
- A pandemia enfrentada em 2020 prejudicou vocês de alguma forma? Na comercialização dos produtos ou em outra coisa?

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
DA PESQUISA**

**Linha de Pesquisa: Natureza, Campo e cidade no semiárido
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da Pesquisa**

Concordo em participar, na condição de voluntário, da pesquisa intitulada “**Juventude Rural e o Programa Nossa Primeira Terra –NPT no Sertão do Pajeú Pernambucano**”, que tem como pesquisador responsável **Marcilio Batista Magalhães Moura**, orientado pela **prof.^a Alexandra Maria de Oliveira**, que pode ser contatado pelo e-mail: **marcilio.mmouraa@gmail.com** ou pelo telefone número **(81) 99695-6444**. Tenho ciência que a referida pesquisa tem por objetivo **analisar como a conquista da política pública Nossa Primeira Terra – NPT pela juventude contribuiu na luta juvenil e pode evitar o êxodo rural dos jovens sertanejos** e que a minha participação consistirá em **conceder entrevista ao pesquisador responsável pela pesquisa**. Compreendo que o estudo possui finalidade de pesquisa e que os dados obtidos serão utilizados e divulgados no estudo em tela seguindo as orientações do comitê de ética, ou seja, com a preservação do anonimato dos participantes, serão identificados por pseudônimos a fim de garantir o sigilo de suas opiniões.

Serra Talhada – PE _____ de _____ de _____

Assinatura do Entrevistado

Nome legível do Entrevistado

APÊNDICE D – NORMAS DO PROGRAMA NOSSA PRIMEIRA TERRA (NPT)

Combate à Pobreza Rural – CPR (Selo Nossa Primeira Terra)
<ul style="list-style-type: none"> • Para famílias em situação de pobreza, que tenham renda de até R\$ 9 mil ao ano e que estejam inscritas no CAD-Único. • Juros de financiamento de 0,5%. • O acesso pode ser coletivo ou individual, mas o financiamento é sempre individual. • Os recursos de SIC, para quem acessa a linha coletivamente, não são reembolsáveis. • Tem direito ao recurso de até R\$ 7.500 para pagamento de Ater, por até cinco anos. • Terá um bônus de até 50% se efetuar os pagamentos em dia e se negociar o valor da terra abaixo do preço de mercado.

Nossa Primeira Terra – NPT (pós 2014)
<ul style="list-style-type: none"> • Para jovens rurais com idade entre 18 e 29 anos. • Renda familiar de até 30.000 e patrimônio inferior a 60.000. • Concluído ou cursando curso em instituições, tais como: Centros Rurais de Alternância, Escolas Técnicas Agrícolas de nível Médio. • Juros de financiamento de 1 %. • O acesso pode ser coletivo, mas o financiamento é individual. • Os recursos são reembolsáveis. • Crédito de até 80.000. • Recurso de até R\$ 7.500 para Ater, por até cinco anos. • Bônus de até 40% para quem efetuar os pagamentos em dia. • Bônus de 10% para quem negociar a terra abaixo do preço de mercado.

**APÊNDICE E – PERFIL DOS JOVENS DO ASSENTAMENTO RURAL DOS(DAS)
JOVENS AGRICULTORES(AS) DE NOVA ESPERANÇA DE SANTA RITA,
SERRA TALHADA – PE EM 2005**

Nome	Idade	Sexo	Estado Civil
Evandro Cavalcanti	22	Masculino	Solteiro (a)
Zénobia Cedorak	23	Feminino	Solteiro (a)
Amaro Biá	24	Masculino	Solteiro (a)
Luiz Manoel	20	Masculino	Solteiro (a)
Severino Domingos	18	Masculino	Solteiro (a)
Manoel Santos	24	Masculino	Solteiro (a)
José Francisco	20	Masculino	Solteiro (a)
Margarida Alves	20	Feminino	Solteiro (a)
Luiz Rosa	24	Masculino	Solteiro (a)

**Perfil dos Jovens do Assentamento Rural dos(das) Jovens Agricultores(as) de
Nova Esperança de Santa Rita, Serra Talhada – PE em 2005**

Nome	Idade	Sexo	Estado Civil	Filhos
Evandro Cavalcanti	38	Masculino	Casado (a)	01
Amaro Biá*	40	Masculino	Solteiro (a)	-
Luiz Manoel	36	Masculino	Casado (a)	02
Manoel Santos	40	Masculino	Casado (a)	02
José Francisco	36	Masculino	Casado (a)	-
Margarida Alves	36	Feminino	Casado (a)	01

* Amaro Biá não mora mais no assentamento, migrou para São Paulo.